



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL - PPGHB
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL - MHB

NAYANE ÁUREA SANTIAGO COSTA

**O MODERNO NO URBANO: reflexos de uma arquitetura escolar no patrimônio
cultural de Teresina. (1970-1985)**

Teresina (PI)
2017

NAYANE ÁUREA SANTIAGO COSTA

O MODERNO NO URBANO: reflexos de uma arquitetura escolar no patrimônio cultural de Teresina. (1970-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com vistas à obtenção do grau de mestre em História do Brasil.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alcília Afonso de Albuquerque e Melo

Teresina (PI)
2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

C837m Costa, Nayane Áurea Santiago.

O moderno no urbano: reflexos de uma arquitetura escolar no patrimônio cultural de Teresina (1970-1985) / Nayane Áurea Santiago Costa. – 2017.

182 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2017.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Alcília Afonso de Albuquerque e Melo.

1. Modernidade. 2. Arquitetura Escolar. 3. Patrimônio Moderno.
I. Título.

CDD 720.981 221

NAYANE ÁUREA SANTIAGO COSTA

**O MODERNO NO URBANO:
reflexos de uma arquitetura escolar no patrimônio cultural de Teresina. (1970-
1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com vistas à obtenção do grau de mestre em História do Brasil.

Área de Concentração: História do Brasil

Aprovada em: 31 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr.^a Alcília Afonso de Albuquerque e Melo - UFPI
Orientadora

Prof. Dr. Paulo de Tarso Cronemberger Mendes - CEUPI
Examinador Externo

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento - UFPI
Examinador Interno

Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto - UFPI
Suplente

A minha avó Arcângela Monteiro, *in memoriam*, meu maior exemplo de simplicidade e amor.

AGRADECIMENTOS

Ao fim de uma jornada acadêmica recorda-se de todos aqueles que contribuíram para o cumprimento dos desafios.

Primeiramente, agradeço a Deus por iluminar meus passos em relação ao meu crescimento profissional e pessoal.

À minha família, na figura de meus pais, irmã, tios, primos e avós, que sempre motivaram os estudos. A confiança deles e as oportunidades ofertadas foram fundamentais para realização dos meus sonhos.

Ao Tiago, pela companhia nos levantamentos fotográficos, amor e preocupações diárias.

À professora Kaki Afonso, por acreditar no meu desempenho mesmo diante das adversidades, pessoa a qual devo muito do que sou hoje e agradeço imensamente por sua sabedoria ao conduzir este trabalho sempre de forma impecável.

Aos professores do Mestrado em História que sempre estiveram disponíveis para auxiliar nas pesquisas e que me estimularam a amar a História e o Patrimônio Urbano, apesar da minha formação distinta da deles. Agradecimento especial ao professor Alcides Nascimento por seu olhar poético da cidade de Teresina.

Aos meus chefes do Departamento de Construção Civil e Arquitetura da UFPI e à diretora do Centro de Tecnologia, professores Marcelo Furtini e Nícia Leite, pelas disposições de horários mais flexíveis às minhas pesquisas.

Aos alunos do curso de Arquitetura, que ajudaram diariamente no meu engrandecimento profissional, e aos colegas da docência, especialmente à professora Ana Rosa Negreiros, pelas orientações e pelo fornecimento dos materiais necessários aos meus estudos.

Aos companheiros da turma, pelos conselhos acadêmicos e compreensão junto às minhas dificuldades. Obrigada especialmente à Sabrina Lima, Pablo Carvalho, Vinícius Cardoso, Lizianny Nunes (Gigi), Lorena França, Rodrigo Queiroz e Elierson Moura.

Não poderia esquecer dos amigos queridos como Ísis Meireles e Marla Tarsila, companheiras e confidentes, pessoas com quem sempre divido angústias e alegrias, amigas sinceras e fiéis que me apoiaram na elaboração desse trabalho.

Muito obrigada.

“A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. [...]a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”.

(Ítalo Calvino em *As Cidades Invisíveis*, 1972)

RESUMO

O tema deste trabalho é o projeto arquitetural escolar de Miguel Caddah em Teresina (1970-1985) relacionando, para tanto, edificações e seus aspectos patrimoniais. O objeto de estudo consta da presença do estilo arquitetônico moderno nos prédios escolares projetados pelo arquiteto Miguel Caddah. Quatro exemplares dessa arquitetura são parte deste estudo: o Centro Estadual de Educação Profissional Governador João Clímaco D' Almeida (1971); CEEP Paulo Ferraz (1971); Unidade Escolar Clemente Fortes (1976), atual SEMTCAS; e o edifício anexo (bloco C) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí- IFPI (1985). O recorte temporal envolve os anos de 1970 a 1985, período de ditadura militar no qual a cidade recebia as primeiras influências do estilo moderno nos edifícios escolares após o projeto “Aliança para o Progresso”. O objetivo principal deste trabalho é analisar a produção arquitetônica de Caddah referente à arquitetura escolar a partir de uma percepção do ponto de vista patrimonial, considerando, para isso, sua contribuição para o patrimônio histórico-cultural da cidade. Justifica-se a pesquisa ao perceber a necessidade de uma abordagem patrimonial-urbana nos estudos da área de arquitetura moderna educacional. Caddah é um dos principais arquitetos piauienses e contribuiu com uma vasta obra no setor educacional e institucional. Por meio de sua produção arquitetônica, muitas obras em estilo moderno foram incluídas na paisagem urbana a qual, em tempos anteriores, não possuía exemplares deste estilo. Para analisar as obras, foram utilizadas as metodologias, a saber: pesquisa arquitetônica (análise de edificações), pesquisa da História Oral (entrevistas com pessoas envolvidas na construção das obras, frequentadores das escolas, relatos etc.), pesquisas com fontes primárias (projetos arquitetônicos originais, fotografias etc.) e com fontes secundárias (livros, periódicos, jornais) que auxiliaram na fundamentação da pesquisa. O estudo de tais edifícios faz refletir sobre os conceitos de História Urbana, portanto, são objetos de relevância e poderão servir de instrumento para identificação da memória, patrimônio e cultura urbana teresinense.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade. Arquitetura escolar. Patrimônio Moderno.

ABSTRACT

The theme of this work is the architectural's project of schools of Miguel Caddah in Teresina (1970-1985) relating, for both, buildings and their patrimonial aspects. The object of study is the presence of the modern architectural style in the school buildings designed by the architect Miguel Caddah. Four examples of this architecture are part of this study: the State Center for Professional Education Governador João Clímaco D'Almeida (1971); CEEP Paulo Ferraz (1971); Clemente Fortes School Unit (1976), current SEMTCAS; and the annex building (block C) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Piauí-IFPI (1985). The time cut involves the years from 1970 to 1985, a period of military dictatorship in which the city received the first influences of modern style in school buildings after the project "Alliance for Progress". The main objective of this work is to analyze Caddah's architectural production in relation to school architecture, in a perception from the heritage point of view, considering its contribution to the historical-cultural patrimony of the city. The research justifies the realization of the need of the urban patrimonial approach in studies in the area of modern educational architecture. Caddah is one of the principal architects of Piauí and has contributed with vast work in the educational and institutional sector. Through its architectural production many works in modern style were included in the urban landscape which, in former times, did not have exemplaries of this style. In order to analyze the works, methodologies were used: architectural research (analysis of buildings) and oral history (interviews with people involved in the construction of works / school attendants, reports), with primary sources (original architectural projects, photographs) and secondary sources (books, periodicals, newspapers) as the basis of the research. The study of such buildings reflects on the concepts of urban history, therefore, they are objects of relevance and can serve as an instrument for the identification of the memory, patrimony and urban culture of Teresina.

KEYWORDS: Modernity. School architecture. Modern Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: MAPA COM ESCOLAS	17
Figura 2: MAISON DOMINO	25
Figura 3: CAMPUS DA UFPI EM SUA ORIGEM.....	27
Figura 4: PLANTA DO PANÓPTICO DE BENTHAM	29
Figura 5: BIBLIOTECA DA ESCOLA PARQUE DA BAHIA	31
Figura 6: CIEP TANCREDO NEVES	32
Figura 7: CAPA DO JORNAL DENUNCIANDO	42
Figura 8: INAUGURAÇÃO DA UNIDADE POLIVALENTE BANJAMIN BATISTA	44
Figura 9: MAPA DA EVOLUÇÃO URBANA DE TERESINA (1800-1991).....	45
Figura 10: PDLI E METAS	46
Figura 11: PRAÇA MARECHAL DEODORO DA FONSECA EM 1985	47
Figura 12: ANTIGO LARGO DO AMPARO EM 1910	48
Figura 13: INAUGURAÇÃO DA UFPI.....	51
Figura 14: CASA DR. ZENON ROCHA.....	54
Figura 15: CROQUI DA CASA DAVID CORTELAZZI	54
Figura 16: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ.....	56
Figura 17: MINISTÉRIO DA FAZENDA.....	57
Figura 18: DER	57
Figura 19: CROQUI DO CENTRO ADMINISTRATIVO.....	58
Figura 20: REGISTRO DE CADDAAH NA JUVENTUDE	61
Figura 21: ARQUITETO MIGUEL CADDAAH.....	62
Figura 22: CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE ARQUITETURA. RESOLUÇÃO CFE Nº 3, DE 23 DE JUNHO DE 1969	63
Figura 23: PRIMEIRO PROJETO DESENHADO	64
Figura 24: PROJETO-PADRÃO DAS UNIDADES ESCOLARES (1964).....	66
Figura 25: UNIDADE POLIVALENTE BENJAMIN BAPTISTA (1973)	67
Figura 26: TELHA CANALETE; TESOURA DE MADEIRA; PÓRTICOS DE CONCRETO.....	68
Figura 27: CROQUI DA IGREJA	69
Figura 28: IGREJA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	70
Figura 29: CARTA SOLAR DE TERESINA	76
Figura 30: ANÚNCIO DO GOVERNO JOÃO CLÍMACO	77
Figura 31: ESCOLA EM SUA ORIGEM	78
Figura 32: PRIMEIROS ANOS DA ESCOLA	79
Figura 33: ESCOLA JOÃO CLÍMACO	79
Figura 34: VISTA DA FACHADA COM GRADIL	80
Figura 35: VISTA DA FACHADA FRONTAL	81
Figura 36: QUADRA DE ESPORTES E CANTEIRO ABAIXO DA RAMPA	81
Figura 37: LOCAÇÃO DA ESCOLA JOÃO CLÍMACO	82
Figura 38: LOTE DA ESCOLA.....	83
Figura 39: VOLUMETRIAS DO ENTORNO – JOÃO CLÍMACO	83
Figura 40: MALHA ESTRUTURAL – JOÃO CLÍMACO	84
Figura 41: ESTRUTURAS INTERNAS E EXTERNAS.....	85

Figura 42: VIGAS APARENTES NO TETO	86
Figura 43: BRISES NAS JANELAS	86
Figura 44: FRISOS NAS FACHADAS	87
Figura 45: ABERTURAS DE CONCRETO.....	87
Figura 46: ELEMENTOS VERTICAIS.....	88
Figura 47: ZONEAMENTO DA ESCOLA	89
Figura 48: PLANTA BAIXA DO TÉRREO - ESCOLA JOÃO CLÍMACO	89
Figura 49: PLANTA BAIXA DO 2º PAVIMENTO - ESCOLA JOÃO CLÍMACO	90
Figura 50: PLANTA BAIXA DO 3º PAVIMENTO - ESCOLA JOÃO CLÍMACO	91
Figura 51: VOLUMETRIA JOÃO CLÍMACO	91
Figura 52: ELEMENTOS VERTICAIS.....	92
Figura 53: BRISES EM JANELAS	92
Figura 54: TEXTURAS DO JOÃO CLÍMACO	93
Figura 55: JANELAS EM AZUL	94
Figura 56: COMBOGÓS.....	94
Figura 57: CORTE PERSPECTIVADO	95
Figura 58: PÁTIO ENTRE TORRES	95
Figura 59: ESCOLA PAULO FERRAZ.....	96
Figura 60: DEPUTADO PAULO FERRAZ	97
Figura 61: LOCAÇÃO ESCOLA PAULO FERRAZ.....	98
Figura 62: LOTE DA ESCOLA PAULO FERRAZ	99
Figura 63: VOLUMETRIAS DO ENTORNO - PAULO FERRAZ.....	100
Figura 64: MALHA ESTRUTURAL – PAULO FERRAZ	101
Figura 65: CIRCULAÇÃO ENTRE BLOCOS E LAJE EM BALANÇO.....	102
Figura 66: PILARES FRONTAIS E ESTRUTURA DA QUADRA.....	102
Figura 67: COMBOGÓS DE CIMENTO	103
Figura 68: SALA DE AULA – PAULO FERRAZ.....	103
Figura 69: ARREIMATE DO PAVIMENTO SUPERIOR.....	104
Figura 70: VIGAS EM LAJE.....	104
Figura 71: INSOLAÇÃO DA RAMPA	105
Figura 72: ZONEAMENTO DA ESCOLA PAULO FERRAZ.....	106
Figura 73: PLANTA BAIXA DO TÉRREO – PAULO FERRAZ.....	107
Figura 74: PLANTA BAIXA PAV. SUPERIOR – PAULO FERRAZ.....	108
Figura 75: VOLUME FRONTAL DA ESCOLA.....	109
Figura 76: VOLUME LATERAL DA ESCOLA.....	109
Figura 77: VISTA POSTERIOR DA ESCOLA.....	110
Figura 78: QUADRA E BLOCO ADMINISTRATIVO.....	110
Figura 79: VISTA DO TÉRREO	111
Figura 80: VISTA DA FACHADA	112
Figura 81: JANELAS.....	112
Figura 82: TEXTURA NOS PILARES	113
Figura 83: ILUMINAÇÃO NA RAMPA.....	113
Figura 84: ESCOLA CLEMENTE FORTES.....	115
Figura 85: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA, 1973	116
Figura 86: FACHADA - CLEMENTE FORTES.....	116

Figura 87: LOCAÇÃO ESCOLA CLEMENTE FORTES	117
Figura 88: LOTE DA ESCOLA CLEMENTE FORTES.....	118
Figura 89: VOLUMETRIAS DO ENTORNO – CLEMENTE FORTES.....	119
Figura 90: MALHA ESTRUTURAL – CLEMENTE FORTES.....	120
Figura 91: RAMPA	121
Figura 92: VISTA FRONTAL DO CLEMENTE FORTES	122
Figura 93: VISTA LATERAL (EM FRENTE A RUA RIACHUELO)	122
Figura 94: VISTA LATERAL (EM FRENTE RUA RIACHUELO)	123
Figura 95: ZONEAMENTO DO PRÉDIO	124
Figura 96: PLANTA BAIXA DO TÉRREO – CLEMENTE FORTES.....	125
Figura 97: PLANTA BAIXA DO 2º PAVIMENTO – CLEMENTE FORTES	126
Figura 98: PLANTA BAIXA DO 3º PAVIMENTO – CLEMENTE FORTES	126
Figura 99: VISTA DA VOLUMETRIA FRONTAL	127
Figura 100: VISTA ENTRE RUAS ÁLVARO MENDES E RIACHUELO.....	128
Figura 101: VISTAS DE PÁTIOS ABERTOS.....	128
Figura 102: VISTA DO RECUO LATERAL	129
Figura 103: ESQUADRIAS E PILARES	130
Figura 104: PINTURAS EM CIRCULAÇÕES	130
Figura 105: JANELAS COM BRISES	131
Figura 106: VISTA DE SALA DA PIRÂMIDE.....	131
Figura 107: BRISES E GRADIS	132
Figura 108: FACHADA FRONTAL PERSPECTIVADA	132
Figura 109: ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ	134
Figura 110: PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA	134
Figura 111: BLOCO C	135
Figura 112: LOCAÇÃO BLOCO C.....	136
Figura 113: ALINHAMENTO NO TERRENO.....	137
Figura 114: VOLUMETRIAS DO ENTORNO – BLOCO C.....	138
Figura 115: VISTA DE LATERAL DO BLOCO.....	139
Figura 116: MALHA ESTRUTURAL.....	139
Figura 117: ESTRUTURA EM CONCRETO	140
Figura 118: DETALHE SUPERIOR DA RAMPA.....	140
Figura 119: FRAGMENTAÇÃO DOS PAVIMENTOS	141
Figura 120: PLANTA BAIXA DO PAVIMENTO TÉRREO	142
Figura 121: PLANTA BAIXA DO SEGUNDO PAVIMENTO.....	142
Figura 122: PLANTA BAIXA DO TERCEIRO PAVIMENTO	143
Figura 123: VOLUMETRIA GERAL.....	143
Figura 124: VOLUME COM RAMPA.....	144
Figura 125: JANELA ENTRE PAVIMENTOS.....	144
Figura 126: ESQUADRIA DE VIDRO EM FACHADA.....	145
Figura 127: VOLUMETRIA GERAL DO BLOCO E FACHADA.....	146
Figura 128: REVESTIMENTOS DAS FACHADAS	146
Figura 129: REVESTIMENTOS DO AUDITÓRIO.....	147
Figura 130: GRADIL METÁLICO.....	148
Figura 131: CERÂMICAS NA CIRCULAÇÃO	148

Figura 132: FACHADA SUDESTE	149
Figura 133: CORTE, PROJEÇÃO HORIZONTAL E VISTA SUPERIOR DOS PILARES	150
Figura 134: MÁSCARA DE SOMBRA NO 3º PAVIMENTO	151
Figura 135: MÁSCARA DE SOMBRA NO 2º PAVIMENTO	151
Figura 136: MÁSCARA DE SOMBRA NO 1º PAVIMENTO (TÉRREO).....	152
Figura 137: SOMBREAMENTO DA FACHADA NOROESTE.....	153
Figura 138: COMPARAÇÃO ENTRE PLANTAS ESTRUTURAIS	155
Figura 139: PLANTAS ESTRUTURAIS – JOÃO CLÍMACO E ANEXO IFPI	156
Figura 140: VOLUMETRIAS DO ANEXO IFPI E JOÃO CLÍMACO	157
Figura 141: VOLUMES – CLEMENTE FORTES E PAULO FERRAZ.....	158
Figura 142: PLANTA COM ORGANIZAÇÃO AGLOMERADA.....	159
Figura 143: PLANTAS BAIXAS JOÃO E ANEXO IFPI.....	160
Figura 144: PLANTAS – CLEMENTE FORTES E PAULO FERRAZ	161

LISTA DE ABREVIATURAS

BNH – Banco Nacional da Habitação

CEEP - Centro Estadual de Educação Profissional

CEPRO - Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CIEP- Centro Integrado de Educação Pública

CREA-PI – Antigo: Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Atual: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

DER - Departamento de Estradas e Rodagens

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMOPPI – Empresa de Obras Públicas do Estado do Piauí

FAFI – Faculdade de Filosofia

FAU– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FNA – Faculdade Nacional de Arquitetura

IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC - Ministério da Educação

ONU– Organização das Nações Unidas

PDLI - Plano Diretor Local Integrado

PET - Plano Estrutural de Teresina

REFSA -Rede Ferroviária Federal S.A.

SEMTCAS – Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e da Assistência Social

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

U. E. – Unidade Escolar

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

USAID – United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos no Brasil)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – MODERNIDADE ARQUITETÔNICA EM TERESINA – 1970 a 1985.....	21
1. Modernidade arquitetônica em Teresina – 1970 a 1985.....	22
1.1 Modernidade, arquitetura escolar, patrimônio moderno e memória	22
1.2 Contexto histórico e aspectos da modernidade em Teresina.....	41
1.3 Arquitetura de Teresina entre 1970 e 1985.....	47
CAPÍTULO 2 – O ARQUITETO MIGUEL CADDAH	60
2. O arquiteto Miguel Caddah.....	61
2.1 Dados do arquiteto.....	61
2.2 Atividades profissionais	62
CAPÍTULO 3 – ESCOLAS E MODERNIDADE URBANA	74
3. Escolas e modernidade urbana	74
3.1 Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Governador João Clímaco D’Almeida.....	77
3.1.1 A escola.....	77
3.1.2 Lugar e implantação.....	82
3.1.3 Tramas ordenadoras.....	84
3.1.4 Estrutura/Construção.....	85
3.1.5 Distribuição do programa em planta e circulações.....	88
3.1.6 Soluções volumétricas (coberta, fachadas, esquadrias).....	91
3.1.7 Materiais, texturas e iluminação natural.....	93
3.2 CEEP Paulo Ferraz.....	96
3.2.1 A escola.....	96
3.2.2 Lugar e implantação.....	98
3.2.3 Tramas ordenadoras.....	100
3.2.4 Estrutura/Construção.....	103
3.2.5 Distribuição do programa em planta e circulações.....	105
3.2.6 Soluções volumétricas (coberta, fachadas, esquadrias).....	108

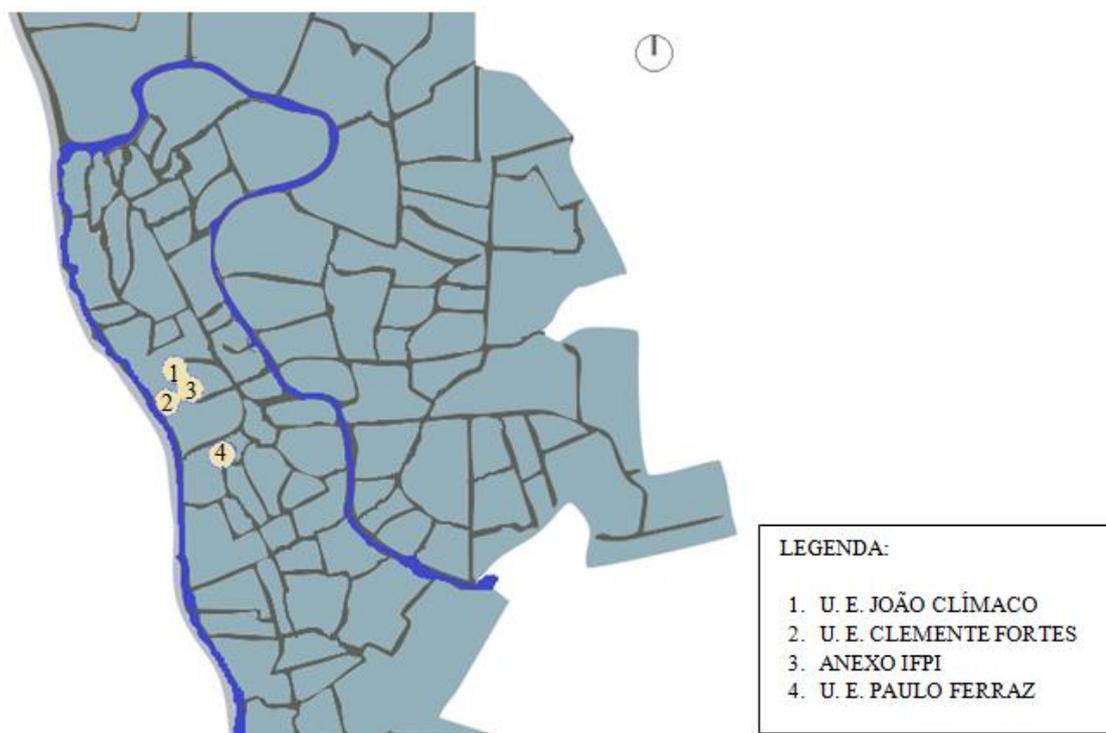
3.2.7 Materiais, texturas e iluminação natural.....	111
3.3 Unidade Escolar Clemente Fortes – Atual SEMTCAS.....	114
3.3.1 A escola.....	114
3.3.2 Lugar e implantação.....	117
3.3.3 Tramas ordenadoras.....	119
3.3.4 Estrutura/Construção.....	121
3.3.5 Distribuição do programa em planta e circulações.....	123
3.3.6 Soluções volumétricas (coberta, fachadas, esquadrias).....	127
3.3.7 Materiais, texturas e iluminação natural.....	129
3.4 Anexo (bloco C) do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Piauí – IFPI...	133
3.4.1 A escola.....	133
3.4.2 Lugar e implantação.....	135
3.4.3 Tramas ordenadoras.....	138
3.4.4 Estrutura/Construção.....	140
3.4.5 Distribuição do programa em planta e circulações.....	141
3.4.6 Soluções volumétricas (coberta, fachadas, esquadrias).....	143
3.4.7 Materiais, texturas e iluminação natural.....	145
DISCUSSÃO.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS.....	170
ANEXOS.....	177

INTRODUÇÃO

História e Arquitetura dialogam quando se trata dos estudos acerca do patrimônio histórico e material. Este trabalho analisa a relação entre a História e a Arquitetura produzidas por meio do estilo arquitetônico moderno aplicado na construção de prédios escolares projetados pelo arquiteto Miguel Caddah, entre os anos de 1970 a 1985. Foram analisados quatro exemplares dessa arquitetura, a saber: Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Governador João Clímaco D' Almeida (1971); CEEP Paulo Ferraz (1971); Unidade Escolar Clemente Fortes, atual SEMTCAS (1976); edifício anexo (bloco C) da Escola Técnica Federal do Piauí, atual IFPI (1985).

Todas as edificações possuem traços da arquitetura moderna (fachada livre de adornos, pilotis¹ aparentes, uso de brises² formando planos contínuos nas fachadas) e estão localizadas no centro de Teresina- PI (Figura 1).

Figura 1: MAPA COM ESCOLAS



Fonte: GOOGLE EARTH, 2016 com modificações da autora.

¹ Pilotis são suportes que sustentam um edifício deixando-o elevado do chão. (KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. 4ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. p. 195).

² Brise é o elemento arquitetônico em formato de placa horizontal ou vertical, fixa ou móvel, aplicada sobre a fachada de um edifício, para barrar a incidência direta de raios solares; quebra-luz, quebra-sol. (HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário da língua portuguesa**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 329).

O objetivo principal deste trabalho é analisar a produção arquitetônica de Miguel Caddah, referente à arquitetura escolar, a partir de uma percepção que considere o ponto de vista patrimonial e sua contribuição ao patrimônio histórico-cultural da cidade.

No que tange aos objetivos específicos, buscou-se: fazer um levantamento dos edifícios educacionais do referido arquiteto, no período em destaque, colocando em evidência aqueles que contribuíram para este estudo; identificar e estudar as características políticas, econômicas e socioculturais da cidade de Teresina, durante os anos de 1970 a 1985, a fim de interpretar com esses dados as possíveis relações com a arquitetura educacional projetada por Caddah; e, por fim, discutir que características, das obras em estudo, influenciaram na constituição da paisagem cultural local.

A pesquisa surgiu de indagações como: Quais as influências das edificações na formação da paisagem cultural local? As obras em análise podem ser consideradas elementos de identidade no patrimônio da cidade?

Diante disso, a pesquisa justifica-se por constatar que os estudos na área de arquitetura moderna educacional estão centrados em abordagens técnico-ambientais ou pedagógicas. Como exemplos dessas abordagens têm-se: a dissertação de mestrado de Ana Lúcia R. Camilo da Silveira intitulada “Diretrizes de projeto para construção de prédios escolares em Teresina/PI”, de 1999; o trabalho de Francisco Antônio Machado Araújo “Educação.com Tecnologia: conectando a dimensão subjetiva do trabalho docente mediado pelas TIC’s”, de 2015, e o trabalho intitulado “Análise das práticas pedagógicas sobre consumo ambiental responsável dos professores do Programa Escola Sustentável do município de Teresina – PI”, de Antônia Moura Nunes Neta, produzido no ano de 2013. Percebeu-se, com isso, a necessidade da abordagem patrimonial urbana.

Caddah é um dos principais arquitetos piauienses e sua contribuição pode ser aferida a partir de sua vasta obra no setor educacional e institucional. Por meio de sua produção arquitetônica, muitas obras em estilo moderno³ foram incluídas na paisagem urbana as quais, em tempos anteriores, não possuíam exemplares desse estilo.

³ O movimento moderno valoriza o volume da forma funcional. Nesse processo, os elementos decorativos são reduzidos ao máximo e as geometrias são simples e puras.

Após a Primeira Guerra Mundial, muitos países europeus, em face das novas tecnologias construtivas surgidas após a Revolução Industrial, lançaram críticas ao historicismo⁴ do século XIX, formando movimentos como a *Art Nouveau* e o expressionismo.

A linguagem moderna na arquitetura surgiu no início do século XX e, além de divulgar construções sem adornos, defendia o conceito de limpeza das formas e a padronização das estruturas (plantas baixas moduladas e econômicas) em oposição à arquitetura clássica herdada do período greco-romano. A modernidade na arquitetura disseminou-se como uma das soluções para a reconstrução de cidades europeias que haviam sido destruídas pela Segunda Guerra Mundial e que precisavam ser reconstruídas rapidamente, com poucos recursos e, principalmente, por conta da necessidade de habitação das populações afetadas pelo conflito.

O recorte temporal envolveu os anos de 1970 a 1985, período em que a cidade recebia as influências do estilo moderno na arquitetura e, nesse momento, as ações se concentravam num programa do governo chamado *Aliança para o Progresso*. Esse programa tratava-se de um convênio entre o Ministério da Educação (MEC), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o governo do Piauí e a Agência dos Estados Unidos no Brasil (*United States Agency for International Development - USAID*) que adotava medidas de ajuda para elevar o padrão de vida de países latino-americanos. O programa, aliado ao Plano Nacional de Educação, possuía um projeto-padrão para ensino e para a construção de escolas brasileiras. No Piauí, o plano começou a ser seguido no ano de 1967, conforme informações do arquiteto Miguel Caddah (CADDAH FILHO, 2015).

A paisagem teresinense adquiriu, durante esse período, seu perfil com edificações em estilo modernista e os espaços receberam essa nova identidade em detrimento das transformações que estavam sofrendo pela evolução (avanços) no panorama político e econômico. São exemplos dessas edificações o Tribunal de Justiça, o Estádio de Futebol Governador Alberto Tavares Silva (Albertão) e o prédio da CEPISA (Companhia Energética do Piauí), atual sede da Eletrobras Distribuição Piauí.

Destaca-se, pois, que a definição de construção não está concentrada apenas no conceito de dimensão ou do espaço em si, mas sim no fato de que esse espaço adquire suas qualidades essenciais quando assume sua localização, isto é, onde está inserido, conforme cita Frampton (1997, p. 416) “Apesar de sua relativa permanência, a construção não tem outra alternativa além de existir em seu momento histórico. Sua tarefa está na realização do aqui e agora”.

⁴ O historicismo na arquitetura baseia-se na em estilo de construção que tenta “reviver”ou reutilizar aspectos das arquiteturas do passado para as construções atuais.

Para analisar as obras, foram utilizadas as seguintes metodologias: arquitetônica (análise de componentes arquitetônicos/ urbanos em sistemas), método utilizado por Serra (2006) em seu livro *Pesquisa em Arquitetura e urbanismo - Guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação* e da História Oral – por Amado & Ferreira (2006) em *Usos & Abusos da História Oral* (entrevistas com arquitetos e pessoas envolvidas na construção das obras/ frequentadores das escolas, relatos etc.). Buscou-se, para tanto, fontes primárias (projetos arquitetônicos originais, fotografias etc.) e fontes secundárias como fundamentação da pesquisa (livros, periódicos, jornais etc.).

O estudo de tais edifícios oportunizou refletir sobre os conceitos de história urbana o que, por sua vez, pode ser considerado como objeto de relevância e pode servir de instrumento para a identificação da memória, do patrimônio e da cultura urbana teresinense.

O conteúdo deste trabalho foi distribuído em três capítulos. No primeiro, *Modernidade Arquitetônica em Teresina – 1970 a 1985*, intentou-se discutir os conceitos formadores da modernidade arquitetônica em Teresina: patrimônio, memória urbana e modernidade. Foram analisados o contexto histórico e a arquitetura durante o recorte temporal.

O segundo capítulo, *O arquiteto Miguel Caddah*, dedica-se a um breve perfil biográfico e da produção arquitetônica, de modo geral, do arquiteto Miguel Caddah. São citadas suas obras mais relevantes, a paisagem local e como estas contribuíram para a análise proposta.

O terceiro capítulo, *Escolas e Modernidade Urbana*, trata especificamente da análise de quatro exemplares educacionais projetados e construídos em Teresina pelo arquiteto: Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Governador João Clímaco D' Almeida; CEEP Paulo Ferraz; Unidade Escolar Clemente Fortes - Atual SEMTCAS e, por fim, Anexo (bloco C) do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI. Além disso, neste capítulo, são discutidos os aspectos dessas obras que colaboram na formação da paisagem cultural urbana e a importância da preservação desses.

Foto: U. E. João Clímaco d' Almeida. Nayane Costa, 2017.



capítulo 1.

MODERNIDADE
ARQUITETÔNICA EM
TERESINA - 1970 A 1985

Nesse primeiro capítulo, buscou-se discorrer sobre os conceitos formadores da modernidade arquitetônica em Teresina: patrimônio, memória urbana e modernidade. Observou-se o contexto histórico e a arquitetura durante o recorte temporal.

1. MODERNIDADE ARQUITETÔNICA EM TERESINA – 1970 A 1985

1.1 Modernidade, arquitetura escolar, patrimônio moderno e memória

Inicialmente, far-se-á uma discussão dos conceitos de Modernidade, Arquitetura Escolar, Patrimônio Moderno e Memória. Para tal, conta-se, em particular, com o diálogo com os textos de Lefebvre (1969), Halbwachs (1990), Burke (1992), Bruno Zevi (1996), Piñon (2006), Frampton (1997), Ascher (2010), Fani Carlos (2012) e Malard (2015).

Desse modo, faz-se pertinente compreender que História e Memória são indissociáveis e fortalecem as relações entre o desenvolvimento econômico e cultural de um determinado povo. É impossível construir a História de um povo sem que existam as identidades, os costumes e os conjuntos de significações que determinam a memória daquela cultura.

Modernidade

O espaço é o lugar onde os grupos sociais expressam seus imaginários e projetam suas ideologias. Espaço social que ultrapassa o significado físico, de acordo com Coutinho (1977), e que representa culturas e reprodução dos comportamentos.

[...] o edifício se constitui em correspondência temporânea que não se limita à ocasião de seu surgimento, nem só aos indivíduos de sua geração: é de sua índole manter-se em acessibilidade, abrir a plenitude do bojo aos que advenham mesmo desprovidos das condições que influíam nos prospectos remotos, facultando aos da atualidade a vez de imergirem arquitetonicamente na antiga era. (COUTINHO, 1977, p. 75).

À vista disso, a arquitetura adquire aspectos sociais e marca-se no lugar como estilo de vida de uma sociedade. Para Carlos (2001), a cidade moderna se amplia na figura das metrópoles. Os espaços deixam de ter apenas fronteiras físicas e conurbam limites virtuais:

A nosso ver o termo “metrópole” revela um momento histórico do processo de reprodução da cidade, portanto não estamos diante de um novo processo, mas de transformações históricas no processo de constituição do espaço urbano. Assim, a noção de cidade ganha nova amplitude revelando-se em sua historicidade, aparecendo como categoria central de análise ao revelar a materialização do processo histórico de produção do espaço geográfico. Assim, do mesmo modo que em cada momento da história se produz um espaço, este revela, em cada momento histórico, uma cidade e suas possibilidades. (CARLOS, 2001, p. 12).

Conforme Cardoso (2012, p. 195), “A cidade é um fato cultural, um caldeirão de impressões, de sentimentos, de desejos e frustrações”, essa cidade é identificada tanto pelos hábitos de seus povos como pelas edificações que traduzem a história de seu povo.

Pode-se, assim, acrescentar que “É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende de virtualidades do lugar”. (CARLOS, 2001, p. 20).

Nessas circunstâncias de contribuição dos espaços com a História a Arquitetura, passa-se a refletir a cultura e a memória dos povos.

Arquitetura é antes de tudo construção, mas construção concebida com o propósito primordial de ordenar e organizar o espaço para determinada finalidade e visando a determinada intenção... Por outro lado, a arquitetura depende ainda, necessariamente, da época da sua ocorrência, do meio físico e social a que pertence da técnica decorrente dos materiais empregados e, finalmente, dos objetivos e dos recursos financeiros disponíveis para a realização da obra, ou seja, do programa proposto... Pode-se então definir arquitetura como construção concebida com a intenção de organizar plasticamente o espaço, em função de uma determinada época, de determinado meio, de determinada técnica e de determinado programa. (COSTA⁵, 1940 apud AFONSO, 2010, p. 16).

Não existe arquitetura sem o elemento tempo. “O caráter essencial da arquitetura – o que a distingue das outras atividades artísticas – está no fato de agir com um vocabulário tridimensional que inclui o homem”, afirma Zevi (1996, p. 17). Homem que cultiva seus hábitos numa determinada região e estabelece relações de simbologias entre o meio e suas práticas sociais.

Porém, essa arquitetura não se torna estática no espaço, ela também sofre com a ação das mudanças sociais e, suas formas de expressividade, também se alteram com o passar dos anos.

Um conceito muito discutido na evolução das cidades é a terminologia “modernidade”.

Se existe uma voz moderna, arquetípica, na primeira fase da modernidade, antes das revoluções francesa e americana, essa é a voz de Jean-Jacques Rousseau. Rousseau é o primeiro a usar a palavra *moderniste* no sentido em que os séculos XIX e XX a usarão; e ele é a matriz de algumas das mais vitais tradições modernas, do devaneio nostálgico à auto-especulação psicanalítica e à democracia participativa (BERMAN, 2007, p. 26).

⁵ COSTA, Lúcio. Considerações sobre arte contemporânea (1940). In: **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes / EDUSP, 1995.

Lefebvre (1969, p. 3) afirma que a modernidade está relacionada a mudanças. Para o referido autor, “a mudança nas ideias deve vir junto com as mudanças nos fatos” e Ascher (2010, p. 21) complementa dizendo que “a modernidade não é um estado, mas um processo de transformação da sociedade”.

Por modernidade nós compreendemos, [...] uma reflexão principiante, um esboço mais ou menos adiantado de crítica e de autocrítica, numa tentativa de conhecimento. Nós o alcançamos numa série de textos e de documentos, que trazem a marca de sua época e entretanto ultrapassam a incitação da moda e a excitação da novidade. (LEFEBVRE, 1969, p. 3)

Já no âmbito da arquitetura, o termo modernidade ou “linguagem moderna” é adotado para se referir ao estilo arquitetônico criado após a Primeira Guerra Mundial através da renovação da linguagem estética na forma das fachadas, pelos materiais utilizados (advento das evoluções nas técnicas da construção civil) e pela nova metodologia de produção industrial – obras feitas em menos tempo, com espaços modulados e grandes vãos para usos flexíveis.

O movimento moderno, na arquitetura, surge na Alemanha, mais especificamente, em 1907, com a fundação de uma associação de industriais, artistas, técnicos e intelectuais, denominada *Deutsche Werkbund*. Com a associação, evoluiu-se para a criação da escola de arquitetura *Bauhaus* em 1919, Malard (2015, p. 1).

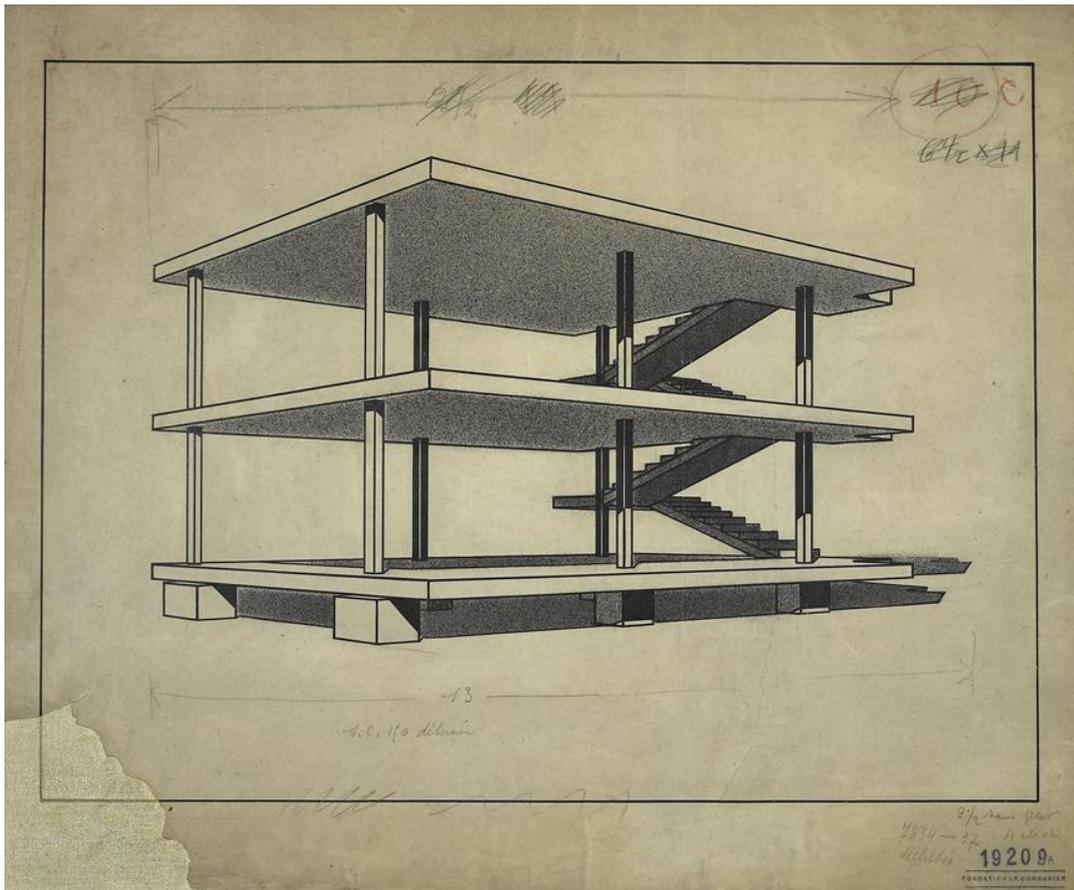
É importante citar os trabalhos de Le Corbusier, arquiteto que divulgou os princípios dessa nova arquitetura, originalmente denominada de *Estilo Internacional*, que se originou dos valores estéticos experimentados na *Bauhaus*.

A cobertura plana, o ritmo modulado da estrutura, as paredes rasgadas em vidro, são elementos de uma linguagem absolutamente revolucionária que acaba de se instalar no Século XX. Os arquitetos, utilizando os materiais de seu tempo, as técnicas de seu tempo, os requisitos de uso de seu tempo e combinando-os dentro de regras compositivas também de seu tempo promovem a reconciliação da arquitetura com sua base material. Foi um reencontro que já estava marcado desde quando a era moderna começou a se conformar, 5 séculos antes. A Ordem Moderna em arquitetura veio tarde, mas veio com vigor e disposição de ficar. (MALARD, 2015, p. 1)

Em 1926, Le Corbusier publica, na revista francesa *L’Esprit Nouveau*, os Cinco Pontos da Nova Arquitetura e cria o esquema modelo (Maison Domino) desses princípios: planta livre (com livre locação das paredes, já que estas não mais precisam exercer a função

estrutural); fachada livre (independente da estrutura); pilotis (permitindo o trânsito por debaixo do prédio); terraço jardim (utilização do espaço da cobertura, antes não utilizados com coberturas inclinadas) e janelas em fita (símbolo da independência entre estrutura e vedações, com vistas externas amplas), como se pode observar na Figura 2.

Figura 2: MAISON DOMINO



Fonte: Fondation Le Corbusier, 2016.

Para Piñon (2006, p 14), “assumir a historicidade do projeto manifesta a posição de quem projeta, perante a arquitetura e as demais; em definitivo, perante a história”. As edificações marcam o espaço e o tempo e, nesse caso, o conceito de modernidade ultrapassa o sentido físico, transfigurando-se em bem abstrato que permanece a várias gerações.

O conceito de modernismo torna-se adverso porque, enquanto distingue uma nova metodologia projetual com elementos específicos como, por exemplo, a liberdade de fluxos e de estruturas, mantém uma independência visual entre as obras realizadas em locais diversos. Já as ordens classicistas como a Renascentista, a Gótica, entre outras, eram reproduzidas com igual estética em outros territórios.

Piñon (2006) segue afirmando que “a modernidade é, portanto, um modo de intensificar a construção da forma, pois a libera da coação dos princípios compositivos classicistas, sem renunciar à precisão e à consistência da estrutura foral do objeto”. (PIÑON, 2006, p. 42)

Dessa forma, é possível depreender que a arquitetura moderna se desprende dos ornamentos clássicos, das ordens visuais pré-determinadas e copiadas, sem considerar o âmbito local, para uma arquitetura com estrutura condizente com seu entorno e com as características específicas da cultura em que está inserida.

No Brasil, essa modernidade arquitetônica tem início com a Semana de Arte Moderna, de 1922, com a parceria entre o urbanista Lúcio Costa e o arquiteto russo Gregori Warchavchik na construção da casa deste na cidade de São Paulo, em 1927. A casa, com linhas retas e telhado escondido por platibanda, foi considerada como o primeiro exemplar de arquitetura moderna brasileira.

K. Frampton (1997, p. 9) afirma na obra “História Crítica da Arquitetura Moderna” que “[...] quanto mais rigorosamente se procura a origem da modernidade, mais atrás ela parece estar” e todo o livro mostra uma série de fatos socioculturais que definem o estabelecimento da Modernidade arquitetônica. Frampton, ao tratar das primeiras oposições, diz que:

Desde meados do século XVIII em que uma nova visão da história levou os arquitetos a questionar os cânones clássicos de Vitruvius e a documentar os vestígios do mundo antigo a fim de estabelecer uma base mais objetiva sobre a qual trabalhar (FRAMPTON, 1997, p. 9)

Os critérios listados nos trabalhos de Le Corbusier seriam os norteadores dessa nova metodologia projetual. Segawa (2014, p. 19) afirma que:

A cidade afirmava-se como o palco do moderno – modernização tendo como referência a organização, as atividades e o modo de vida do mundo europeu. [...] o desejo de mudança era latente: a elite urbana, progressiva, positivista, cosmopolita, contrapunha-se à sociedade tradicional, de índole agrária e conservadora (SEGAWA, 2014, p. 19).

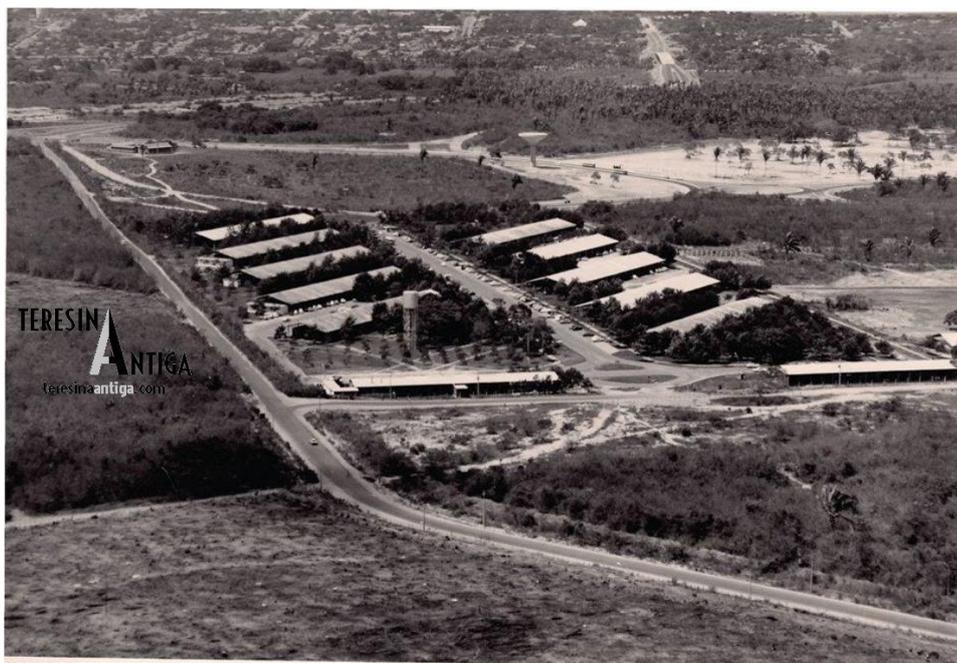
As escolas, como estética do ensino, foram representações dessa modernidade nacional, a partir das construções de edifícios escolares, nos anos de 1950. Havia edifícios escolares para os cursos básicos com projetos de arquitetos ilustres como: Demétrio Ribeiro, no Rio Grande do Sul, e Oscar Niemeyer, em Minas Gerais e Mato Grosso (SEGAWA, 2014, p. 173).

Em contrapartida, em Teresina, a modernidade apresenta-se de forma tardia, com os primeiros exemplares dessa arquitetura da década de 1960 e, mais anteriormente, pode-se sobrelevar os prédios em estilo celetista, isto é, estilo que mistura elementos de vários estilos clássicos. A cidade conserva, em sua paisagem urbana, traços marcantes da sua ocupação original como, por exemplo, seus espaços verdes, suas praças e seus palacetes ecléticos, entretanto, esse cenário também mantém muito dessas heranças com pouca arquitetura em estilo pós-moderno.

Na segunda metade do século XX, Teresina começou a apresentar a verticalização urbana, principalmente nas margens do rio Poti, e, através do incentivo do governo estadual de Petrônio Portella (1963-1966), passou por uma ampliação da rede de ensino e de saúde. Nas décadas de 1970-1980, a cidade viveu uma economia baseada, principalmente, no setor de serviços e adquiriu características culturais de cidades em expansão como, por exemplo, com a criação da Universidade Federal do Piauí (Figura 3), conforme se refere o Jornal O Dia:

(...) Teresina é, há muito tempo, uma cidade para a qual ocorrem levas e levas de jovens estudantes do interior do Piauí e do Maranhão. Na primeira metade da década em foco [1970], os estudantes, em sua ampla maioria, são secundaristas, existindo também em nível superior, um local de interessante agitação política: a Faculdade Católica de Filosofia, então transformando-se em Universidade Federal. (Jornal O Dia, 2002, p. 205).

Figura 3: CAMPUS DA UFPI EM SUA ORIGEM



Fonte: website “Teresina Antiga”, 2016.

O *campus* da UFPI iniciou com a construção de blocos nos atuais Centros de Ciências da Natureza (CCN) e Centro de Ciências da Saúde (CCS), conforme mostra a Figura 3, enquanto que setores como Centro de Ciências da Educação (CCE) foram construídos posteriormente, em terreno descampado em frente caixa d'água.

Durante esses anos, 1970 a 1985, a arquitetura em estilo eclético, do início da formação da cidade, passou a conviver com a arquitetura moderna, muito difundida em todo o mundo e já em uso no sul do país, praticada por arquitetos que estudaram a Modernidade nas principais faculdades de arquitetura do país como a do Rio de Janeiro, de Brasília e de Pernambuco.

Arquitetura escolar

A educação é instrumento não apenas de formação cultural e propagação do conhecimento, ela inclui discursos políticos e a pedagogia desejada à instrução de determinado grupo com acesso às informações. Para Kowaltowski (2011), a educação “é apresentada como forma de dominação política e social, e discute-se a preocupação com o espaço do ensino, para que as normas sejam corretamente seguidas” (KOWALTOWSKI, 2011, p. 64).

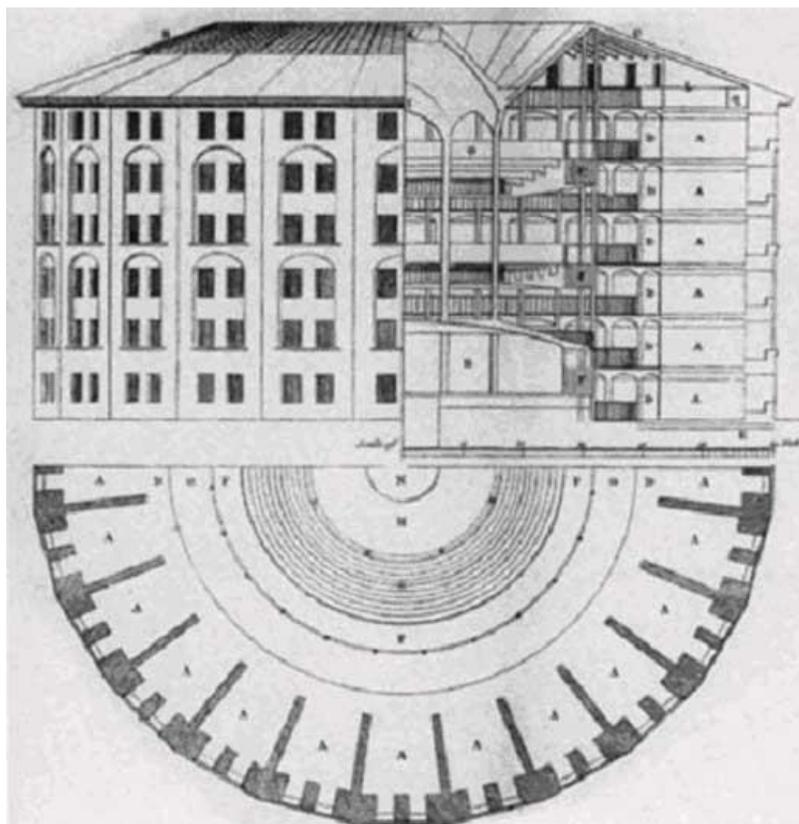
Desde suas origens, no período da Idade Média, as construções das primeiras universidades como, por exemplo, a Sorbone, em Paris, fundada em 1297, e a de Bolonha, na Itália, fundada em 1088, estavam interligadas à expansão das religiões dominantes por meio do ensino de teologia. As escolas eram locadas sempre próximas ou no interior das catedrais, como nas construções jesuítas.

Com a revolução industrial e o crescimento populacional de grandes centros urbanos, surgiu uma preocupação em organizar os ambientes escolares a fim de educar uma parcela maior da população e dar acesso às técnicas do trabalho industrial, origem dos atuais cursos profissionalizantes.

Esses espaços eram representados por meio de duas vertentes: seja para “o desejo de controle e disciplina por espaços bem-determinados, com projetos baseados no isolamento autônomo; de outro [lado], as influências das teorias pedagógicas, que valorizavam mais a criatividade e a individualidade” (KOWALTOWSKI, 2011, p. 65). Na primeira distinção, o espaço facilita a vigilância dos usuários, trabalha-se o conceito de “arquitetura panóptica”, termo definido por Foucault (2013, p. 190):

O *Panóptico* de Bentham⁶ é a figura arquitetural dessa composição [mecanismo de poder]. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções — trancar, privar de luz e esconder — só se conserva (**Figura 4**) a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 2013, p. 190, grifo da autora).

Figura 4: PLANTA DO PANÓPTICO DE BENTHAM



Fonte: Foucault, 2013, p. 44.

O uso dessa arquitetura molda seus espaços de forma a consagrar a hierarquia e a disciplina. Já as teorias pedagógicas surgiram com o pensamento reformador das usuais

⁶ BENTHAM, J. *Panopticon, Works*. Ed. Bowring, t. IV, p. 60-64. Cf. ilustração n. 17.

metodologias utilizadas nas salas de aulas por educadores como Comenius, em sua obra *Grande Didacta*, a qual o ensino deve priorizar a interdisciplinaridade e construir o ser humano integral; Heinrich Pestalozzi com a defesa da democratização da educação e Jean Piaget, para o qual o indivíduo evolui através do desenvolvimento cognitivo em etapas, havendo interação com o meio.

No Brasil, educadores também se destacaram na fixação das metodologias de ensino e torna-se perceptível as influências dessas ideias na forma das construções escolares locais. Nomes como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire foram essenciais para essas mudanças.

A arquitetura seguia os conceitos da sistemática disciplinadora descrita por Foucault em que os ambientes separavam os alunos pelo gênero, em espaços com móveis em filas simétricas, para que o professor, naquele espaço, mantivesse-se em posição superior para a observação dos alunos.

Em 1889, com as ideias do processo republicano no Brasil, observa-se a precariedade dos locais usados para a prática do ensino e, com o objetivo de valorizar a educação, surge a preocupação em construir prédios escolares padronizados. [...] Para exemplificar este período da história brasileira, trazemos a referência o arquiteto Ramos de Azevedo, em São Paulo, que projeta e constrói prédios destinados especificamente ao uso escolar, como o projeto da Escola Ferreira Penteadado (1880), na cidade de Campinas e a Escola Normal (1890-94) e do Jardim da Infância (1896), na Praça da República na cidade de São Paulo, edificando construções voltadas para os conceitos educacionais da época, como a divisão por classes e ambientes mais demarcados (GOMES MELO, 2012, p. 13).

Após os anos 1930, são realizadas alterações na forma de projetar as escolas brasileiras com as ideias reformadoras de Anísio Teixeira. Teixeira foi aluno do pedagogo John Dewey e seguia seus princípios, para os quais a sociologia, a psicologia, a antropologia e a geografia serviam de base para modificar as condições sociais dos povos instruídos, conforme afirma Kowaltowski (2011, p. 31).

Teixeira fundamentou a educação nas funções de escola, de biblioteca e de museu e, em 1932, participou do "Manifesto dos Pioneiros", movimento que uniu pedagogos, filósofos e cientistas na defesa de educação pública obrigatória a todos. Também trabalhou com a municipalização do ensino e criou o Instituto Nacional de Ensinos e Pesquisas Educacionais (INEP), organizando a pedagogia nacional em setores que contemplavam desde o ensino infantil até a pós-graduação.

É nesse momento que surge, em 1946, o conceito de *escola-parque*, em que há a interação dos conteúdos teóricos, vistos na escola-classe, com os aprendizados na prática, em contato com exterior da escola e a natureza. O exemplo de maior notoriedade dessa arquitetura foi a Escola Parque da Bahia, Centro Educacional Carneiro Ribeiro (1947), ilustrada pela Figura 5. Esta foi projetada pelo arquiteto Diógenes Rebouças e é considerada, pela ONU (Organização das Nações Unidas), como um modelo educacional mundial.

Figura 5: BIBLIOTECA DA ESCOLA PARQUE DA BAHIA



Fonte: Acervo da Escola Parque. Nivaldo Andrade Júnior, 2014.

Durante os anos 1960, o educador Paulo Freire contribuiu em defesa da educação popular, do ensino que contemplasse não apenas os dominadores como, também, os oprimidos pelo sistema social. Para ele, a educação tinha cunho socialista e era instrumento de libertação e conscientização política. Suas ideias refletiram nas escolas onde os professores dialogam com os alunos na busca pelo aprimoramento do sentido da realidade vivida e construída pelos povos.

Nos anos 60 destaca-se a ascensão de arquitetos como Afonso Eduardo Reidy e Oscar Niemeyer, com estilos voltados a modernidade e com propostas arquitetônicas relevantes para edifícios públicos. Os arquitetos elaboraram projetos que consistiam em blocos de salas de aula; setor

administrativo; galpão para as atividades de lazer e socialização; além da parte central do terreno onde se encontram pátio coberto, auditório e biblioteca. Oscar Niemeyer responsável pelo projeto dos CIEPs [Centros Integrados de Educação Pública], no Estado do Rio de Janeiro, nos anos 80, declara sobre esta obra: “Assemelhando-se aos Centros Educacionais dos anos 1950 essas características foram retomadas por Darcy Ribeiro nos CIEPs, com o objetivo de oferecer ensino público integral com qualidade pretendendo assim expandir a rede pública”. A definição arquitetônica desses CIEPs ficou a cargo de Oscar Niemeyer, juntamente com a participação de outros profissionais da área. O primeiro, inaugurado em 1985, recebeu o nome de CIEP Tancredo Neves, no bairro da Glória, no Rio de Janeiro (GOMES MELO, 2012, p. 15).

Darcy Ribeiro dedicou-se, nos anos de 1950, aos estudos de povos indígenas. Foi correspondente da ONU na formação do manual de povos aborígenes no mundo. Defendia a educação em tempo integral e enfatizava a importância dos cursos profissionalizantes como vetores de fuga da marginalidade social.

Ajudou, ainda, na criação dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), espaços que abrigavam cursos sequenciais e que eram construídos com estruturas pré-moldadas de concreto. Os CIEPs (Figura 6) comportavam salas de aula, enfermaria, refeitório, áreas de recreação, ginásio esportivo, edifício da biblioteca e dormitórios.

Figura 6: CIEP TANCREDO NEVES



Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, 2016.

No Piauí, as primeiras escolas foram construídas no governo do engenheiro João Luís Ferreira (1920-1924), a partir dos anos 1920 sob a perspectiva de modernização dos espaços

urbanos, durante as modificações das cidades, no início do período republicano brasileiro (QUEIROZ, 1998, p.72). Com o passar dos anos, a arquitetura de Teresina seguiu os modelos utilizados nas outras capitais do país.

A discussão dos ambientes escolares, portanto, não se restringia ao ambiente físico, à pedagogia ou aos aspectos culturais adotados, de modo que era sintetizada em reflexões multidisciplinares em que as ideologias presentes nelas eram determinantes para a visão geral da educação que ela propunha. Mahfuz (2011, p. 1) resume o projeto como um programa que aglomera múltiplas funções, segundo ele, “o projeto surge como uma atividade totalizadora que sintetiza na forma os requisitos do programa, as sugestões do lugar e a disciplina da construção”.

Os estudos dos dados arquitetônicos e históricos fazem refletir sobre os discursos elaborados pela arquitetura escolar: como esta arquitetura influencia no conceito de patrimônio moderno e como é estabelecida a identificação da paisagem cultural da região. Seguem-se, mais a frente, as análises de quatro exemplares da arquitetura moderna escolar realizada por Caddah em Teresina.

Patrimônio Moderno

O estudo de obras arquitetônicas de um povo auxilia na definição de seu patrimônio histórico. Este trabalho focaliza as edificações educacionais entre as décadas de 1970 a 1985 porque elas foram construções expressivas tanto na inclusão do estilo moderno quanto na formação cultural da cidade através do caráter patrimonial.

Também se levou em conta que os prédios permanecem sem muitas alterações e, que mesmo não sendo ocupados com a função educacional, ainda operam como instrumentos do patrimônio histórico. Como elemento essencial na mudança na paisagem urbana, esse tipo de arquitetura adquire *status* de patrimônio arquitetônico urbano.

Entende-se por Paisagem Urbana Histórica⁷ a definição utilizada pela UNESCO no preâmbulo de “Recomendações sobre a paisagem histórica urbana” que a considera resultado da sobreposição de valores e atributos culturais e naturais de um local, estendendo o contexto urbano para além de seu centro histórico. (RODRIGUES, 2014, p. 20).

⁷Disponível em:

http://www.sintraovpm2011.com/ocs/public/conferences/1/docs/UNESCO_RECOMENDA.pdf?PHPSESSID=25f455cc3e79b22f3de89e90062ee414.

Segundo o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o conceito de patrimônio passou de “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” para patrimônio cultural.

A nova definição amplia o conceito, com o Artigo 216 da Constituição, para bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. A mudança propõe uma visão menos positivista e mais relacionada a grupos antes marginalizados no processo de formação cultural do país.

Essas reflexões remetem à História do Cotidiano, abordada na obra de Maria Izilda S. de Matos (2002, p. 36), na qual o meio urbano é denominado de Cidade-Documento, assim, para a autora:

Cidade-documento: a paisagem urbana vai-se impondo como um documento a ser lido, como um texto a ser decifrado. Cabe ao investigador entender esse emaranhado de tempos-espacos e memórias, recuperar as várias camadas e as relações entre elas decifrando seus enigmas, como uma arqueologia social da cidade (MATOS, 2002, p. 36).

Assim, o ambiente histórico passa a sofrer diariamente transformações e, nesse processo de mudança permanente, evidencia-se como parte dos estudos em que a cultura se processa.

O conceito de patrimônio surgiu concomitante ao conceito de monumento, como se pode constatar nas palavras de Choay, a seguir:

Em primeiro lugar, o que se deve entender por monumento? O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (‘advertir’, ‘lembrar’), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. [...] O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurado o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e o aniquilamento (CHOAY, 2006, p. 17)

Choay (2006, p. 12) segue afirmando que a primeira Comissão dos Monumentos Históricos surgiu na França, em 1837, e possuía três grandes categorias de monumentos históricos constituída pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Após a Segunda Guerra Mundial, a quantidade de bens catalogados multiplicou-se em grande escala, porém, mantinha-se as mesmas características da arqueologia e da história da arquitetura erudita, ou seja, eram incluídas apenas os casos feitos por arquitetos legalizados, não por pequenos construtores.

Com o passar dos anos, organizações nacionais e internacionais reuniram-se para rever algumas ações de salvaguarda do patrimônio. Nesses encontros, surgiram as Cartas Patrimoniais e, desde a primeira (Carta de Atenas), datada de 1931, pela UNESCO, há mais de 40 Cartas atuais.

A Carta de Atenas foi fruto do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) e contou com arquitetos como Le Corbusier, na promoção de um “Urbanismo Racionalista”, com produção industrializada, mas que levava em conta os condicionantes regionais onde estava inserido.

Os conceitos de preservação foram evoluindo de monumentos a sítios históricos, como a Carta de Veneza, em 1964, e mais recentemente à Paisagem Urbana Histórica.

Em 1980, a Carta de Burra, estabelecida pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), foi fundamental para a formação do termo *significado cultural*:

Significa valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, atual ou futuras. O significado cultural está incorporado no próprio sítio, na sua fábrica, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registros, nos sítios relacionados e nos objetos relacionados. Os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes. (ICOMOS, 1980. Modificado pela autora)

O referido conceito ampliou o âmbito dos imóveis a serem preservados, pois incluiu imóveis atuais que podem vir a servir de heranças culturais no futuro, preservando a arquitetura Moderna.

Contudo, é necessário o trabalho de educação patrimonial. Educação esta que, conforme o diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM), Hugues Varine-Bohan, deve contemplar três recursos, a saber: o patrimônio natural (clima, vegetação), o patrimônio cultural (material e imaterial) e o recurso humano.

Portanto, não basta conservar o espaço físico se não se conserva, também, a metodologia construtiva que aquele prédio necessitará para sua manutenção, além disso, não se pode deixar de realizar a conscientização nos usuários dos espaços nessa conservação.

Castriota (2007), em linhas gerais, afirma que quando se pensa em preservação de imóveis no Brasil, desde a década de 1930, a primeira sugestão é o tombamento, isto é, instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, logo, ações de educação patrimoniais envolvendo a participação da comunidade e dos órgãos privados podem surtir mais efeitos práticos.

As análises levaram em conta os levantamentos de dados da Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves (FMCMC), Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC), IPHAN-PI, legislações oficiais do patrimônio cultural nacional (Decreto – lei nº 25 de 30 de novembro de 1937) e estadual (Lei nº 4.515 de 09 de novembro de 1992).

De acordo com a coordenadora do Departamento de Conservação e Registro da FUNDAC, Patrícia Mendes, as quatro escolas analisadas não são protegidas por lei estadual, nem inventariadas. A FUNDAC possui 281 imóveis inventariados classificados entre Arquitetura Civil, Industrial, Oficial (órgãos governamentais), Religioso e Equipamentos Urbanos (FUNDAC, 20 de julho de 2017).

Na Fundação Monsenhor Chaves, as escolas, com exceção do bloco C do IFPI, constam no inventário de 2010, no entanto, não são tombadas.

Dos edifícios educacionais de Teresina, são tombados: a escola Normal Antonino Freire (nível estadual e municipal); o Grupo Escolar Mathias Olympio (estadual); o Grupo Escolar Gabriel Ferreira (estadual) e a Biblioteca Des. Cromwell de Carvalho (nível estadual e municipal). Nenhum edifício educacional é tombado em nível federal, o que demonstra uma necessidade de conservação desse tipo de edificação na cidade para a promoção da memória e da identidade local.

Memória

Ulpiano Menezes cita que a “memória não só transmite conhecimento e significações, mas cria significados. Tem de ser entendida, pois, como uma ação, e uma ação produtora de significados” (MIRANDA, 2007, p. 17). Em seu discurso, menciona o livro *Memória Social*⁸, no qual divide a memória em dois tipos: memória como ação (vívda) e memória como

⁸ FENTRESS, James. WICKHAM, Chris. **Memória Social**. Universitat de València: 2003.

representação. Aquela seria as comemorações, os ritos e os atos que implicam performance, enquanto esta seria as lembranças e a imaginação de eventos.

Tanto uma como a outra não dizem respeito a uma *memória coletiva*⁹—(d)escrita pelo sociologista francês Maurice Halbwachs - ou a uma memória dos indivíduos. São atualmente justapostas em seus sentidos e aglomeradas em suas funções, externando, com isso, as formas dos povos lidarem com as experiências do passado e criarem suas significações no presente.

Essas reflexões apontam para uma memória que passa de uma recuperação da experiência para a linguagem dessas. Não como resgate das experiências, mas como novas formas de ver aqueles atos.

Outrora rejeitada como trivial, a história do cotidiano passou a ser encarada como uma possibilidade de recuperação de outras experiências. Procurando enfocar o mundo da experiência comum como ponto de partida, juntamente com uma tentativa de encarar a vida cotidiana como problemática, ela tem demonstrado que o comportamento ou os valores que são aceitos em uma sociedade num certo momento histórico podem ser rejeitados em outras formas de organização social ou em outros períodos. Assim, **destacar as diferenças a partir do reconhecimento de que a realidade histórica é social e culturalmente constituída** tornou-se um pressuposto do pesquisador que procura pôr a nu a poesia do dia-a-dia permitindo perceber a existência de processos históricos diferentes e simultâneos que compõem a trama histórica, bem como abrir um leque de possibilidades de foco e análise. (MATOS, 2002, p. 25, grifos nossos)

Cumprir mencionar, considerando a citação supracitada, que a arquitetura torna-se um elemento constitutivo da produção histórica. Edificações, praças e cidades adquirem, assim, lócus na construção da realidade histórica.

A história atual seguiu esse pensamento e converge para uma história social com múltiplas vozes e interpretações diversas. Hoje, a história da cultura compõe-se das representações dessas vozes, abrangendo a história tradicional de cunho positivista, escrita pelos detentores do poder, a micro-história ou história do cotidiano, defendida por Braudel, desde 1949, com a obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*.

Ao contrário da historiografia, a memória não tem a exatidão do método. A história do cotidiano trata-se, em parte, de uma história dos marginalizados, do simbólico e do individual. É uma história que não anula civilizações vencidas porque esta se perpetua também nos pequenos atos do cotidiano, nos costumes e crenças. São autores dessa geração historiográfica: Le Goff, Pierre Nora e Fernand Braudel.

⁹HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

História pode ser vista no sentido de “vivência coletiva dos homens e a reflexão, o conhecimento e a compreensão dessa vivência. Ao primeiro sentido, podemos dar o nome de história-experiência; ao segundo, podemos chamar história-conhecimento ou historiografia”, conforme D’ Aléssio (MIRANDA, 2007, p. 199).

Nesse contexto, a História não rompe com o presente quando analisa o passado. A historiografia atual demonstra que presente-passado comprovam a tese de Fernand Braudel com as várias multiplicidades temporais da história, em seu discurso de “dialética da duração”. Dialética esta que não considera como tempo histórico apenas os fatos em determinado instante, mas aglomera neste os acontecimentos em torno dele. Une-se, desse modo, as temporalidades e as interpretações dos fatos.

Nessa formação da memória cultural, o espaço torna-se instrumento dessas expressões. A cidade posiciona-se como macrosfera desta dimensão, enquanto que ambientes onde há relação de ordem em menor âmbito (hospitais, escolas, indústrias, quartéis etc.) refletem as hierarquias sociais, as ideologias e as memórias da sociedade moderna.

Na obra de Pierre Nora¹⁰, as memórias vividas externalizam-se na forma física, fora da mente das pessoas em espaços reais ou abstratos. Esses espaços são denominados de *lugares de memória* e reúnem “coisas, pessoas, instituições, cerimônias, símbolos etc, que condesam memória” (MIRANDA, 2007, p. 31).

Essas reflexões levam a crer que os espaços ultrapassam as dimensões físicas e absorvem o caráter temporal e abstrato de significações afetivas que simbolizam poderes, relações e interações entre os indivíduos.

Na obra *Vigiar e Punir*¹¹, de Michel Foucault, exemplifica-se o poder dos espaços sobre grupos. Nela as escolas são espaços disciplinadores:

A distribuição arquitetônica típica da sociedade disciplinar é o *Panopticon* (*pan* = tudo; *optikós* = visão) de Bentham (1791). De uma torre central vigiam-se as celas individuais que a circulam. Em cada cela há uma janela com grades voltada para o centro e uma abertura nos fundos para a entrada da luz externa. A tecnologia da vigilância contínua e permanente funciona como operador disciplinar; pode-se controlar, fazer experiência, modificar o comportamento. [...] Esse “espaço escolar” é “uma máquina de aprender, mas também de vigiar, hierarquizar e premiar” (ARAÚJO, 2002, p. 32).

¹⁰NORA, Pierre. *Entre história e memória: A problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

¹¹FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Portanto, espaços disciplinam os homens, moldam e modificam comportamentos, como descreve Araújo (2002, p. 32), em artigo à Revista Educação.

Halbwachs (1990) argumenta que as recordações são construídas por grupos sociais. Os indivíduos recordam, no sentido literal, físico. Contudo, são os grupos sociais que determinam aquilo que é “memorável” e, também, a maneira como será recordado (BURKE, 1992, p. 236).

[Halbwachs] explicitou um aspecto implícito na arte da memória clássica e renascentista: a importância de “colocar” as imagens que se desejam recordar em locais particulares como em palácios de memória, ou teatros de memórias. Alguns dos missionários católicos no Brasil, os padres salesianos, parecem ter tido consciência da ligação existente entre espaços e recordações. Uma das estratégias para a conversão os índios Bororo, como nos lembra Lévi-Strauss, era retirá-los das suas aldeias tradicionais, onde as casas estavam em filas, fazendo assim tábuas rasas e preparando-se para inscrever nela a mensagem cristã. (BURKE, 1992, p. 241).

Percebe-se, com isso, que elementos construtivos ou edificações são representações de memórias. Edificações essas que se tornam instrumentos da perpetuação, não apenas das memórias como, também, dos costumes e da cultura de um povo.

A história oficial, a qual se habitou a considerar como aquela a ser preservada e propagada por gerações, trata-se do exercício dos historiadores de manter viva a memória dos fatos. Conforme Burke (1992, p. 246), “Diz-se muitas vezes que a história é escrita pelos vencedores. Poderia também dizer que a história é esquecida pelos vencedores”, desse modo, a relação entre memória e poder torna-se sempre nociva a algum dos envolvidos neste “conflito” de interpretações.

Lembrar o passado e escrever sobre ele já não parecem poder ser consideradas atividades inocentes. Nem as recordações nem as histórias nos parecem objetivas. Em ambos os casos estamos a aprender a estar atentos à seleção consciente ou inconsciente a interpretação e à distorção. Nos dois casos esta seleção, interpretação e distorção são fenômenos socialmente condicionados. Não se trata do trabalho de indivíduos isolados. (BURKE, 1992, p. 236).

Por conta desse monopólio das informações, os grupos sociais determinam não apenas o que lembrar, mas, também, como e *onde* lembrar os fatos.

Durante o recorte temporal, o país vivia um período de ditadura militar, enquanto que, em âmbito local, esses governos apresentaram um grande volume de obras públicas, reflexos do “milagre econômico” como, por exemplo, com os governadores Petrônio Portella (1963 a

1966), Alberto Silva (1971 a 1975) e o prefeito Wall Ferraz (1975 a 1979). Portella criou o Banco do Estado do Piauí, as Centrais Elétricas do Piauí (CEPISA) e a Companhia de Águas e Esgotos do Piauí (AGEPISA); Silva a rodovia Transpiauí, a estação rodoviária de Teresina e o estádio “Albertão” enquanto que Ferraz iniciou a construção do prédio do Centro de Convenções, a construção da praça Da Costa e Silva e a ampliação do prédio da Assembleia Legislativa do Piauí.

Percebe-se que a arquitetura Contemporânea¹² e a Moderna interagem e conseguem conviver harmonicamente, mas, nos últimos anos, a memória urbana têm sido degradada ou até mesmo destruída em detrimento da especulação do mercado imobiliário, em expansão, e da construção de vias de tráfego que necessitam de grandes áreas sem edificações para seu funcionamento.

Escolas como o Liceu Piauiense, o Colégio Diocesano e o Colégio Sagrado Coração de Jesus, até em tempos atuais, são exemplos de prédios escolares que marcam o patrimônio escolar edificado teresinense. Edificações estas que, por estarem ativas a mais de um século, são agregadoras da memória e da cultura na formação da sociedade local.

A presente pesquisa busca, também, estudar como se inseriu na identidade urbana o estilo Moderno, suas influências na formação da cultura teresinense, na memória e no uso adequado de técnicas construtivas aliadas ao perfil do ambiente local.

Discutem-se as relações entre a arquitetura das escolas, a política e economia do período. Que traços do período do “Milagre Econômico” foram percebidos nas obras? O desenvolvimento econômico da cidade influenciou na adoção de uma arquitetura diferente da já adotada? A ditadura interferia na produção arquitetônica local?

Por fim, haverá a caracterização do cenário arquitetônico de Teresina entre 1970 e 1985: Quais arquitetos eram atuantes? Que tipo de arquitetura era usualmente executada na cidade? Quais os primeiros exemplares de arquitetura moderna na paisagem retratada?

Desde sua origem, poucos arquitetos conseguiram aderir identidade arquitetônica local às edificações teresinenses. Geralmente, os prédios institucionais e grandes obras se assemelhavam muito ou eram cópias de projetos de outros locais, enquanto que prédios modernistas abordavam técnicas locais como uso de combogós cerâmicos e brises para proteção solar, aproximando a construção da realidade local.

O arquiteto Miguel Dib Caddah Filho, graduado pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, produziu, na década de

¹² Arquitetura Contemporânea surgiu na década de 1970 com movimentos pós-modernos e é representada pela arquitetura *high-tech*, com mega construções de formas abstratas e com mensagem futurista.

1960, extenso acervo de obras em estilo Moderno, principalmente através de edifícios educacionais, e, com isso, ajudou a incluir a Modernidade na paisagem da cidade.

É desse período que Teresina apresenta arquitetos como Antônio Luís Dutra e Miguel Caddah, vivenciando seus momentos de maior produção arquitetônica moderna. Segundo Melo (2002, p. 23),

1.2 Contexto histórico e aspectos da modernidade em Teresina

Entre os anos de 1970 a 1985, o mundo estava dividido em dois polos: um capitalista e um socialista, com a disputa entre Estados Unidos e União Soviética na Guerra Fria. Nesse período, surgiram vários conflitos relacionados ao domínio do poder nos países latino-americanos e isso propiciou o surgimento das ditaduras militares.

Os Estados Unidos visavam conter a expansão do regime socialista com as interferências na política desses países. Isso se dava por meio de apoio a ditaduras e implantação de programas de governo, como a “Aliança para o Progresso”, em que investiam na infraestrutura dos países subdesenvolvidos recebendo em troca o apoio na disputa.

“Aliança para o Progresso” foi o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development (USAID)*, criado pelo presidente John F. Kennedy, em 1961, que atuou em várias áreas do governo (educação, agronomia, saúde etc.) e que pretendia reformar o ensino brasileiro, qualitativamente e quantitativamente, de acordo com padrões de educação norte-americanos.

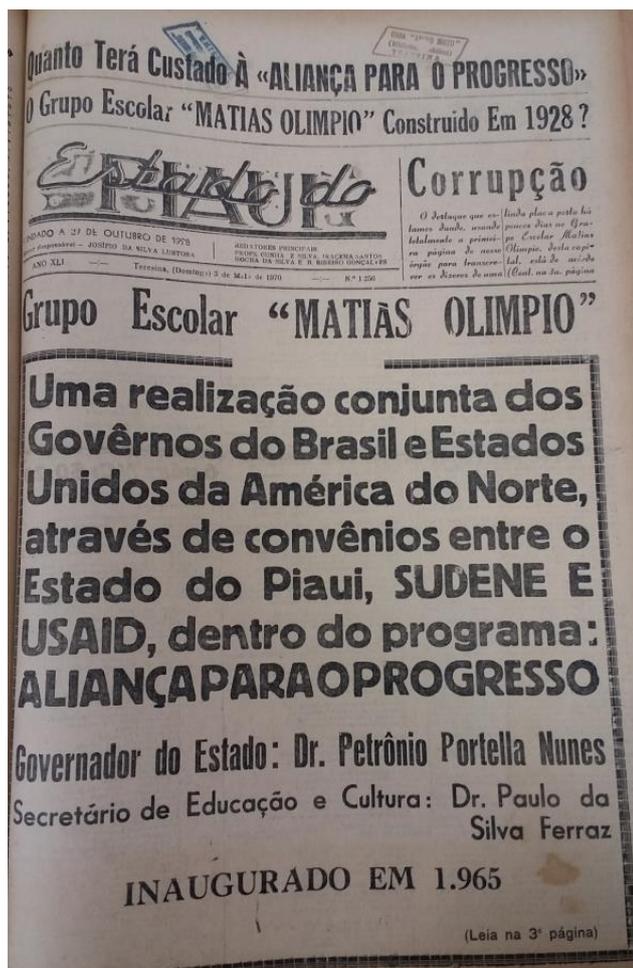
Teresina não possuía uma Universidade em 1970, porém, concentrava as atividades educacionais do Estado:

Teresina centraliza o movimento cultural do Piauí. Conta com 15 estabelecimentos de ensino médio e dispõe de quatro faculdades: direito, filosofia, medicina e odontologia. Existem 10 bibliotecas, com aproximadamente 34 mil volumes. Em Teresina circulam três jornais diários e mantém atividade regular 3 radioemissoras, encontrando-se em fase de montagem uma estação de televisão (Jornal Estado do Piauí, 25 de fevereiro de 1970).

Em vista disso, a Aliança para o Progresso era retratada por jornais de Teresina como composta de fraudes e publicidades falsas, caso da escola Matias Olímpio que foi dita como resultado da parceria política, construída em 1928. O governador Petrônio Portella, através de uma reforma na escola Matias Olímpio, colocou placa com os informativos citados e, dessa forma, o jornal denunciou a corrupção que envolvia a *Aliança* com órgãos locais de governo.

O jornal também cita que a Assembleia Legislativa, aliada ao governo, fraudava contas para o Tribunal de Contas do Estado com o intuito de desviar investimentos públicos a fins particulares de políticos, conforme se pode observar no destaque do Jornal Estado do Piauí, na Figura 7.

Figura 7: CAPA DO JORNAL DENUNCIANDO FRAUDES NA ALIANÇA PARA PROGRESSO



Fonte: Jornal Estado do Piauí, 03 de maio de 1970.

Na história recente do país, os governos militares perduraram até o ano de 1985. Neste período, entre os anos de 1968 e 1973, o país vivenciou o comumente denominado “milagre econômico” e muitos investimentos foram realizados em todos os estados brasileiros.

Em Teresina, os reflexos da política e da economia chegavam com atraso em relação às grandes capitais brasileiras, por conta do posicionamento geográfico mais afastado e também pelo setor industrial ainda tímido em relação aos grandes polos do sul/sudeste do país.

Inserido no contexto nacional que passava por amplas reformulações políticas e econômicas, o Piauí nesse momento [1960 e 1970] passa a manifestar o desejo de fuga da condição de extrema precariedade de sua economia, o que se tornou visível, desde os fins da década de 1940, período em que cessam os ciclos de extrativismo vegetal baseados na exportação da cera de carnaúba, do babaçu e da borracha de maniçoba, que eram a base da economia piauiense (TÔRRES, 2010, p. 23).

O recorte temporal contemplado justifica-se por conta do caráter “determinante” para a configuração espacial da cidade à época da inauguração das escolas analisadas (anos de 1971 a 1985) em que o *Acordo* determinou o modelo de gestão e da confecção dos projetos educacionais. Em março de 1971, educadores se reúnem para o plano de implantação da educação fundamental integrada, em parceria entre SUDENE-USAID e a Secretaria Estadual de Educação e Cultura. É deste período a lei nº5692/71 que unificou o curso primário e o antigo ginásio no curso de 1º grau.

O Governador do Estado e o Secretário da Educação assinaram convênio com o Ministério da Educação e Cultura, para a construção do Grande Ginásio Polivalente de Teresina, no valor de Cr\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil cruzeiros). O citado Ginásio somente funcionará a partir de 1972. A sua área de construção é de 20 mil metros quadrados e terá tudo que é necessário para melhor educação do jovem (Jornal do Piauí, 2 de outubro de 1970).

Os jornais citam que os investimentos em educação, após novo sistema educacional unindo o ensino primário ao ginásial para o ensino fundamental, contariam com a participação do sistema empresarial para produzir recursos humanos e a tecnologia indispensável à expansão econômica do país. Empresas teriam redução em 50% do Imposto de Renda, caso aplicassem em projetos educacionais aprovados pelo Ministério da Educação e Cultura, e, no período de 1970 a 1973, o país teria despesas públicas totalizando Cr\$ 23.900 milhões (vinte e três milhões e novecentos mil cruzeiros) (JORNAL DO PIAUÍ, 10 de novembro de 1970) (Figura 8).

Figura 8: INAUGURAÇÃO DA UNIDADE POLIVALENTE BANJAMIN BATISTA



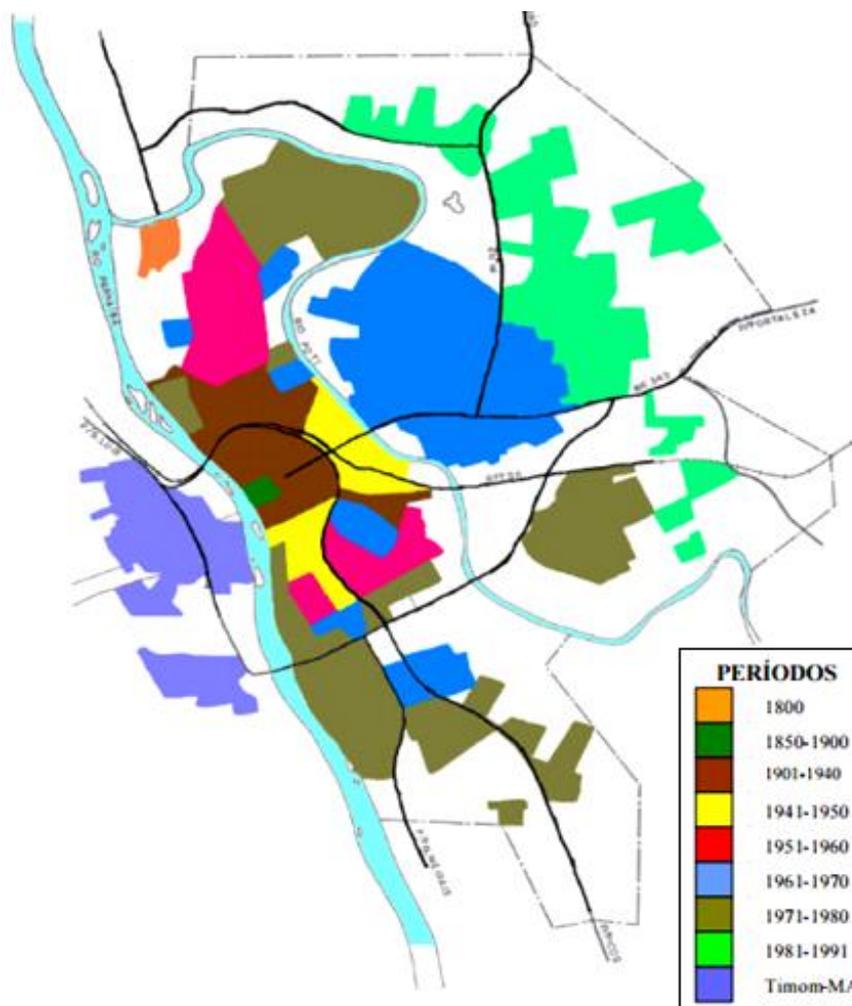
Fonte: Jornal do Piauí de 28 de março de 1973 (Arquivo Público do Estado do Piauí), 2016.

Façanha (2003, p. 59) afirma, em artigo à revista *Carta CEPRO*, que a industrialização de Teresina dava seus primeiros passos na década de 1960. Para o autor, “pode-se observar a evolução da indústria quando entre o período de 1918 e 1950, foram instalados 0,4 estabelecimentos por ano e que entre os anos de 1950-1967 já instalavam-se 7,5 indústrias por ano.”

Os investimentos do governo faziam a economia avançar e o setor da construção foi o maior responsável deste crescimento, por meio das ações da política habitacional federal.

Essa política habitacional gerou a criação de órgãos como o Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, e a expansão da malha urbana (Figura 9) com a construção, entre os anos de 1966 e 1969, de cinco conjuntos habitacionais dentre eles, o Parque Piauí, com um total de 2.294 unidades, o que ampliou a extensão da cidade ao eixo Sul.

Figura 9: MAPA DA EVOLUÇÃO URBANA DE TERESINA (1800-1991)



Fonte: FAÇANHA, 1998. Modificado por Paulo Lima, 2001.

No mapa, percebe-se que o eixo de crescimento da cidade seguiu o sentido centro-leste, centro-sul e norte.

Ao final dos anos 1960, seguindo os incentivos ao processo de industrialização, foi criado o Distrito Industrial de Teresina (DIT) e é também, desse momento, as migrações de população de classe alta em direção aos bairros localizados na zona Leste, onde se expandia a infraestrutura urbana como cita Façanha (2003, p. 61).

O autor também cita que as mudanças acontecidas até esse contexto, na cidade de Teresina, sugeriam um disciplinamento do uso e da ocupação do solo urbano e, em 1969, foi apresentado o Plano Diretor Local Integrado (PDLI). Plano, que pode ser visualizado na Figura 10, em que as intervenções viárias destacaram-se das demais.

Figura 10: PDLI E METAS



Fonte: Jornal do Piauí (ver Anexos), 25 de dezembro de 1970.

Dentre as metas na área da Educação, o PDLI, adotado na administração municipal de Haroldo Borges, atendeu às carências educacionais, abrangendo cerca de 10.000 alunos. Promoveu a construção e o aparelhamento de 32 Escolas Rurais, 5 Escolas Primárias, 1 Ginásio e o treinamento de todas as professoras leigas no Município (Jornal do Piauí, 25 de dezembro de 1970).

Na década de 1970, a cidade de Teresina possuía uma população total de 220.487 habitantes com 82,11% de sua população habitando a zona urbana.

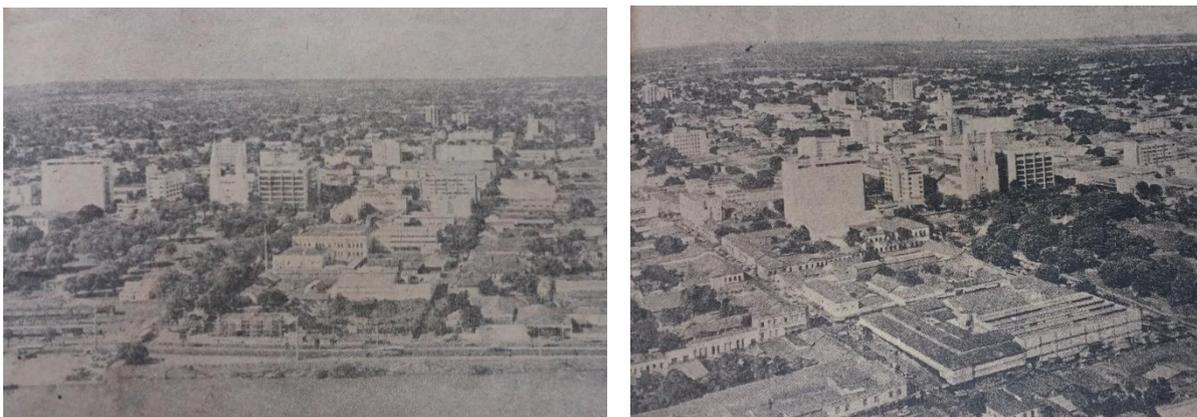
Na cidade, os setores da construção civil, da cerâmica, de confecções, de bebidas, alimentício, de pasteurização, de colchões e móveis se expandiram por toda a cidade, refletindo o “milagre econômico” brasileiro, segundo Façanha (2003, p. 61).

No entanto, em resposta ao agravamento das condições de vida na cidade, o governo municipal começava a intervir no cenário urbano a partir de 1975, realidade que culminou com a elaboração do I Plano Estrutural de Teresina (I PET) em 1977, que objetivava fazer um “zoneamento que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano de Teresina, preocupando-se em fixar padrões de densidade por zonas, mediante a definição das áreas de expansão e implantação do perímetro urbano” (SILVA, 1989, p. 52). O governo municipal agia como regulador do uso do solo urbano em busca do seu disciplinamento, bem como provedor de externalidade ao dotar os conjuntos habitacionais de infra-estrutura, e construir galerias pluviais, mercados públicos e unidades de saúde em bairros localizados na periferia da cidade (FAÇANHA, 2003, p. 61).

Esse período apresentou uma segregação residencial maior na cidade (direcionamento à zona Leste), o que propiciou a formação das primeiras favelas e intensificou os reflexos da desigualdade socioeconômica.

Nos anos 1980, Teresina contava com uma população total de 377.174 habitantes, sendo que 89,74% habitavam a zona urbana. É visível o novo padrão residencial com surgimento das unidades residenciais de apartamentos como, por exemplo, o conjunto Tancredo Neves e o conjunto João Emílio Falcão. Intensifica-se o processo de revalorização das atividades comerciais na área central (Figura 11) e as extensas edificações institucionais são edificadas aumentando os eixos de crescimento urbanos, por exemplo: EMBRAPA, Aeroporto de Teresina, Centro Administrativo, CHESF, Pátio de Manobras da REFSA, Parque Zoobotânico e a Universidade Federal do Piauí.

Figura 11: PRAÇA MARECHAL DEODORO DA FONSECA EM 1985



Fonte: Jornal O Dia de 16 de agosto de 1985 (Arquivo Público do Estado do Piauí), 2016.

Nessa década, a cidade apresentou um crescimento no setor industrial, principalmente, da classe média alta em busca de apartamentos, atraídos pela segurança e pelas amenidades, já que os condomínios localizavam-se próximos do rio Poti. Os edifícios são, desse modo, caracterizados como um “habitat burguês”(FAÇANHA, 2003).

1.3 Arquitetura de Teresina entre 1970 e 1985

Arquitetura constitui-se de edificações que representam uma época e seus condicionantes locais. No fim do século XIX, como mostra a Figura 12, a arquitetura predominante na cidade de Teresina era a eclética, caracterizada pela mistura de referências da arquitetura neoclássica¹³, unindo as arquiteturas grega, romana, renascentista e barroca.

¹³ “Classicismo indica, em sentido amplo, todas as tendências artísticas que tomam como modelo a Antiguidade. Em consequência, também a arquitetura italiana do Renascimento pertence ao Classicismo. [...] Numa acepção mais estrita, “Neoclassicismo” denota o estilo artístico próprio da Europa entre 1770 e 1830 influenciado pela

Figura 12: ANTIGO LARGO DO AMPARO EM 1910



Fonte: Olavo Pereira da Silva Filho, 2007.

Perdura durante esse século, em Teresina, o traçado neoclássico e colonial em sua arquitetura. Em 1894, o engenheiro Alfredo Mondrak projeta o Teatro 4 de Setembro (1889); o engenheiro piauiense Antonino Freire projeta, em 1905, a antiga sede da Justiça Federal do Piauí e são também desse período o prédio da Prefeitura Municipal (1924), a Igreja de São Benedito (1886) e o Palácio de Karnak (virada dos oitocentos), todos em estilo neoclássico.

A cidade era classificada como provinciana e pouco desenvolvida:

Teresina foi projetada e construída para ser a capital da Província. Porém, o processo de urbanização ocorreu de forma lenta. Até o início dos anos dez, a cidade tinha aquele aspecto bem característico das cidades coloniais: raramente habitada, as ruas estreitas, a sujeira e a presença de animais eram comuns. A maioria da população ocupava construções “acanhadas” e miseráveis. Segundo Terezinha Queiroz, a cidade não apresentava nenhum sinal urbano que a definisse como uma cidade moderna: “Ausência total e absoluta de calçamento, água tratada e canalizada, transporte público, luz elétrica, esgoto, telefone, etc. Mal existiam as pretensões modernizadoras. (NASCIMENTO, 2015, p. 23).

Como em outras áreas do país, o Piauí absorveu os primeiros elementos de modernidade urbana após a Revolução de 1930, quando reformas urbanas trazem a infraestrutura básica para a modernidade desses espaços. Essas mudanças no espaço urbano continuaram até o fim do século XX, com a construção de novas cidades (como nos casos de Belo Horizonte e Brasília).

Antiguidade grega. [...] Neoclassicismo, [que] procura não tanto a imitação como a renovação do espírito da Antiguidade. Prefere claramente a monumentalidade articulada e simétrica, a regularidade das proporções obtida através das medidas e cálculos, a parcimônia nas cores e o mobiliário, de acordo com a expressão “Nobre simplicidade e serena grandeza”, que Winckelmann cunhara para a Antiguidade grega.” (KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. 4ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. p. 59).

São dos anos 1930 a chegada do transporte coletivo, rodovias e prédios públicos mais arrojados. No entanto, essas alterações atingiam as diferentes classes sociais, evidenciando um sistema político excludente (NASCIMENTO, 2015, p. 25).

Na segunda metade do século XX, nota-se a tentativa de alterar o estilo arquitetônico para algo menos cheio de ornamentos em consequência da criação da “nova arquitetura” (precursora da arquitetura moderna) por Le Corbusier, em 1926, e, por conta dos avanços nos materiais utilizados na construção civil, com a produção em massa e a padronização das edificações.

O movimento moderno, na arquitetura brasileira, surge depois de transformações na política e na cultura do país, mais especificamente, no início do século XX, como se poderá constatar mais adiante. Movimento este posto em uso de forma tardia pela escassez de faculdades de arquitetura no país e pelos poucos profissionais qualificados na época.

Até o ano de 1970, apenas nove estados e o Distrito Federal possuíam o curso de arquitetura. Em consequência disso e da implantação do curso de Arquitetura em Teresina, apenas em 1992, na Universidade Federal do Piauí, todos os arquitetos que atuaram na cidade, no início da década de 1960, são oriundos de outros estados, conforme levantamento realizado pela autora, descrito na tabela 1:

TABELA 1: ARQUITETURA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Curso de Arquitetura nas Universidades Brasileiras					
	Universidade	Data fundação	Local (estado)	Observações	
1	UFRJ	1945	RJ	Curso na Escola de Belas Artes desde 1816	
2	USP	1948	SP		
3	UFMG	1949	MG		Escola de Arquitetura de Belo Horizonte na Universidade de Minas Gerais – UFMG - Escola independente mais antiga do Brasil, desde 1930
4	UFBA	1949	BA		Curso na Escola de Belas Artes desde 1877
5	UFRGS	1952	RS		Curso na Escola de Belas Artes desde 1945
6	UFPE	1959	PE		
7	UnB	1962	DF		
8	UFPR	1962	PR		
9	UFC	1964	CE		
10	UFPA	1964	PA		
11	UFAL	1973	AL		
12	UFRN	1974	RN		
13	UFPB	1975	PB		
14	UFSC	1977	SC		
15	UFES	1978	ES		
16	UNIFAP	1986	AP		
17	UFPI	1992	PI		
18	UEMA	1992	MA		
19	UFMT	1992	MT		
20	UFG	1996	GO		
21	UFMS	1999	MS		
22	UFT	2003	TO		
23	UFRR	2005	RR	Em processo de reconhecimento pelo MEC	
24	UFS	2009	SE		
25	UFAM	2010	AM		
26	Não tem o curso na UNIR, somente em particulares	Não tem o curso na UNIR, somente em particulares	RO		
27	Não tem o curso na UFAC, somente em particulares	Não tem o curso na UFAC, somente em particulares	AC		

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos websites das universidades, 2017.

A Universidade foi inaugurada em 06 de abril de 1972, ainda sem curso de Arquitetura. Conforme o Jornal do Piauí, o Centro Tecnológico da UFPI inaugurou em 07 de março de 1975 os cursos de: Construção Civil em Edifícios e Construção Civil em Obras Hidráulicas; Mecânica em Especialidade de Oficina; Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica; e Agrimensura (Figura 13).

Figura 13: INAUGURAÇÃO DA UFPI



Fonte: Jornal do Piauí de 6 de abril de 1972 (Arquivo Público do Estado do Piauí), 2016.

O curso de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, tem origem na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), fundada em 1826. A Academia era uma escola superior de arte com sede no Rio de Janeiro, tendo sido fundada por Dom João VI. No período republicano, denominava-se Escola Nacional de Belas Artes e após reforma do ensino, com adoção de aspectos modernistas pelo diretor Lúcio Costa, transforma-se, em 1945, na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Este foi o rompimento entre a Arquitetura e as Belas Artes que em 1961 passa a receber prédio próprio para a Faculdade de Arquitetura na Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ, 2016).

A escola carioca de arquitetura foi a que mais formou profissionais no recorte temporal analisado por ser a mais antiga instituição do país. Arquitetos dessas escolas migravam pelo país divulgando os ensinamentos modernistas. São exemplos desses ensinamentos: Oscar Niemeyer, Sérgio Bernardes, Affonso Eduardo Reidy e Lúcio Costa.

Outras escolas como a paulista, representada pelo arquiteto Vilanova Artigas e a pernambucana, representada por Luiz Nunes, também foram importantes na fixação dos

conceitos modernos para a arquitetura nacional. A “Escola do Recife¹⁴”, com nomes como Delfim Amorim e Heitor Maia Neto, era a que mais se aproximava do clima e dos aspectos das construções piauienses. Por conta dessas semelhanças climáticas, muitos arquitetos vieram trabalhar em Teresina, como Acácio Gil Borsóí.

Profissionais que vieram projetar em Teresina se beneficiaram do “milagre econômico” com os investimentos em obras públicas por governadores como Alberto Silva, Petrônio Portella e o prefeito Wall Ferraz. A paisagem urbana passou a receber os primeiros exemplares da “nova arquitetura” propagada pela Europa. No entanto, as mudanças da arquitetura local sofreram particularidades como alterações na forma de projetar as edificações utilizando fatores climáticos da região.

Como referencial teórico para estabelecer a relação entre a cidade e a história local, foram citados alguns livros sobre as pesquisas, em *Arquitetura Moderna*, da professora Alcília Afonso juntamente com a professora Ana Rosa Negreiros, são eles: “Documentos da Arquitetura Moderna no Piauí” (2010); “Documentação da arquitetura: Teresina, 160 anos” (2013) e com Victor Veríssimo Guimarães “Arquitetura Moderna em Teresina” (2015). Além desses, foram citados autores como Olavo Pereira da Silva Filho em “Carnaúba, Pedra e barro na capitania de São José do Piauí” (2007); Francisco Alcides do Nascimento em “A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)” (2002); Terezinha Queiroz em “Piauí: História, Cultura & Patrimônio” (2010) e em “Educação no Piauí 1880-1930” (2008); Arimathéa Tito Filho em “Teresina meu amor” (1974) e jornais da época, bem como, artigos científicos, dissertações e teses.

Os estudos na linha de História e Cidade, em Teresina, avançaram muito com o trabalho de grupos de preservação local como, por exemplo, o “Form” e “Amigos do Patrimônio”, programas de extensão da Universidade Federal do Piauí.

Ademais, pode ser citada a recente inclusão, no circuito de eventos acadêmicos nacionais, do 6º Docomomo Norte-Nordeste - evento em que foram debatidos ações de preservação do patrimônio moderno arquitetônico – sediado na UFPI, em 2016.

¹⁴ “[...] mesmo antes da implantação definitiva da nova arquitetura no Rio ou em São Paulo, desenvolveu-se no Recife, de 1934 a 1937, um movimento autônomo, sob vários aspectos até mais avançado. A causa principal dessa situação particular deve-se a personalidade excepcional de Luís Nunes [...]. Luís Nunes incorporara, portanto, os princípios enunciados pelo movimento racionalista europeu: emprego sistemático dos materiais novos, especialmente de concreto armado, construções com estrutura aparente, coberturas planas, grandes superfícies envidraçadas de caixilhos metálicos. Aceitara também a estética proposta e não hesitava em tomar como modelo as obras de grandes mestres como Gropius e Le Corbusier.” BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. p. 77 - 79.

Pesquisadores também contribuíram com estudos sobre arquitetos locais como ressaltam-se nos artigos sobre o arquiteto Anísio Medeiros, em “A busca pela identidade moderna na arquitetura piauiense de Anísio Medeiros nos anos 50”, da professora Alcília Afonso e Júlio Afonso de A. Costa (2009) e o artigo “Análise da adequação bioclimática de edifícios modernos em Teresina-PI” de Ana Lúcia R. C. Silveira, Jaísse Craveiro e Thâmara Talita. Além desses, evidenciam-se os trabalhos sobre o arquiteto Antônio Luiz, como a dissertação de mestrado intitulada “Arquitetura moderna institucional em Teresina: reflexos de um arquiteto migrante” de Letícia Soares Daniel, da Universidade Presbiteriana Mackenzie (2014); o trabalho final de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Instituto Camillo Filho, intitulado “O arquiteto Antonio Luiz e o modernismo em Teresina (PI)” de Joene Saibrosa da Silva (2005) e o livro de Alcília Afonso “Antônio Luiz. Arquiteto” (2012).

No âmbito da arquitetura brutalista, sobressai-se o artigo nomeado “Arquitetura brutalista no Piauí nos anos 1970”, de Alcília Afonso (2014) e a dissertação de mestrado “A arquitetura brutalista no Piauí: 1972-1984”, de Letícia Gomes de Souza, da Universidade de São Paulo (2017), que também contribuíram como referencial teórico para esta pesquisa.

A casa Dr. Zenon Rocha, construída em 1952, do arquiteto teresinense Anísio Medeiros, é pioneira no uso da arquitetura moderna nas residências da cidade. Medeiros destacou-se também nas artes plásticas e na cenografia, além de sua formação em arquitetura na Faculdade Nacional no Rio de Janeiro, onde trabalhou a maior parte de sua vida.

Situada na praça Demóstenes Avelino, a casa Zenon Rocha (Figura 14) possui áreas sociais (salas) e de serviço (cozinha e lavanderia) no pavimento térreo e áreas íntimas (suítes) no pavimento superior. O térreo é circundado por jardins e varandas com pilares que criam uma malha de eixos simétricos. Além disso, possui um pátio interno com um jardim que auxilia no conforto ambiental e, nas fachadas, foram instaladas planos de janelas com venezianas marcando o volume superior, enquanto que as áreas de circulação são marcadas por elementos vazados, melhorando a ventilação interna.

Figura 14: CASA DR. ZENON ROCHA



Fonte: Olavo Pereira, 2007.

Em Teresina, as primeiras obras da carreira de Medeiros evidenciam a linguagem moderna nordestina com uso de materiais locais (telhas cerâmicas, esquadrias em madeira com venezianas etc.), pilares marcando espaços, volumetria simples e livre dos ornamentos neoclássicos como na casa David Cortelazzi (Figura 15), do ano de 1968.

Figura 15: CROQUI DA CASA DAVID CORTELAZZI



Fonte: Acervo particular/ Alcília Afonso, 2013.

O arquiteto carioca Acácio Gil Borsóí foi outro profissional que contribuiu para a paisagem moderna com obras como o prédio do Tribunal de Justiça (1972) e da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (1984). Discípulo de Lúcio Costa e parceiro de Affonso Reidy, foi um dos difusores da modernidade nordestina ao lecionar, por muitos anos, na Universidade Federal do Pernambuco, onde, ao lado de Delfim Amorim, reformulou o curso de arquitetura.

O período entre os anos 1960 e 1990 foram essenciais para a expansão da habitação urbana teresinense, podendo-se citar como exemplos a criação de grandes conjuntos habitacionais como o Parque Piauí (do ano de 1968, com 2.294 habitações) e o Mocambinho (de 1983, com 5.217 unidades). O volume de obras públicas também acompanhou esse crescimento auxiliando nos serviços de infraestrutura urbana básica dos novos conjuntos habitacionais, com isso, foram construídos mais postos de saúde, escolas e edifícios institucionais.

O escritor piauiense Arimathéa Tito Filho cita, em um de suas crônicas, a paisagem urbana nos anos 1980 e demonstra que o caráter provinciano começava a sofrer alterações nos usos dos espaços urbanos pela expansão populacional, como se pode observar na passagem a seguir:

Teresina, gostosa, suave, tranqüila, pitoresca, haveria de encontrar os caminhos do progresso sem fim. [...] A buliçosa Teresina das pracinhas, do namoro de olhos, do cinema romântico, da roda na calçada, a boa Teresina também copiaria o figurino das megalópoles, ela, a cidadezinha dos sonhos dourados, se transformou em cidade grande, habitada de seiscentas mil almas, das quais quatrocentas mil provieram dos municípios piauienses, gente do interior, cansada, sem terra e sem casa, hoje metida nos espaços miseráveis dos conjuntos habitacionais (apud NUNES, 1992, p. 44).

A arquitetura dos anos 1970 passa a apresentar estilo diferenciado, com traços brutalistas¹⁵, caso do Tribunal de Justiça (Figura 16) projetado por Acácio Gil Borsóí e do

¹⁵ “A arquitetura brutalista é uma das mais marcantes tendências do panorama arquitetônico moderno, brasileiro e internacional, do período pós 2ª Guerra Mundial até pelo menos fins da década de 1970. As obras com ela identificadas caracterizam-se principalmente pela utilização do concreto armado deixado aparente, ressaltando o desenho impresso pelas fôrmas de madeira natural, técnica que passou a ser empregada com mais freqüência na arquitetura civil naquele momento, tanto como recurso tecnológico como em busca de maior expressividade plástica. Tem como paradigma fundacional as obras do arquiteto franco-suíço Le Corbusier (1887-1965) a partir do projeto da Unité d’Habitation de Marselha (1945-1949) e suas obras seguintes, que ajudaram a conformar uma determinada linguagem arquitetônica que influenciou arquitetos e obras no mundo inteiro.” ZEIN, Ruth Verde. *Arquitetura Brutalista – Conceitos Disponíveis em* <http://www.arquiteturabrutalista.com.br/index1port-conceitos.htm>. Acesso em 07 jul. de 2016.

Estádio de Futebol Governador Alberto Tavares Silva (Albertão), projetado pelo arquiteto mineiro Raul de Lagos Cirne em 1973.

Figura 16: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ



Fonte: Ana Negreiros Feitosa/ ArchDaily Brasil 2016

Durante os anos da ditadura militar, arquitetos como Miguel Caddah e Antônio Luiz Dutra produziram arquitetura moderna na paisagem urbana teresinense.

O arquiteto mineiro Antônio Luiz consolida-se como modernista mesclando, por vezes, aspectos do brutalismo com os da fase inicial, de pureza das formas, que a linguagem moderna defendia. É autor dos edifícios: da CEPISA (Companhia Energética do Piauí, 1973); Instituto de Educação Antonino Freire (1973); Ministério da Fazenda (Figura 17), 1973; Eldorado Country Club Teresina (1987).

Figura 17: MINISTÉRIO DA FAZENDA



Fonte: Acervo Antônio Luiz in: Afonso, 2012.

Outras obras significativas ao perfil urbano foram: a construção do DER (Departamento de Estradas e Rodagens); a Universidade Federal do Piauí (1971), pelo engenheiro Cid de Castro Dias e o Rio Poty Hotel (atual Blue Tree Hotel), pelo arquiteto pernambucano Ricardo Roque em parceria com o paisagista Roberto Burle Marx, em 1983.

O DER (Figura 18) foi construído em 1958, pelo arquiteto Maurício Sued, e é considerado o primeiro prédio essencialmente moderno de Teresina¹⁶. Seu volume é marcado pela pureza e pela marcação sequencial dos pilares no térreo. As fachadas receberam combogós a oeste e brises de chapa de alumínio na fachada leste.

Figura 18: DER



Fonte: Ana Negreiros Feitosa, 2011.

¹⁶Conforme classificação do livro: AFONSO, Alcília; VERÍSSIMO, Victor. **Arquitetura Moderna em Teresina: Guia**. Teresina: Gráfica Cidade Verde; Edufpi, 2015.

Por fim, cita-se como personagem importante da modernidade piauiense o arquiteto Raimundo Dias. Autor de projetos como o Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Piauí (1978), a Sede do Jockey Club (1982) e o Terminal Rodoviário Lucídio Portella (1983), é também um dos exemplos, junto com Miguel Caddah, de arquiteto teresinense que retornou a sua cidade natal para trabalhar com projetos arquitetônicos.

Em 1979, Raimundo Dias projeta, em parceria com os arquitetos mineiros Raul de Lagos Cirne, Marcus Vinicius Meyer e Márcio Pinus de Barros, o Centro Administrativo (Figura 19) do Estado do Piauí, reconhecido como o mais importante conjunto de edifícios da arquitetura moderna de Teresina pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU-PI)¹⁷.

Os seis blocos que formam o Centro Administrativo possuem as maiores expressões do brutalismo piauiense com sua estrutura em concreto armado aparente (sustentada em pilares em forma de “V”), planta livre e extensos panos de esquadrias em vidro e alumínio. Evidencia-se, pois, a sobriedade e a gravidade da forma.

Figura 19: CROQUI DO CENTRO ADMINISTRATIVO



Fonte: Acervo do arquiteto/ Alcília Afonso, 2010.

¹⁷In: CAU-PI - **Arquiteto Raimundo Dias é destaque na REVISTA TERESINA**. Disponível em <http://novo.caupi.org.br/?p=4937>>Acesso em: 07 jul. 2016.

O acervo de arquitetura moderna local é rico e expressivo. No entanto, algumas obras sofreram descaracterizações com o tempo e precisam de mais ações de preservação por parte dos usuários e dos órgãos de gestão do patrimônio público.

Foto: U. E. Clemente Fortes. Nayane Costa, 2017.



capítulo 2.

O ARQUITETO
MIGUEL CADDAH

Nesse segundo capítulo, serão apresentados dados sobre o arquiteto e suas produções arquitetônicas, estilos e ideologias utilizadas em seu método projetual. Serão citadas, ainda, as obras que considerei as mais relevantes e de que forma elas modificaram a paisagem da cidade, além de avaliar a contribuição delas para a análise da proposta.

2 O ARQUITETO MIGUEL CADDAH

2.1 Dados do arquiteto

Nascido em 13 de maio de 1936, o arquiteto (Figura 20) teresinense Miguel Dib Caddah Filho é filho de Miguel Dib Caddah (sírio) e de Violêta Tajra Caddah (filha de sírios). Seu pai migrou da cidade de Malula, na Síria, para Teresina em 1911 e, com seu irmão Elias Dib Caddah, montaram um armazém de tecidos (1914) conhecido como Loja Central (Razão Social: MD CADDAH & Irmão), na praça Rio Branco.

Figura 20: REGISTRO DE CADDAH NA JUVENTUDE



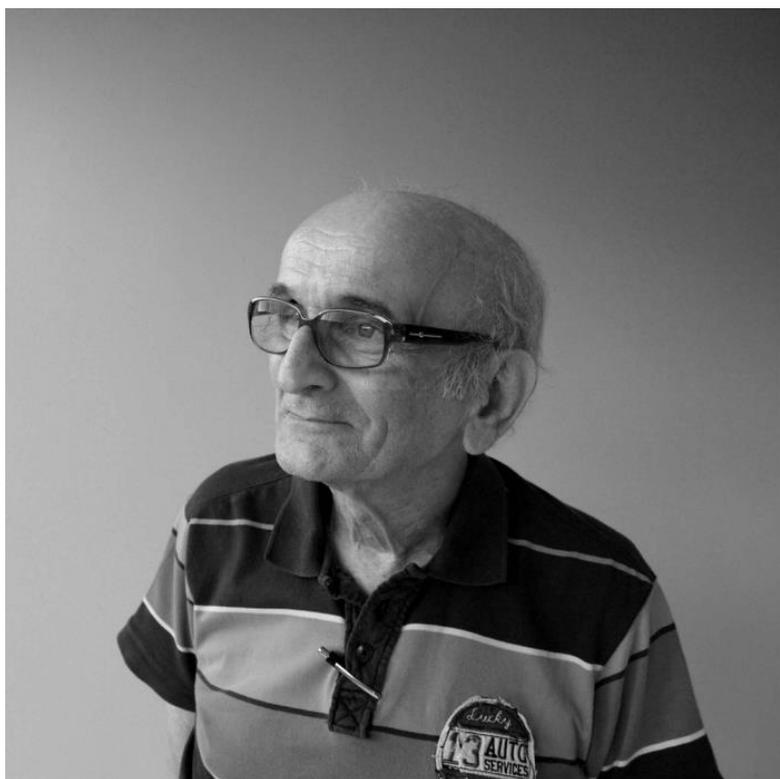
Fonte: Arquivo do arquiteto, 2015.

A família paterna saiu da Síria por conta do conflito com o regime turco, que avançava e afetava muito a vida dos sírio-libaneses. Seus avós paternos, Dib Caddah e Marina Tajra tinham uma loja de produtos importados denominada “Paris na América”, no centro de Teresina. Os avós maternos, Sérgio Moisés Tajra e Adhelia Muakad Tajra, também tinham origem árabe.

Miguel viveu a infância e a adolescência em Teresina, porém, por falta de universidades de arquitetura na cidade, graduou-se no Rio de Janeiro em 1959. É casado com Jamira Ibiapina Caddah, filha de Fontes Ibiapina, escritor piauiense. Miguel tem três filhas.

Fez grande parte de seu ensino primário, anos de 1947 a 1953, no Colégio Estadual Zacarias de Góis, Liceu Piauiense. Foi ao Rio de Janeiro na intenção de fazer Engenharia Civil. No entanto (Figura 21), como já apresentava uma sensibilidade natural para as artes, porque estudava piano e tinha habilidades com desenhos, assim que chegou à cidade, identificou-se com a Arquitetura e se matriculou na Faculdade Nacional da Universidade do Brasil, conforme entrevista prestada a autora.

Figura 21: ARQUITETO MIGUEL CADDAH



Fonte: Ana Negreiros, 2015.

2.2 Atividades profissionais

A Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) desvinculou-se da Escola Nacional de Belas-Artes por meio de decreto-lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945, assinado pelo presidente Getúlio Vargas. É a faculdade de arquitetura mais antiga do Brasil e após a autonomia concentrou o ensino nas práticas da arquitetura e do urbanismo sem perder a visão ampla que as artes plásticas contribuíram desde a origem do curso de arquitetura no país.

Em 1960, com criação de Brasília, houve uma mudança do prédio, onde antes era o antigo Hospício Pedro II para o edifício na Ilha do Fundão, passando agora a ser denominada

de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ).

Em 1969, a Reforma Universitária implementou o aumento de vagas nas universidades, ocasionando, com isso, a departamentalização e a instituição dos cursos básicos e profissionalizantes. Aliado ao descaso dos governos em manter a qualidade do ensino, a Reforma tornou a educação produto de mercado disputado por empresas educacionais (SCHLEE, 2010). O currículo dos cursos de arquitetura vigente desde 1962 muda para a grade com disciplinas focadas nas habilidades técnicas do curso, ver Figura 22, porém, muitos arquitetos e docentes dessas universidades mantinham o ideal social e de inclusão da arquitetura nos contextos culturais. Entre os grandes nomes desse período, destacam-se arquitetos como Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Sérgio Bernardes que influenciaram na caracterização do estilo projetual de Caddah.

Figura 22: CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE ARQUITETURA. RESOLUÇÃO CFE Nº 3, DE 23 DE JUNHO DE 1969

Matérias Básicas	1. Estética, História das Artes e, especialmente, da Arquitetura
	2. Matemática
	3. Física
	4. Estudos Sociais
	5. Desenho e Outros Meios de Expressão
	6. Plástica
Matérias Profissionais	1. Teoria da Arquitetura, Arquitetura Brasileira
	2. Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções
	3. Matérias de Construção, Detalhes e Técnicas da Construção
	4. Sistemas Estruturais
	5. Instalações e Equipamentos
	6. Higiene da Habitação
	7. Planejamento Arquitetônico

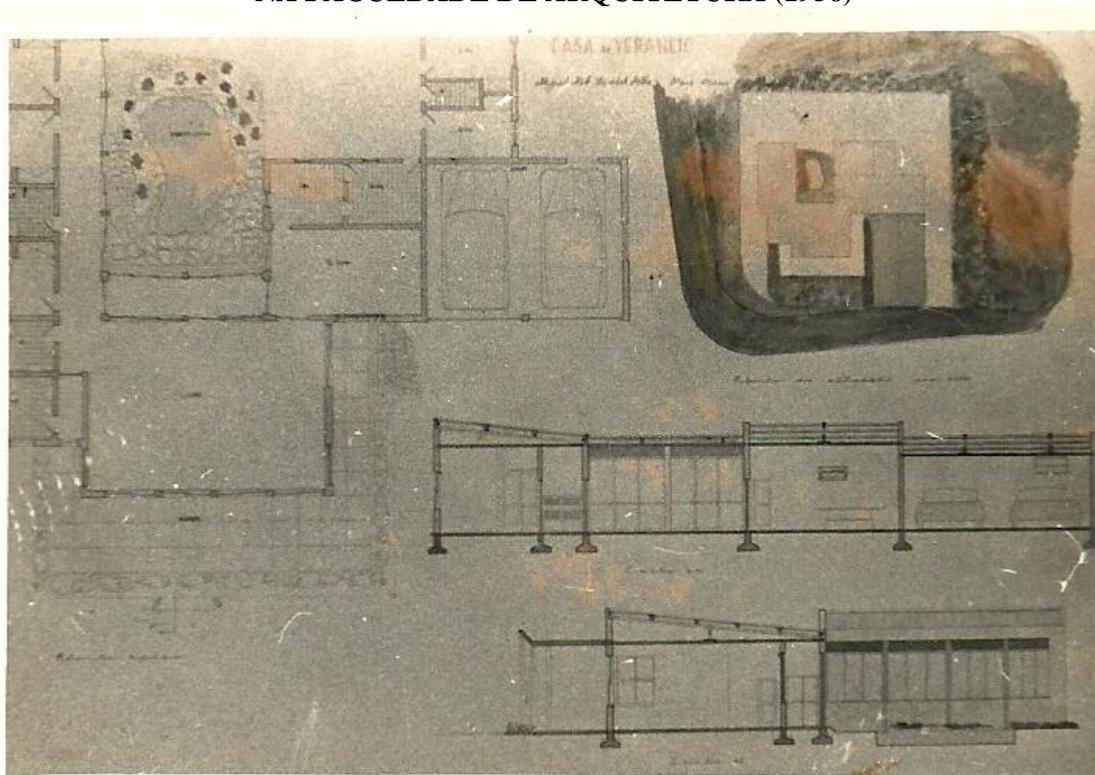
Fonte: SCHLEE, 2010.

Caddah foi aluno dos professores catedráticos José Otacílio Saboya Ribeiro (disciplina de Urbanismo); Ildefonso Mascarenhas da Silva (Legislação e Economia Política); Wladimir Alves de Souza (Teoria da Arquitetura); Maria Adelaide Rabelo Albano (Geometria Descritiva); Carvalho Neto (piauiense, ministrante da disciplina de Técnica de Construção e ex-diretor da FNA) e Donato Mello Junior (disciplina de Urbanismo, autor consagrado de livros sobre urbanismo no Rio de Janeiro e pesquisador que muito contribuiu para a documentação do acervo do Museu Nacional de Belas Artes). O reitor da faculdade, no

período da sua graduação, era o advogado Pedro Calmon Moniz de Bittencourt e o vice-reitor era o médico neurologista teresinense Deolindo Augusto de Nunes Couto.

Durante o período em que esteve na universidade, como pode ser visto na Figura 23, a arquitetura brasileira passava por um momento de afirmação internacional, nos desenhos de Caddah que possuía esses traços simples e livres da modernidade arquitetônica. Grandes obras modernistas eram construídas no país, inclusive a construção de Brasília.

Figura 23: PRIMEIRO PROJETO DESENHADO NA FACULDADE DE ARQUITETURA (1956)



Fonte: Arquivo pessoal do arquiteto, 2015.

Após se formar, trabalhou com construção civil durante três anos e seis meses em uma pequena construtora do Rio de Janeiro, Construtora Jayme Kritz, e em um escritório de arquitetura do colega de faculdade Mauro Müller.

No Rio de Janeiro tem poucas obras. Seu primeiro projeto foi a sede da *Ponto Frio Jóias*, no bairro Madureira, e o segundo projeto foi em uma área de apoio da fazenda Remansos, no município de Vassouras - RJ. Trabalhou, também, na construção de um

igrejinha e de um edifício na rua Artur Menezes, perto do estádio Maracanã. Utilizou em suas obras concreto armado, estrutura metálica e telhas autoportantes¹⁸.

Após esses anos, retorna à Teresina, em 1963, a convite do Secretário de Educação da época, e anos adiante manteve-se na cidade devido sua aprovação, em primeiro lugar, no Concurso Estadual para Arquiteto, realizado em 5 de dezembro de 1973, de acordo com depoimento à autora desta pesquisa.

Trabalhou na Secretaria de Educação com construções escolares, de 1963 a 1995, sendo chefe da Equipe de Arquitetura e Engenharia Escolar de 1972 a 1980. Ademais foi chefe do Setor de Projetos Escolares da Empresa de Obras Públicas do Piauí (EMOPPI), entre 1980 e 1987. Durante esses anos, produziu muitas escolas no estado do Piauí, tendo a expressão máxima de sua arquitetura nesse período.

Caddah trabalhou com construções escolares dentro do projeto “Aliança para o Progresso” em que as áreas de educação, saúde e infraestrutura urbana recebiam investimentos norte-americanos como forma de garantir aliados na Guerra Fria.

Quatro meses após o assassinato do presidente americano John F. Kennedy, o *projeto* tornou-se mais intenso, com contratação de mais profissionais de fora do Estado, conforme depoimento de Caddah.

A equipe local chegou a ser composta por equipe de arquitetos (CADDAH FILHO, 2015). O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Secretaria Estadual de Educação eram os representantes do projeto no estado do Piauí. Segundo Miguel Caddah, até 1967 havia resquícios do projeto no Estado.

Participou, ainda, da reformulação do projeto-padrão, conforme aparece na Figura 24, das escolas (em uso entre os anos de 1954 e 1966), confeccionado originalmente pelo INEP (antigo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, atual Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

¹⁸ Telhas autoportantes são chapas de telhas metálicas com dimensões mínimas de largura de 0,80m para vencer grandes vãos de cobertura sem necessidade de muitas estruturas de sustentação destas.

Figura 24: PROJETO-PADRÃO DAS UNIDADES ESCOLARES (1964)



Fonte: Arquivo pessoal do arquiteto, 2015.

O INEP foi o órgão responsável pela modernização da educação no Brasil:

Embora as primeiras manifestações em defesa da criação de uma instituição pública para verificar as condições do ensino em todo o País remontem ao início do Império e proposta similar tenha sido advogada por Rui Barbosa durante a República Velha, o INEP é filho legítimo dos ideais do movimento modernista, deflagrado na década de 20. Sua expressão na área educacional é o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Contra o "empirismo grosseiro" que impedia a superação do atraso educacional do País, os Pioneiros da Educação, como ficaram conhecidos os signatários do Manifesto, propõem o uso de métodos científicos para a solução dos problemas da educação. Ao advogarem a construção de uma nova política educacional, "com sentido unitário e de bases científicas", seus autores reafirmam a importância da pesquisa educacional, reivindicando a criação de uma instituição pública para promover o seu desenvolvimento (INEP, 2016).

As modificações nos projetos escolares eram poucas, os recursos eram escassos e nos dois primeiros anos podiam ser feitas pequenas alterações como dimensionamento mais racional.

No primeiro governo do Alberto Silva, em 1971, nós tivemos oportunidade de fazer uma reformulação geral nos projetos. Adotamos este padrão não só para as unidades escolares em si como para prédios - ou dentro de um programa diferenciado ou agregação as escolas existentes - que constituíam estrutura física necessária para implantação da reforma do ensino (CADDAH FILHO, 2015).

A reforma do ensino surgiu a partir de um decreto de 1971, de modo que houve uma divisão em escolas de 1º e 2º graus e de escolas de sondagens de aptidões. Estas últimas continham cursos como os de educação para o lar e oficinas de artes industriais (cerâmica, tipografia e áreas semelhantes aos cursos técnicos atuais) que, com o passar tempo, foram extintos. Unidades completas, chamadas Polivalentes, eram escolas que continham todos os níveis da educação, inclusive as sondagens de aptidões. De todas, a que ficou mais conhecida, entre aquelas feitas por Caddah, foi a Unidade Polivalente Benjamin Baptista (atual U. E. Benjamin Baptista), próxima ao estádio municipal Lindolfo Monteiro. Nas unidades Darcy Araújo, Gabriel Ferreira e Álvaro Ferreira tinham pavilhões com artes industriais, tornando-as Unidades Polivalentes, como se pode observar na Figura 25.

Figura 25: UNIDADE POLIVALENTE BENJAMIN BAPTISTA (1973)



Fonte: Arquivo pessoal do arquiteto, 2015.

Em Valença do Piauí havia o que se chamava de Centro Interescolar (primeira vez em que se usou telhas do tipo canaletes¹⁹) (Figura 26) que servia para administrar as Unidades onde houvesse as Sondagens de Aptidões.

A arquitetura escolar passou por alterações como, por exemplo, a troca de tesouras de madeiras (Figura 26) por estruturas em pórticos de concreto armado (Figura 26) na cobertura, em virtude da evolução dos materiais de construção e da linguagem moderna em voga na arquitetura nacional, um exemplo dessa mudança é a Unidade Escolar prof.^a Anna Bernardes, no bairro Ininga.

Figura 26: TELHA CANALETE; TESOURA DE MADEIRA; PÓRTICOS DE CONCRETO



Fonte: Eternit, 2016/ Nayane Costa, 2016/ Acidell, 2016.

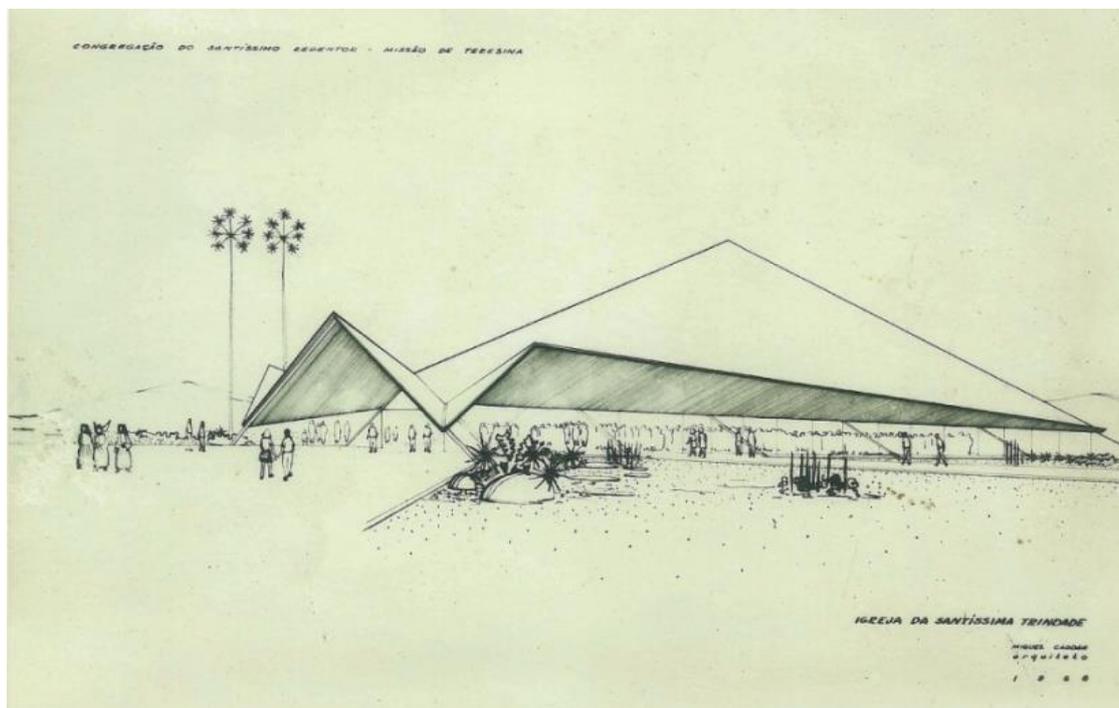
Este trabalho optou por abordar as escolas projetadas pelo arquiteto porque a “Arquitetura é vista como capaz de cristalizar o domínio público, os valores sociais partilhados e os objetivos culturais a longo prazo (Jenks, 1980)” (MOUSSATCHE, MAZZOTTI, MAZZOTTI, 2000, p. 299) e a análise dessas arquiteturas serve para identificar dados culturais do período, bem como os discursos entre arquitetura patrimônio e cultura locais.

Uma obra de Caddah que merece destaque é a igreja da Santíssima Trindade em Teresina (Figura 27). A igreja é considerada um marco na arquitetura moderna do estado. Foi feita por encomenda dos padres redentoristas da paróquia de São José Operário e, naquele

¹⁹ Telhas canaletes são telhas autoportantes de fibrocimento. Cada telha canaleta é uma longa placa com ondulações com cantos em forma de “V”.

momento, adotou-se uma composição de triângulos de forma a lembrar o chapéu das freiras irlandesas que catequizavam na região. De acordo com o relato do próprio Caddah, o nome da igreja foi sugerido por ele.

Figura 27: CROQUI DA IGREJA



Fonte: Arquivo pessoal do arquiteto, 2015.

O projeto foi elaborado em 1968 e executado em 1969 pela Construtora Itapoã, da Bahia. Essa construtora, além disso, executou a U. E. Benjamin Baptista e, para as duas obras, importou as telhas e as estruturas metálicas, já que no Estado não havia esse tipo de molde e material.

Foram usados ainda tirantes subterrâneos para combater os esforços da cobertura. Está assente sobre pilares dispostos ao longo do perímetro do salão. A vedação é feita por panos de combogós desenhados pelo próprio arquiteto. Os materiais utilizados na construção da igreja foram, segundo o arquiteto, aço, alumínio e concreto e expressam os princípios modernistas de forma e estrutura pré-fabricada.

Ao longo do tempo, foram feitas modificações no projeto como a criação de um lanternim²⁰ que não fazia parte do projeto original (a pedido do padre) e durante a execução da obra, a pintura de um painel na parede atrás do altar.

Posteriormente, sem autoria do arquiteto, foram construídas casas paroquiais e o campanário junto à entrada da igreja.

Atualmente, a igreja está em processo de reforma, sendo que já foram modificados o altar e as arestas laterais da parede de fundo, onde foram levantadas paredes, quebrando o ângulo original, para a locação do santíssimo e do coral, à esquerda e à direita do altar, respectivamente. Também foram trocadas as portas originais por portas de vidro, a desagrado do arquiteto (CADDAH FILHO, 2015). A obra marca a arquitetura local com inovação plástica, modernidade e pelo fato de resolver o programa de necessidades a que estava submetido.

Figura 28: IGREJA DA SANTÍSSIMA TRINDADE



Fonte: Arquivo do arquiteto, 2015.

A contribuição de Miguel Caddah, para a arquitetura piauiense, não se limita somente aos projetos executados (Tabela 2), mas relaciona-se, também, à área docente, tendo sido este

²⁰ Lanternim é um telhado menor, sobreposto na cumeeira (ponto mais alto da cobertura) de outro telhado para ventilação e iluminação interna.

professor no curso Técnico em Edificações por muitos anos, mais especificamente de 1967 a 1996. Ademais, atuou em cargos de chefia administrativa, como chefe da Inspeção do CREA-PI, de 1973 a 1974, e como Diretor do Instituto de Arquitetura do Brasil – seção do Piauí, de 1974 a 1977.

TABELA 2 – PRINCIPAIS OBRAS

PRINCIPAIS TRABALHOS EXECUTADOS	
<p>1. SERVIÇO PÚBLICO:</p> <p>Projeto das Unidades Escolares: - Unidade Escolar Paulo Ferraz – Teresina (1971) - João Clímaco D’Almeida – Teresina - Escola Normal Francisco Correia – Parnaíba (1964) - Unidade Polivalente Benjamim Batista – Teresina - Unidade Polivalente José Amável – Teresina - Centro de Educação Física João Antônio Leitão – Teresina - Unidade Polivalente de Picos - Centro Interescolar de Valença - Unidade Polivalente Prof. Clemente Fortes – Teresina (1973) - Unidade Polivalente de Amarante - Centro de Estudos Supletivos Prof. Arthur Furtado – Teresina - Prédio da TV Educativa (co-autoria) - Teresina - Escola Normal de Picos (1985) - Centro Social Urbano – Oeiras - Centro de Triagem da Merenda Escolar – Teresina - Unidade Escolar Vidal de Freitas. Picos (1976)</p>	<p>2. ÁREA PRIVADA:</p> <p>- Edifício Paulo VI - Rua Desembargador Freitas - Edifício Astrogildo Araújo (Palácio dos Móveis) - Centro Social do Bairro Barroão - Igreja Matriz da Santíssima Trindade (1968) - Igreja Matriz de Cristo-Rei - Residência Dr. Francisco Leal - Residência no bairro Feira de Amostra - Duas residências no bairro São Cristóvão (conj.) - Quatro residências no bairro Maloca (conj.) - Residência à rua Goiás - Residência Dr. Luiz Batista - Igreja N. S. das Graças - Floriano – PI (santuário) (1975) - Centro Social Urbano – Parque Piauí - Residência Eng. Carlos Burlamaqui da Silva - Pavilhão de Laboratório da Escola Técnica Federal do Piauí – (IFPI – Campus Central – Prédio C) (1985) - Residência Dr. Wladimir B. do Rêgo Monteiro - Residência Dr. Jesus Tajra Adad - Prédio da TV canal 10 – Teresina Residência Prof.^a Maria do Carmo Gomes – Floriano – PI. Igreja Matriz de Landri Sales – PI Conjunto de Sete Casas à Av. Dom Severino - Pavilhão da Universidade Teresina – UNITER</p>

Fonte: Arquivo pessoal do arquiteto, 2015.

Foto: Anexo do IFPI. Nayane Costa, 2017.



capítulo 3:

ESCOLAS E
MODERNIDADE
URBANA

Buscar-se-á, neste terceiro capítulo, expor as análises arquitetônicas de quatro exemplares educacionais projetados e construídos, em Teresina, pelo arquiteto, além dos critérios que este utilizou na representação da paisagem histórica e da importância de sua preservação.

3. ESCOLAS E MODERNIDADE URBANA

Este capítulo trata, a priori, das análises arquitetônicas das obras, a saber: Unidade Escolar Paulo Ferraz, Unidade Escolar João Clímaco d' Almeida, Unidade Escolar Clemente Fortes (atual SEMTCAS) e bloco C do IFPI. A metodologia empregue nas análises baseia-se nas teorias da arquitetura moderna propostas pelo Laboratório de Arquitetura da ETSAB (Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona) e pela UPC (Universidade Politècnica de Catalunya), adotadas pelo arquiteto espanhol Hélio Piñon e Teresa Rovira em seus trabalhos docentes junto a ETSAB.

Esta metodologia de análise foi escolhida pelo fato de o professor Dr.Hélio Piñón, que leciona a disciplina de Projeto desde 1979, ser uma referência nos estudos de teoria e crítica da Arquitetura a nível mundial.

São suas obras: *Teoria da Arquitetura e Crítica: reflexão histórica da Arquitetura Moderna* (1980); *Arquitetura de neovanguardias* (1984); *Arquitetura moderna em Barcelona 1951-1976* (1996); *Projeto de curso básico* (1998); *Mario Roberto Alvarez* (2002); *Paulo Mendes da Rocha* (2002); *Paixão para os sentidos* (2003); *O projeto de (re)construção* (2005); *Teoria do projeto* (2006); *O formalismo essencial da arquitetura moderna* (2008); *Arquitectura da cidade moderna* (2010) e *Skidmore, Owings & Merrill* (2012).

Todos os critérios serão comentados durante as análises de cada escola e têm conexão com o conceito de patrimônio porque Piñon dá ênfase à temporalidade e à História em suas pesquisas (Tabela 3).

TABELA 3: Critérios da análise

DIRETRIZES DE ANÁLISE:

1. TERRENO:

- a) configuração;
- b) geometria;
- c) posição na cidade.

2. CONFIGURAÇÃO:

- a) relação solar: entradas, saliências e varandas;
- b) relação com o programa: manifesto ou conteúdo;
- c) relação com a arquitetura: ordem clássica, ordem moderna; critérios estilísticos;
- d) relação contígua com a arquitetura e a área.

3. ESTRUTURA DE SUPORTE:

- a) tipo de estrutura: paredes estruturais, concreto armado, perfis metálicos;
- b) Sistemática ou sintomática;
- c) Relação estrutura / configuração do edifício.

4. PAREDES:

- a) tipo de parede: muros, painéis de vidro;
- b) relação fechamento/ estrutura;
- c) fechamento sistemática ou soluções particulares;
- d) sistema construtivo: economia de meios ou diversificação de soluções.

5. COBERTURA:

- a) expressas ou implícitas;
- b) O papel da cobertura na configuração edifício;
- c) fechamento visual e proteção climática.

6. ELEMENTOS ESPECIAIS:

- a) elementos exclusivos: balcões, mirantes, varandas, alpendres.

7. PLASTICIDADE E CROMATISMO MATERIAL:

- a) textura e cor de materiais;
- b) textura e plasticidade de soluções.

Todos esses fins deve ser a partir da perspectiva de:

- a) **história e referências da arquitetura consideradas;**
- b) grau da instituição de soluções: sistematicidade ou adequação da solução ao caso particular;
- c) uso de "material de projeto" próprio e alheio: arquétipos formais, sistemas construtivos, soluções concretas;
- d) Evolução de critérios de projeto dentro da própria obra: ordem, soluções e acabamentos
- e) evolução dos critérios de projeto em relação à arquitetura de outros arquitetos contemporâneos.

Fonte: Afonso, em ETSAB/UPC 2006²¹.

Os critérios foram ordenados considerando as seguintes categorias de análise: 1) lugar e implantação; 2) tramas ordenadoras; 3) estrutura / construção; 4) distribuição do programa em planta e circulações; 5) solução volumétrica (coberta, fachadas, esquadrias); 6) materiais, texturas e iluminação natural.

O primeiro critério de análise projetual trata do terreno e engloba o conceito de lugar. Piñon descreve o entorno tanto a partir de aspectos físicos quanto patrimoniais. Sua posição no meio e configuração harmoniosa com edificações vizinhas são essenciais para a identidade e para o sentido da linguagem espacial.

²¹ As informações da tabela foram retiradas de material didático fornecido pelo professor Hélio Piñon da ETSAB/UPC, no doutorado em Projetos Arquitetônicos, 2006.

A categoria seguinte refere-se às malhas que servem de eixos para a definição dos espaços e para a implantação dos usos. Ao ser classificada no estilo arquitetônico modernista, consta de tramas ordenadoras da concepção projetual e será explicitada durante a análise.

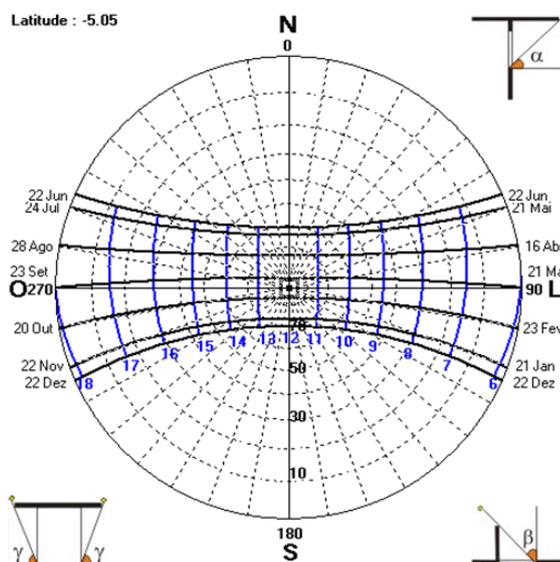
No item “estrutura/construção” discute-se o tipo de sustentação utilizada pelo edifício e qual a relação desse tipo de construção com o partido adotado.

No item “distribuição do programa em planta e circulações” são expostos desenhos técnicos das plantas baixas, abordando, para isso, as soluções de distribuição dos ambientes, usos e características estéticas atingidas por essas escolhas.

As soluções volumétricas tratam da geometria como um todo e sua configuração no entorno. Os tipos de esquadrias e de vedações são essenciais para esta definição geral e serão especificados para o entendimento do volume criado.

Na última categoria “materiais, texturas e iluminação natural”, apresenta-se a plasticidade de soluções e o cromatismo material que dão forma à estética final. Também é neste item que são definidos elementos de harmonização com a arquitetura do entorno, suas relações e as tecnologias de sua temporalidade. Os estudos de relação solar foram obtidos com auxílio de análises da carta solar da cidade de Teresina. A Carta solar (Figura 29) é o local onde se calcula os ângulos dos brises, isto é, elementos horizontais ou verticais de proteção solar de fachadas. No caso da análise dos brises, do anexo do IFPI, utilizou-se do método de Anesia Barros Frota e Sueli Ramos Schiffer, presente no livro “Manual de Conforto Térmico” e do software “Analysis Sol Ar”, desenvolvido pelo Laboratório de Eficiência Energética em Edificações da Universidade Federal de Santa Catarina.

Figura 29: CARTA SOLAR DE TERESINA



Fonte: Software Analysis Sol Ar, 2017.

3.1 Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Governador João Clímaco D' Almeida

3.1.1 A escola

O governador João Clímaco D' Almeida fez parte da “coligação das oposições”, composta pelo PSD, partido a que era filiado, e da União Democrática Nacional (UDN), em 1962, como vice-governador na administração de Petrônio Portella. Em 1966, tornou-se novamente vice-governador na gestão de Helvídio Nunes, entre os anos de 1967 e 1970.

Em 1970, no princípio de seu mandato, foi anunciado pelos jornais como contrário à oligarquia do esquema “Petrônio Portella no Governo e Helvídio Nunes no Senado” ao qual era aliado em governos anteriores (Figura 30).

Figura 30: ANÚNCIO DO GOVERNO JOÃO CLÍMACO



Fonte: Jornal Estado do Piauí (ver anexos), 17 de maio de 1970.

Sua administração perdurou de 16 de maio de 1970 a 15 de março de 1971, quando deixou o cargo para se candidatar ao Senado Federal. Entre os feitos de sua gestão estão a inauguração da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, a instalação da Universidade Federal do

Piauí e restauração do colégio estadual Zacarias de Góis (Liceu Piauiense). (CPDOC FGV, 2017).

O atual Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Governador João Clímaco D' Almeida foi construído com recursos do Plano Nacional de Educação e inaugurado em setembro de 1971 (Figura 31), no governo Alberto Silva, em homenagem ao ex-governador que iniciou sua construção, originalmente chamado de Grupo Escolar Gov. João Clímaco D' Almeida. O arquiteto afirma que a obra estava construída desde 1966 mas que passou por modificações na estrutura para que fosse inaugurado posteriormente, com segurança aos usuários, portanto em atraso com relação a data de conclusão do projeto. Em placa que existe atualmente na escola, cita-se que a obra foi inaugurada oficialmente, com presença de autoridades políticas, em 1974 porém antes da data da placa já havia a construção e já estava em operação.

Figura 31: ESCOLA EM SUA ORIGEM



Fonte: Arquivo do arquiteto (Foto da década de 1970), 2015.

No entanto, as aulas começaram apenas dia 13 de março de 1972, conforme Jornal do Piauí - Arquivo Público do Estado do Piauí (Figura 32). Está situado na Rua 13 de Maio, 884, Centro/ Norte com fachada lateral para a avenida Campos Sales.

Figura 32: PRIMEIROS ANOS DA ESCOLA



Fonte: Arquivo do arquiteto (Foto da década de 1970), 2015.

Era denominado, pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura, como o Grande Grupo Central de Teresina e era constituído de 20 salas de aulas (Jornal do Piauí, 21 de novembro de 1970). É uma das obras de Caddah mais expressivas do estilo modernista em escolas da cidade (Figura 33).

Figura 33: ESCOLA JOÃO CLÍMACO



Fonte: a autora, 2017.

Atualmente passou por reformas, no entanto, manteve sua tipologia arquitetônica. Na planta baixa segue o padrão metodológico por conter malha de locação dos módulos de salas de aulas e pela presença da circulação vertical em forma de rampa na lateral.

O projeto permanece com sua função escolar até os dias atuais. Segundo relato do senhor Francisco de Assis Moraes de Oliveira, ex-diretor da escola e atual auxiliar administrativo, a escola sempre atendeu ao ensino fundamental, no turno da tarde, ensino médio, no turno da manhã, e cursos técnicos, no turno da noite. Francisco é funcionário da escola desde 1985 e afirma que o gradil original da fachada (Figura 34) foi trocado parcialmente, na década de 1990, por muro porque a escola pretendia conter o tráfico de drogas, que acontecia frequentemente na região, entre alunos e transeuntes.

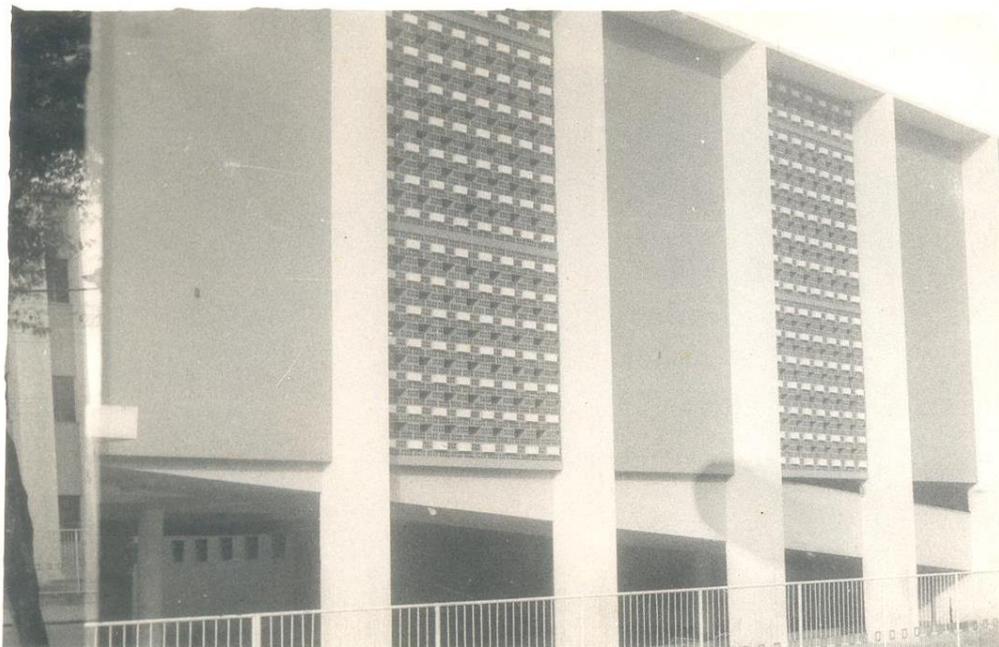
Figura 34: VISTA DA FACHADA COM GRADIL



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público do Estado do Piauí (Sem data), 2016.

O funcionário também relata que, em 1978, a fachada em frente à Avenida Campos Sales apresentou rachaduras de modo que foram necessários fazer reforços para conter as pequenas falhas estruturais. O ex-diretor contou que quando começou a trabalhar na escola (Figura 35) as esquadrias eram de madeira e o prédio contava com sala dos professores, biblioteca, onde hoje é refeitório, secretaria, diretoria, banheiros e arquivo (MORAES DE OLIVEIRA, 2016).

Figura 35: VISTA DA FACHADA FRONTAL



Fonte: Arquivo do arquiteto (Foto da década de 1970), 2015.

Com o tempo, o prédio passou por poucas reformas e sua estrutura não foi alterada, apenas foram diminuídas as quantidade de salas de aulas para inclusão da sala de informática, da sala de dança e da sala de lutas. Dentre as alterações no prédio, foi construída uma quadra de esportes coberta (Figura 36), anexa ao bloco da secretaria, entre os anos de 1997 e 2000, e uma pequena horta foi criada no espaço abaixo da rampa, pelo senhor Francisco.

Figura 36: QUADRA DE ESPORTES E CANTEIRO ABAIXO DA RAMPA



Fonte: a autora, 2017.

3.1.2 Lugar e implantação

O prédio localiza-se em uma zona comercial do centro de Teresina e está cercado, em sua maioria, por edificações térreas ao norte e algumas edificações com dois ou mais pavimentos ao sul, margeando a Avenida Campos Sales (Figura 37).

Figura 37: LOCAÇÃO DA ESCOLA JOÃO CLÍMACO



Fonte: Google Earth com modificações da autora (em amarelo a escola), 2017.

Os volumes que marcam o lote (Figura 38) são o prédio da escola com reentrâncias e a quadra poliesportiva com cobertura em estrutura metálica. O lote possui acesso a três vias, quais sejam: rua Clodoaldo Freitas, rua 13 de Maio e avenida Campos Sales. A fachada principal, a sudoeste, está na rua 13 de Maio com uma fachada secundária para a avenida Campos Sales.

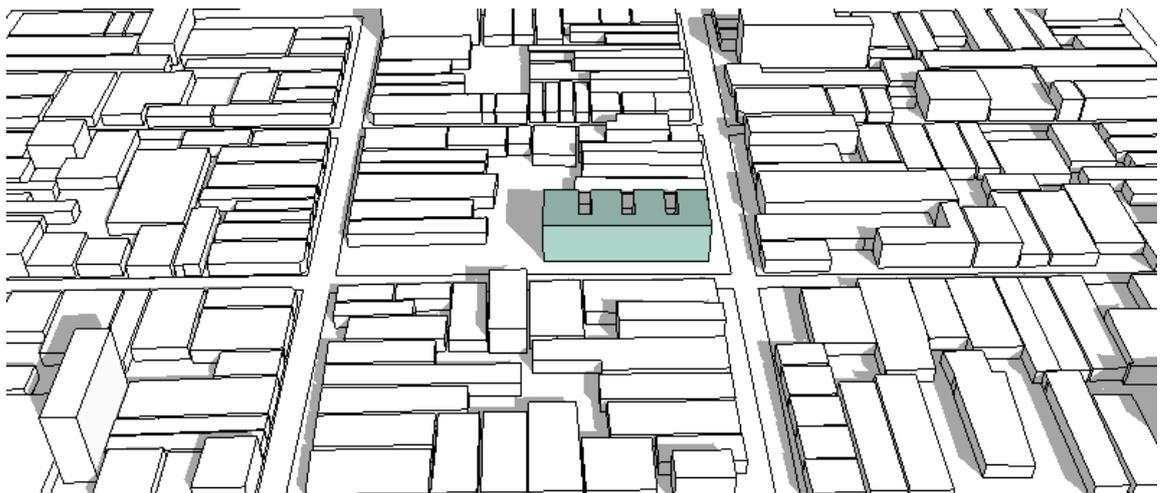
Figura 38: LOTE DA ESCOLA



Fonte: Redesenho elaborado pela autora, a partir de arquivo fornecido pela Secretaria Estadual de Educação, 2017.

No entorno imediato (Figura 39) os prédios de maior destaque são: o edifício do SENAC/Piauí, a duas quadras da escola; prédios educacionais na avenida Campos Sales e centros comerciais também nessa avenida. É visível que a fachada a oeste foi tratada com reentrâncias para dificultar o acesso da insolação natural.

Figura 39: VOLUMETRIAS DO ENTORNO – JOÃO CLÍMACO



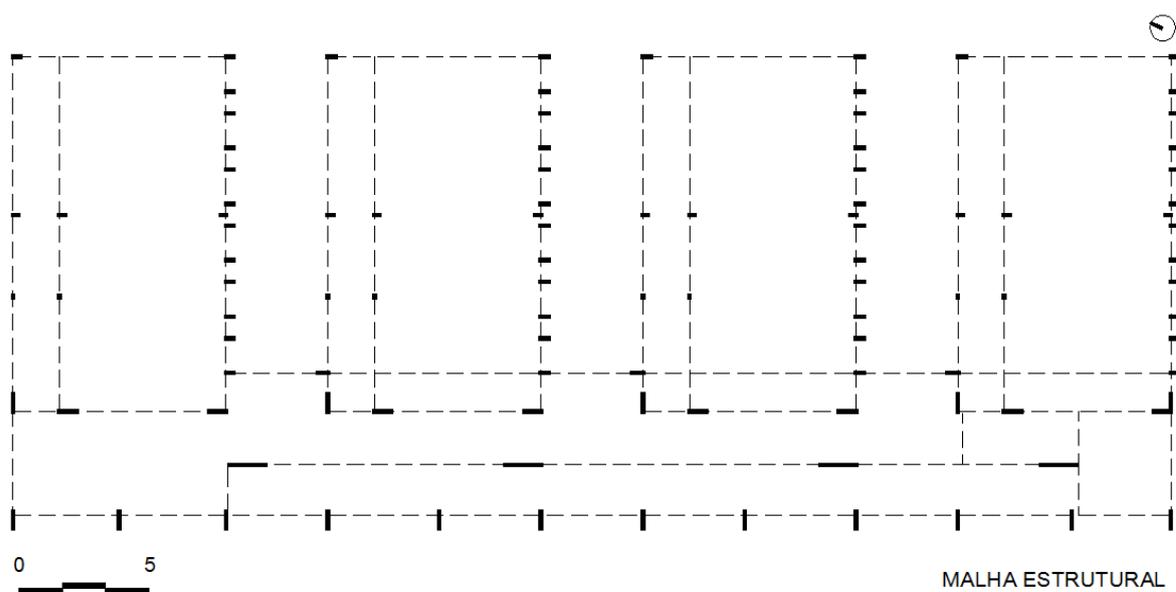
Fonte: Redesenho elaborado pela estudante de Arquitetura da UFPI, Gabriela Maia, a partir de mapas do Google Earth, 2017.

A avenida ao lado do prédio possui um fluxo de veículos intenso durante os turnos da manhã e tarde, horários comerciais, em contrapartida, esse fluxo é muito reduzido no turno da noite, tornando a área isolada e perigosa ao anoitecer.

3.1.3 Tramas ordenadoras

A forma geral do prédio é marcada pela volumetria retangular entre as quatro torres com salas de aulas e a malha estrutural também as coloca em destaque, como se pode verificar na Figura 40. A área da fachada sudoeste, onde fica localizada a circulação com a rampa, ganhou pilares que sacam do volume para o exterior marcando as aberturas em combogós. Nas reentrâncias da fachada oposta estão janelas com brises verticais, também em forma de pilares, que avançam no recuo do lote.

Figura 40: MALHA ESTRUTURAL – JOÃO CLÍMACO



Fonte: a autora, 2017.

As torres das salas de aulas estão dispostas em vãos de 8,25 metros de largura e 13,80 metros de comprimento, com afastamento entre as torres de 3,95 metros. O vão de circulação possui 5,55 metros de largura e 44,85 metros de comprimento, abrigando toda a fachada principal a sudoeste.

O alinhamento dos brises verticais, a sudoeste, com os pilares das torres das salas de aulas torna visível a intenção do arquiteto em modular a marcação da estrutura e, desse modo, defende a metodologia projetual moderna seguindo eixos construtivos.

3.1.4 Estrutura/ Construção

A edificação é composta de piso cerâmico, paredes de alvenaria cerâmica, pilares de concreto armado revestidos em pintura acrílica do tipo PVA, esquadrias em ferro/ferro e vidro, cobertura em telha metálica e detalhes na fachada em combogós cerâmicos (Figura 41).

Figura 41: ESTRUTURAS INTERNAS E EXTERNAS



Fonte: a autora, 2017.

Nas salas e circulações é possível ver as vigas de sustentação das lajes e a metade do pé direito das paredes internas recebem revestimento cerâmico (Figura 42). Já na rampa há pilares, de comprimento maior que os outros pilares da escola, que conectam essa estrutura ao restante do prédio.

Figura 42: VIGAS APARENTES NO TETO



Fonte: a autora, 2017.

As janelas, a nordeste, são margeadas por brises, o que acaba destacando a volumetria das fachadas perpendiculares, como se constata na Figura 43 abaixo.

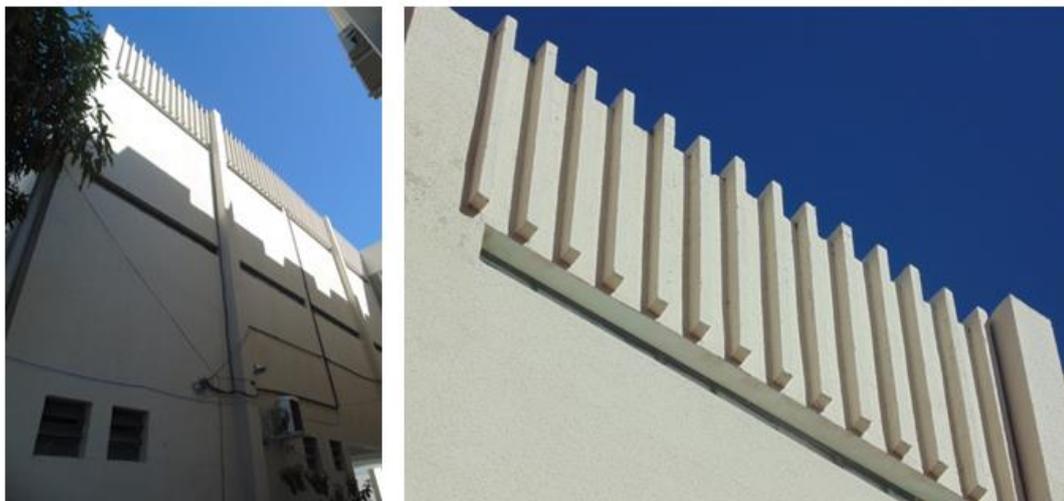
Figura 43: BRISES NAS JANELAS



Fonte: a autora, 2017.

O projeto original possuía um detalhe com frisos nas paredes localizados em frente às salas de aulas que continuam preservadas até hoje. A fachada noroeste percorre toda a extensão da superfície vertical e entre as torres é reduzida na margem superior (Figura 44).

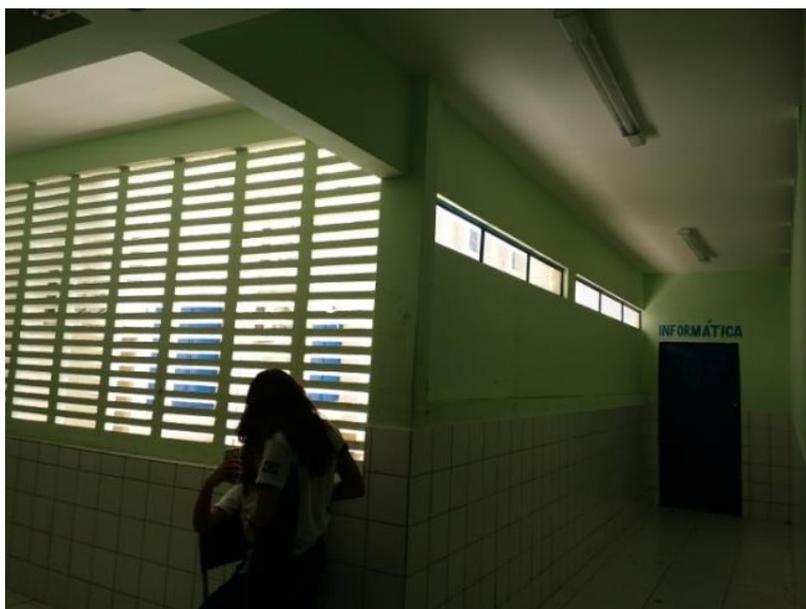
Figura 44: FRISOS NAS FACHADAS



Fonte: a autora, 2017.

Dentre os elementos especiais a serem destacados estão às esquadrias em rasgos fixos em concreto perpendiculares as salas de aulas (Figura 45).

Figura 45: ABERTURAS DE CONCRETO



Fonte: a autora, 2017.

Após algumas reformas foram incluídos elementos verticais em concreto na parede externa e central da rampa no intuito de barrar uma tendência frequente de os alunos mais novos subirem para brincar e, possivelmente, correrem o risco de cair do peitoril da rampa (MORAES DE OLIVEIRA, 2016) (Figura 46).

Figura 46: ELEMENTOS VERTICAIS



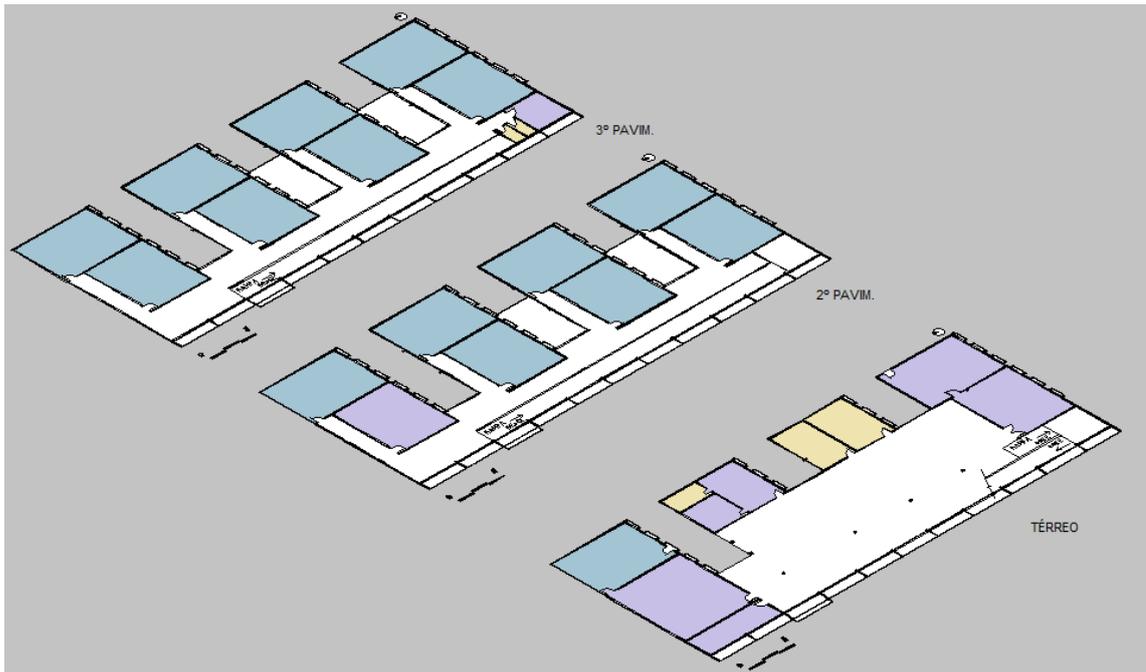
Fonte: Nayane Costa, 2017.

3.1.5 Distribuição do programa em planta e circulações

A disposição das salas de aulas, desde o segundo pavimento, segue em sequência linear por toda a extensão do corredor de acesso à rampa e esses espaços são vigiados com câmeras de vídeo. Tanto a disposição dos espaços como as câmeras instaladas promovem o controle e a vigilância dos alunos remetendo, assim, à disciplina necessária aos prédios escolares propostos pelos estudos de Foucault.

Nos pavimentos estão distribuídos os espaços em quatro principais áreas, a saber (Figura 47): em azul as salas de aula, no segundo e no terceiro pavimento; na cor branca as circulações horizontais e verticais, as rampas; em bege os banheiros e, por fim, na cor lilás localizam-se as salas administrativas, concentradas no térreo.

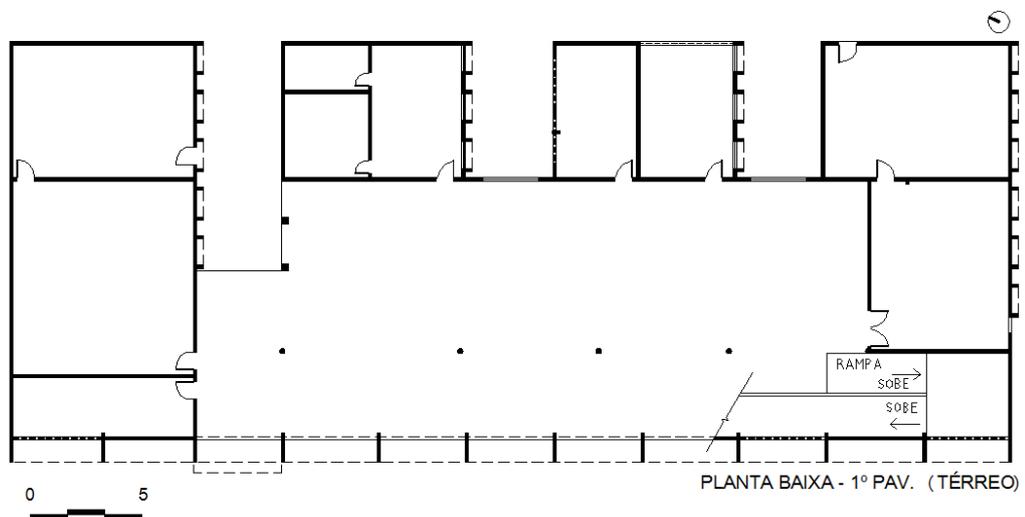
Figura 47: ZONEAMENTO DA ESCOLA



Fonte: a autora, 2017.

No térreo (Figura 48) encontram-se: o depósito no canto inferior esquerdo, próximo ao portão de entrada; a sala da coordenação, a sala de professores e, na extremidade posterior localiza-se a biblioteca. No espaço à direita estão a diretoria, o banheiro e a secretaria. No espaço mais ao centro situa-se a bateria sanitária e, no canto da extrema direita, localiza-se a cozinha com o refeitório em frente ao vão central de circulação.

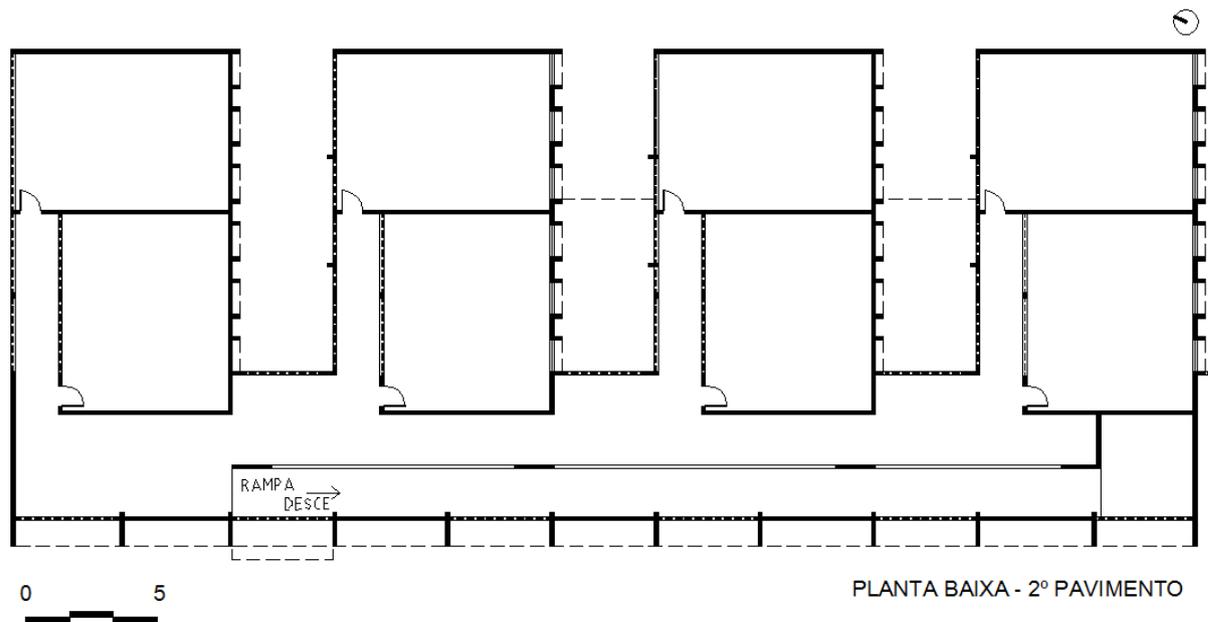
Figura 48: PLANTA BAIXA DO TÉRREO - ESCOLA JOÃO CLÍMACO



Fonte: Arquivo Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

O segundo pavimento situa a divisão espacial básica das quatro torres de salas de aulas (Figura 49), contendo, portanto, oito salas de aulas e uma rampa de acesso aos outros pavimentos. Porém, em uma das salas desse pavimento, fica o Arquivo, identificado pela cor lilás na Figura 47.

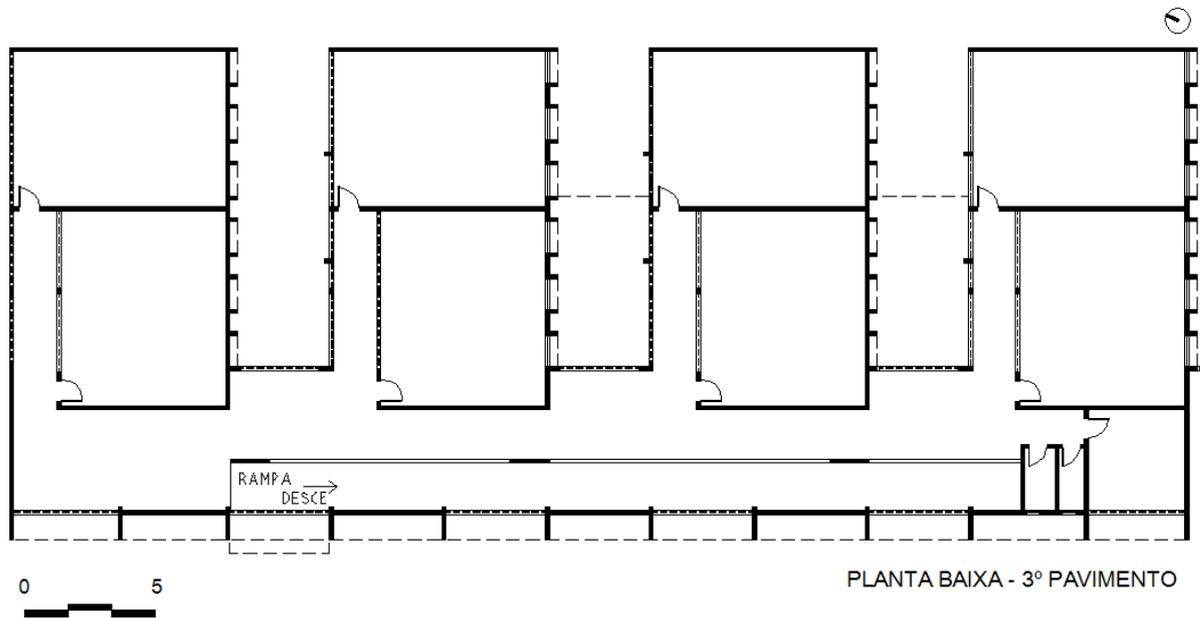
Figura 49: PLANTA BAIXA DO 2º PAVIMENTO - ESCOLA JOÃO CLÍMACO



Fonte: Arquivo Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

O terceiro pavimento (Figura 50) mantém a mesma configuração das salas do segundo pavimento com a inclusão de dois banheiros no fim da circulação e uma sala destinada ao grêmio estudantil. Percorrendo a rampa percebe-se a eficiência dos combogós, estes protegem a circulação da incidência direta do sol, no entanto, por ser o único acesso aos pavimentos, torna-se perigoso no caso de precisar de outras saídas de emergências em situações de pânico. Isso ocorre em virtude da legislação atual (norma técnica número 9077, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, de dezembro de 2001, que exige outras saídas além da principal em casos de incêndio ou pânico).

Figura 50: PLANTA BAIXA DO 3º PAVIMENTO - ESCOLA JOÃO CLÍMACO

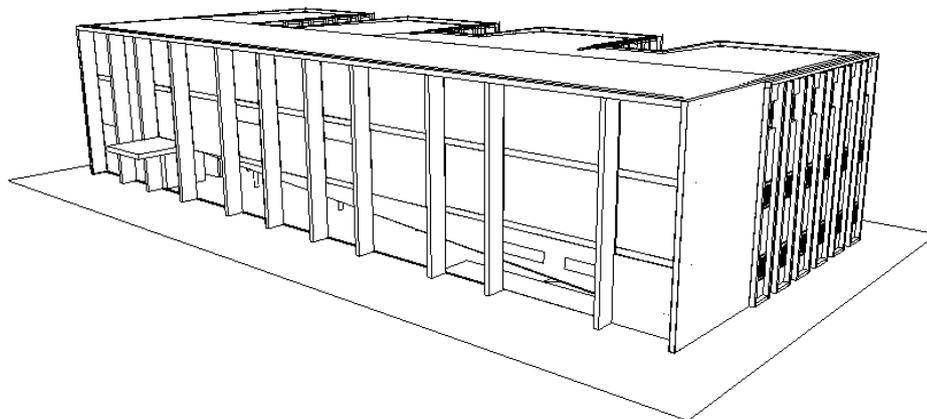


Fonte: Arquivo Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

3.1.6 Soluções volumétricas (coberta, fachadas, esquadrias)

O volume geral é composto de bloco retangular em paralelepípedo com brises verticais marcando as fachadas (Figura 51). Na fachada, entre Avenida Campos Sales e rua 13 de Maio, é visível o tratamento das linhas verticais próximas à marquise de entrada e às janelas com brises de frente para a avenida.

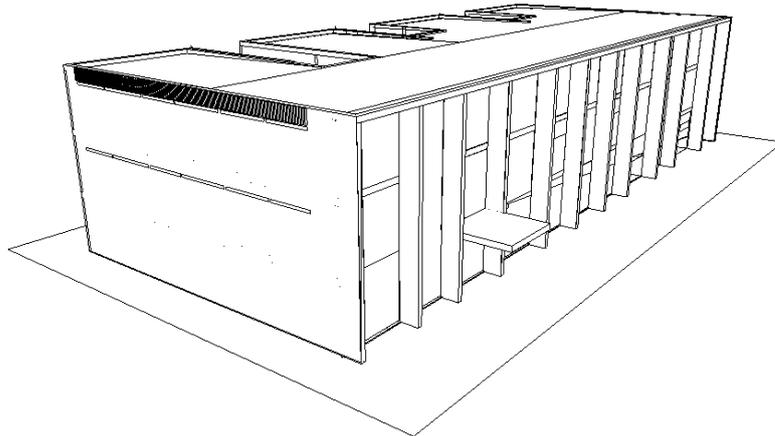
Figura 51: VOLUMETRIA JOÃO CLÍMACO



Fonte: Redesenho tridimensional elaborado pelos estudantes de Arquitetura da UFPI Clidemar Trajano e Caroline Arabela, modificado pela autora, 2017.

Existem elementos de destaque próximos à cobertura, na fachada oposta à avenida, que demonstram a preocupação estética com a volumetria geométrica e que seguem a mesma linguagem em todas suas superfícies (Figura 52).

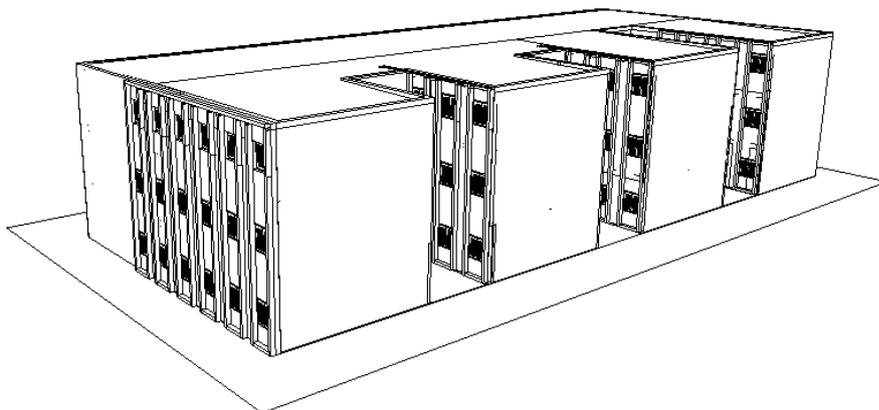
Figura 52: ELEMENTOS VERTICAIS



Fonte: Redesenho tridimensional elaborado pelos estudantes de Arquitetura UFPI Clidemar Trajano e Caroline Arabela, modificado pela autora, 2017.

Na fachada oposta à principal estão fachadas cegas, com alguns basculantes na área dos banheiros. As reentrâncias criam pátios que aumentam a circulação de ar entre as torres. Os brises das janelas margeiam o piso e cobertura (Figura 53).

Figura 53: BRISES EM JANELAS



Fonte: Redesenho tridimensional elaborado pelos estudantes de Arquitetura UFPI Clidemar Trajano e Caroline Arabela, modificado pela autora, 2017.

A cobertura metálica é escondida pela platibanda com beiral em concreto que saca no volume da fachada. Há poucas portas no volume externo porque houve uma tentativa de

valorizar os espaços de circulações amplas, os pátios e os halls. As janelas são protegidas parcialmente pelos brises durante o ano.

O tratamento estético demonstra o primor do arquiteto ao marcar a volumetria no entorno com o propósito de equilibrar a forma completa horizontal com elementos verticais em destaque.

3.1.7. Materiais, texturas e iluminação natural

Considerando o *corpus* desta pesquisa, a escola João Clímaco d' Almeida é um dos exemplares de instituição educacional pública com maior riqueza de detalhes estéticos modernos, destaca-se das demais pelo fato de: possuir combogós cerâmicos e de concreto, brises verticais e horizontais, esquadrias com cor em contraste com a superfície, rampa, marquise de marcação da entrada e detalhe na platibanda, como se observa na Figura 54.

Figura 54: TEXTURAS DO JOÃO CLÍMACO



Fonte: Redesenho tridimensional elaborado pelos estudantes de Arquitetura UFPI Clidemar Trajano e Caroline Arabela, modificado pela autora, 2017.

No referido projeto não se utilizou pilares com material aparente e as paredes internas receberam revestimento cerâmico a meia altura, evitando o desgaste dessas. As esquadrias em ferro na cor azul marcam a horizontalidade da forma maior (Figura 55).

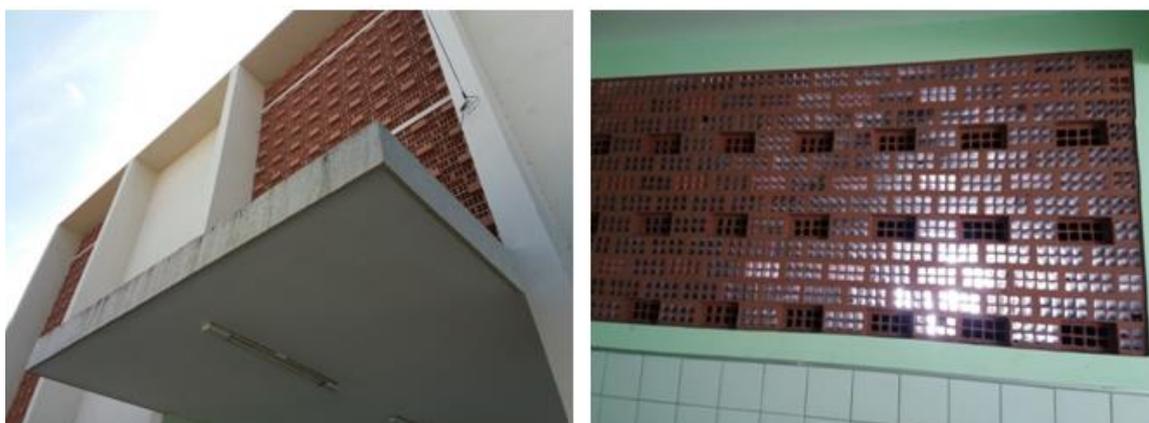
Figura 55: JANELAS EM AZUL



Fonte: a autora, 2017.

Os combogós são elementos de proteção solar na rampa e nas circulações em geral, além de ser um elemento estético que reduz o foco no volume sólido (Figura 56).

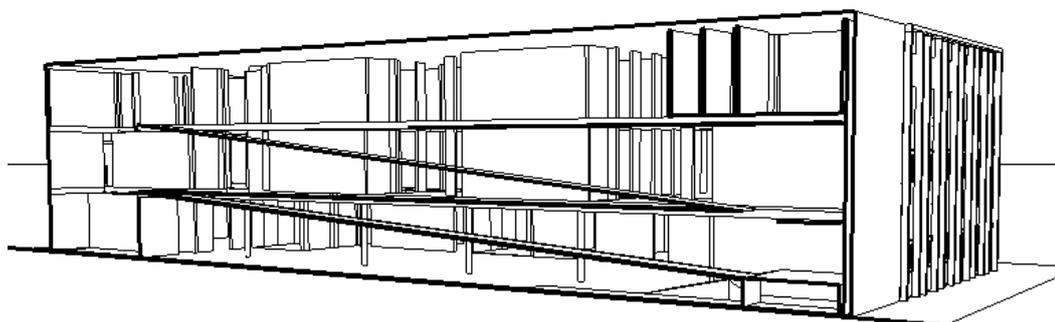
Figura 56: COMBOGÓS



Fonte: a autora, 2017.

Os combogós que serviram de solução para iluminação natural do extenso vão caso a fachada próxima à rampa fosse vedada completamente (Figura 57).

Figura 57: CORTE PERSPECTIVADO



Fonte: Redesenho tridimensional elaborado pelos estudantes de Arquitetura UFPI Clidemar Trajano e Caroline Arabela, modificado pela autora, 2017.

Por fim, os pátios das reentrâncias e os combogós de concreto ao centro juntamente com os frisos superiores e as esquadrias do terceiro pavimento finalizam as texturas criando um jogo de cheios e vazios entre as superfícies externas (Figura 58).

Figura 58: PÁTIO ENTRE TORRES



Fonte: a autora, 2017.

Em relação à orientação solar, na fachada a Oeste estão concentrados os elementos de tratamento de radiação solar como recuos, brises das janelas e planos de elementos vazados, tanto nessa fachada quanto na oposta (combogós cerâmicos ou de concreto) agregando

proteção solar ao tratamento estético da obra. Como todas as salas são refrigeradas artificialmente, as janelas sempre estão fechadas e, por isso, não há preocupação com a incidência direta do sol.

É possível, pois, concluir que, apesar das reformas recentes, não foi alterada a estrutura original da escola e poucas modificações estéticas foram realizadas como, por exemplo, os fechamentos em combogós de cimento na base da rampa, os canteiro do jardim sob a rampa e a construção de quadra coberta em terreno adjacente. Levantamento prévio, em órgãos de proteção de imóveis locais, comprova que a escola está inventariada apenas a nível municipal.

3.2 CEEP Paulo Ferraz

3.2.1 A escola

O Centro Estadual de Educação Profissional Paulo Ferraz (Figura 59) teve sua construção concluída em 1971, no governo de Alberto Silva, sendo o secretário de educação da época Wall Ferraz e o secretário de obras públicas o engenheiro Murilo Rezende.

Figura 59: ESCOLA PAULO FERRAZ



Fonte: a autora, 2017.

A escola supracitada recebe o nome do ex-deputado Paulo da Silva Ferraz (Figura 60) e está localizada na rua 13 de Maio, nº 1189, Centro/ Sul de Teresina.

Figura 60: DEPUTADO PAULO FERRAZ



Fonte: Câmara dos Deputados, 2017.

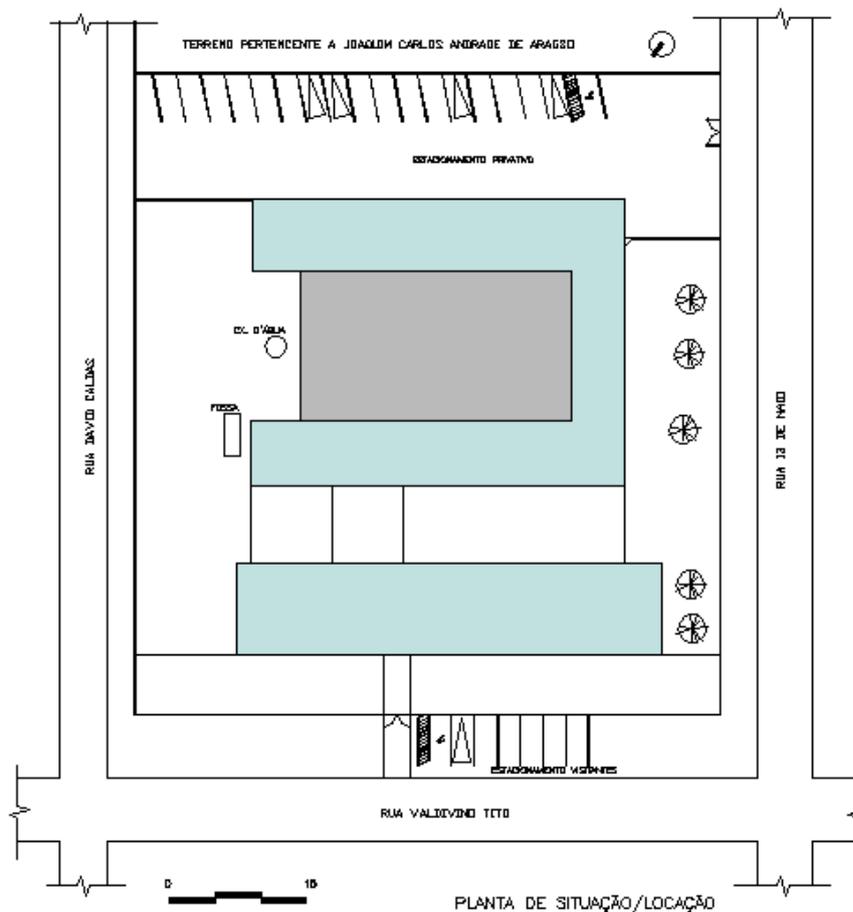
O teresinense Paulo Ferraz (1919-1981) foi advogado e professor, mas foi na política que ganhou maior notoriedade. Atuou como membro do Conselho Estadual de Educação e exerceu os cargos de Secretário de Educação e de Secretário de Fazenda do Piauí, no período de 1959 e 1966. Exerceu, ainda, os cargos de Deputado Estadual, pelo partido político UDN, de 1955 e 1967, e de Deputado Federal, de 1967 e 1979, pelo partido ARENA, e de 1979 a 1981, pelo PDS (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Sua família integra um rol de importantes nomes do cenário político piauiense como, por exemplo, seus primos José Cândido Ferraz, Wall Ferraz e Dirceu Arcoverde. Paulo Ferraz faleceu vítima de um aneurisma cerebral e João Clímaco d'Almeida, Secretário de Segurança do governo Lucídio Portela, tornou-se seu sucessor.

Em sua homenagem foram nomeadas três unidades escolares estaduais, uma em Teresina, uma em Campo Maior e outra em Capitão de Campos, além disso, recebeu seu nome um viaduto e uma avenida, ambos em Teresina.

A estrutura da escola contempla o ensino médio e o ensino técnico profissionalizante de informática. Conforme depoimento do professor coordenador Luiz Roberto Gomes Nunes, a escola possui atualmente aproximadamente 600 alunos matriculados (GOMES NUNES, 2017). Segundo informações do arquiteto, foi o primeiro prédio com rampa de Teresina. (CADDAH FILHO, 2015).

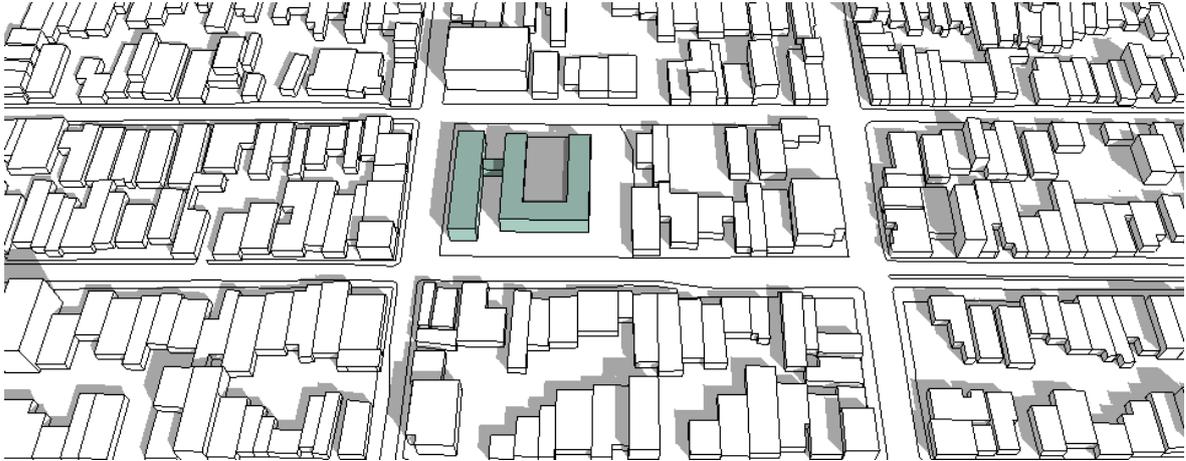
Figura 62: LOTE DA ESCOLA PAULO FERRAZ



Fonte: Redesenho elaborado pela autora, a partir de arquivo fornecido pela Secretaria Estadual de Educação, 2017.

Como os volumes vizinhos são baixos, a escola destaca-se no entorno por apresentar dois pavimentos, o térreo e o superior, (Figura 63). Os recuos do estacionamento dos professores também auxiliam na visão da escola de quem está nas vias próximas. Os únicos prédios com mais de um pavimento são edifícios comerciais de pequeno porte.

Figura 63: VOLUMETRIAS DO ENTORNO - PAULO FERRAZ



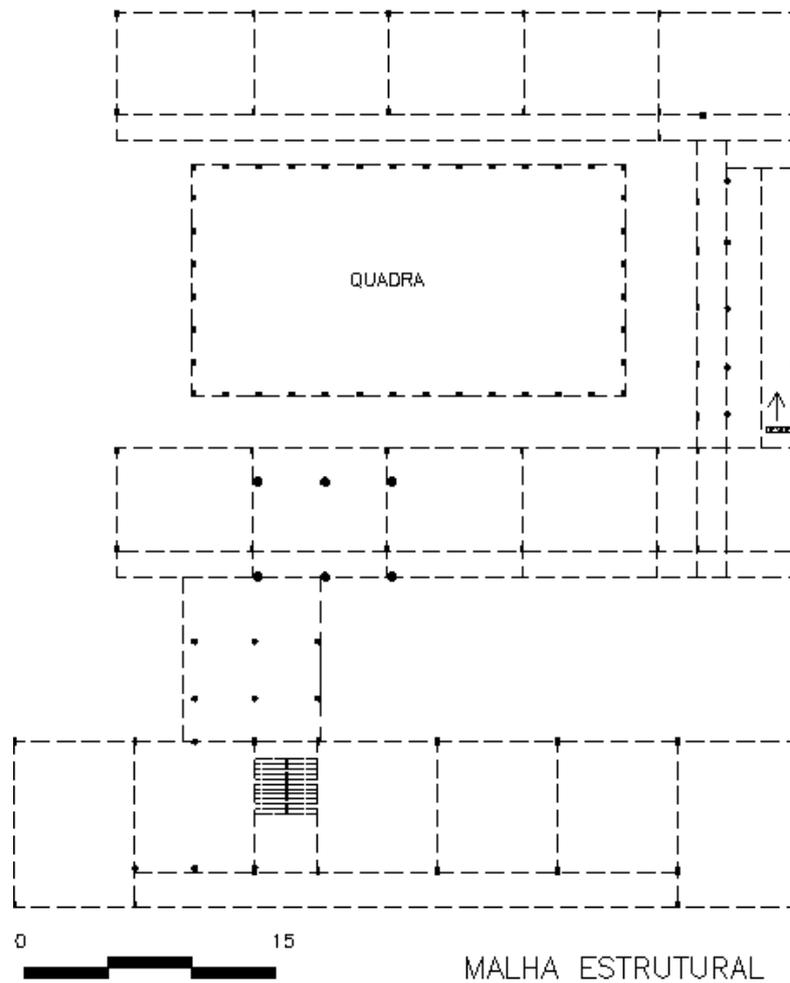
Fonte: Redesenho elaborado pela estudante de Arquitetura da UFPI, Erlayne Ferreira, a partir de mapas do Google Earth, 2017.

A disposição do prédio no terreno criou espaços de circulações centrais protegidos da irradiação solar mais agressiva, a oeste, e os pátios tornam-se espaços de convivência agradáveis.

3.2.3 Tramas ordenadoras

A volumetria marca os três blocos das salas de aulas e existem quatro configurações de pilares: pilares retangulares, das salas de aulas, com dimensões de base de 0,15 metros por 0,35 metros; pilares retangulares com dimensões de base de 0,20 metros por 0,30 metros na quadra de esportes; pilares quadrados com lados de 0,30 metros na rampa e pilares circulares com diâmetros de 0,30 metros e 0,50 metros (Figura 64).

Figura 64: MALHA ESTRUTURAL – PAULO FERRAZ



Fonte: a autora, 2017.

Detalhes especiais da estrutura são as passarelas de circulação entre os blocos no pavimento superior, laje anterior ao pátio coberto, e as lajes em balanço com vigas sobre platibanda, também, no pavimento superior do bloco a oeste (Figura 65).

Figura 65: CIRCULAÇÃO ENTRE BLOCOS E LAJE EM BALANÇO



Fonte: a autora, 2017.

Os pilares da fachada são elementos especiais da obra, pois marcam verticalmente o volume e despertam a visão para a rampa sombreada pela laje superior (Figura 66). Todos os pilares são de concreto armado, com exceção da quadra de esportes onde os pilares são de estrutura metálica.

Figura 66: PILARES FRONTAIS E ESTRUTURA DA QUADRA



Fonte: a autora, 2016.

Outro detalhe da estrutura analisada são as esquadrias com elementos vazados de cimento nas salas de aulas. Esses combogós são opostos às janelas comuns das salas e atuam no sentido de facilitar a circulação natural do ar, isto é, o fluxo do vento, entretanto, com a climatização das salas, estes foram vedados com vidros (Figura 67).

Figura 67: COMBOGÓS DE CIMENTO



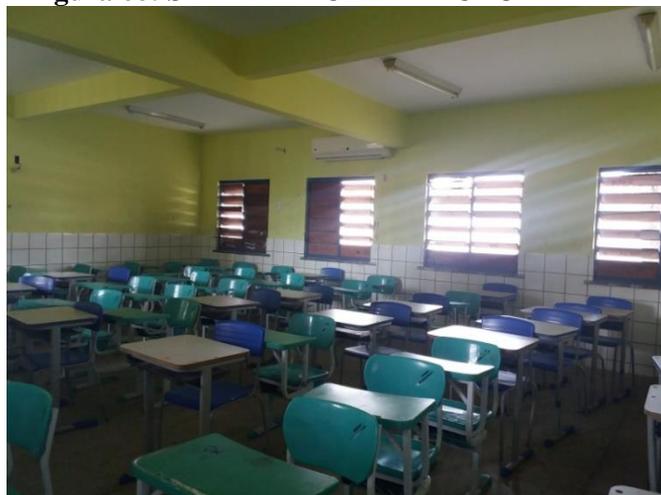
Fonte: a autora, 2016.

3.2.4 Estrutura/Construção

Os pisos são cerâmicos nos banheiros e em granilite tanto nas salas de aulas quanto na quadra de esportes; as paredes são de alvenaria cerâmica; as esquadrias são de ferro, ferro e madeira ou combogós de cimento e a cobertura é em telha metálica.

Nas salas veem-se as vigas, que sustentam a laje do piso superior, o revestimento cerâmico, a meia altura nas paredes, e as janelas em ferro e madeira (Figura 68).

Figura 68: SALA DE AULA – PAULO FERRAZ



Fonte: a autora, 2016.

Caddah trabalhou com uma borda em arremate na circulação do pavimento superior, o que, por sua vez, marcou o volume da varanda e destacou a forma pura de sua arquitetura (Figura 69).

Figura 69: ARREIMATE DO PAVIMENTO SUPERIOR



Fonte: a autora, 2016.

Em alguns espaços, como no setor administrativo do térreo, são vistas as vigas e a platibanda que esconde a cobertura. Essa solução torna a volumetria mais geométrica e insere a obra no estilo moderno de concepção (Figura 70).

Figura 70: VIGAS EM LAJE



Fonte: a autora, 2016.

A rampa resume-se a um elemento estético de maior destaque da fachada principal, a sudoeste, e, também, como elemento de proteção da incidência solar direta no pátio central, quadra de esportes (Figura 71).

Figura 71: INSOLAÇÃO DA RAMPA

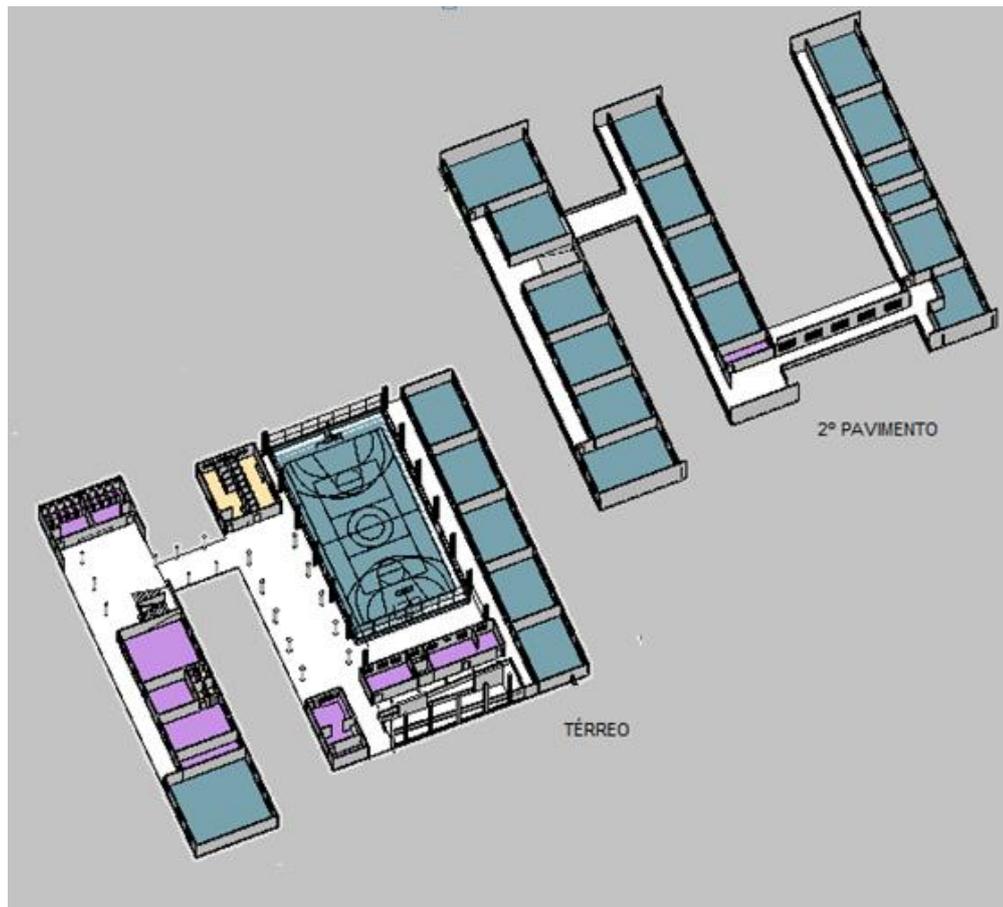


Fonte: a autora, 2016.

3.2.5 Distribuição do programa em planta e circulações

O zoneamento distribui o espaço em quatro diferentes áreas: áreas das salas de aulas e da quadra de esportes, cor azul na Figura 72; setor administrativo, cor lilás; baterias sanitárias, cor bege, e circulações, cor branca.

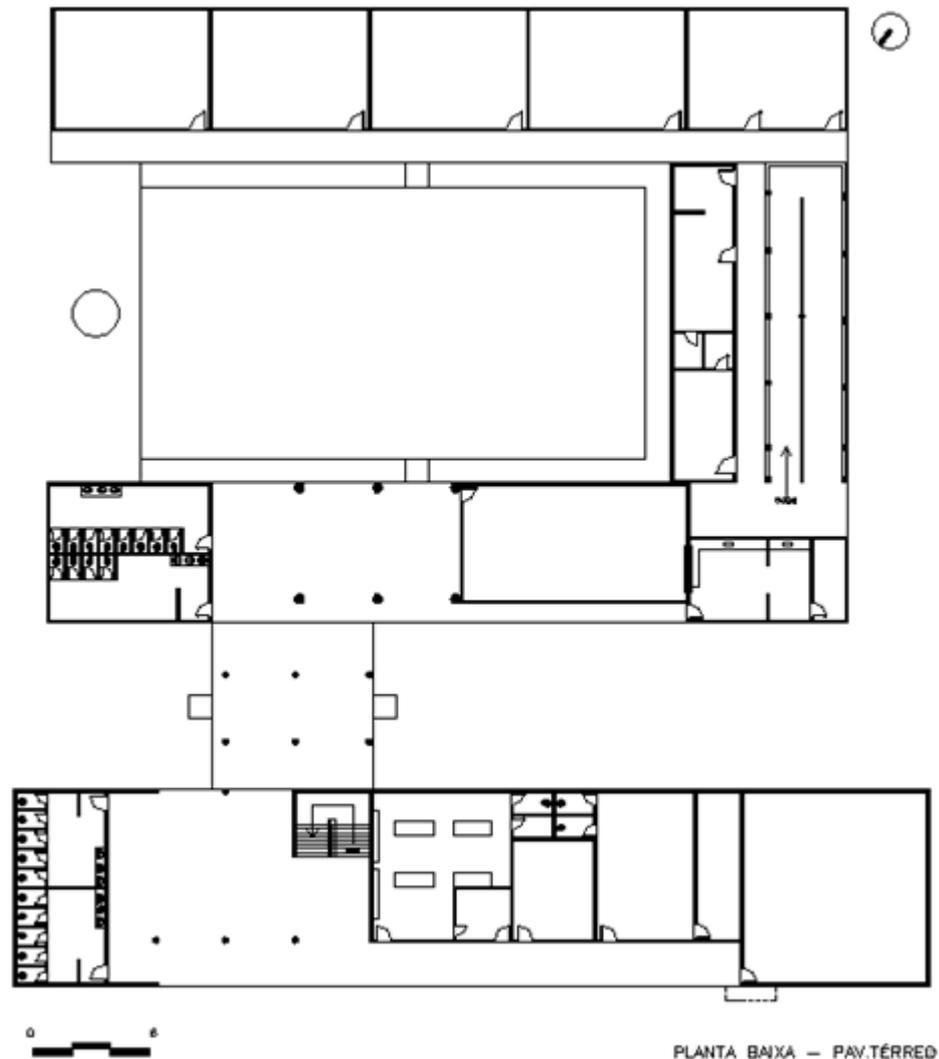
Figura 72: ZONEAMENTO DA ESCOLA PAULO FERRAZ



Fonte: a autora, 2016.

Na planta baixa do térreo (Figura 73) pode-se observar, no canto direito inferior, a biblioteca, seguida pelo arquivo, secretaria, diretoria, sala de digitação, sala dos professores com banheiros, pátio coberto e bateria sanitária, que atualmente está desativada e abriga a sala de manutenção de equipamentos. Antes de percorrer o próximo bloco, há um passeio coberto entre em segundo pátio coberto. À esquerda do pátio, estão as baterias sanitárias e à direita está o refeitório com a cozinha e a despensa.

Figura 73: PLANTA BAIXA DO TÉRREO – PAULO FERRAZ

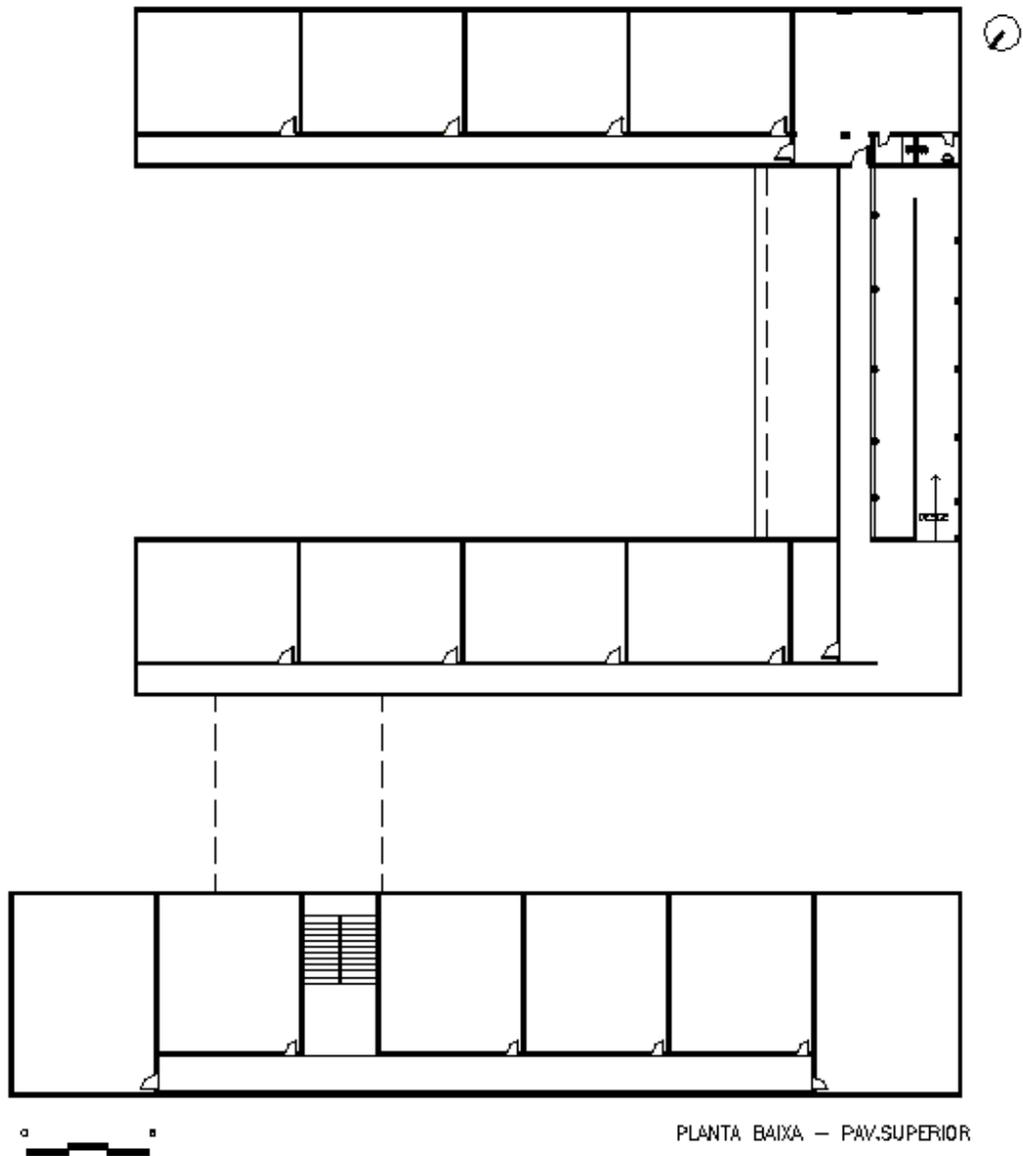


Fonte: Arquivo Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

A frente do pátio localiza-se a quadra de esportes coberta e as salas de aulas. No centro da região, à direita, estão as salas administrativas e a rampa de acesso ao piso superior.

No pavimento superior, logo após subir a rampa, existem duas circulações paralelas onde ficam as salas de aulas distribuídas perpendiculares a rampa. O piso acima da diretoria contempla duas salas de aulas, três laboratórios de informática e um auditório na extrema direita (Figura 74).

Figura 74: PLANTA BAIXA PAV. SUPERIOR – PAULO FERRAZ



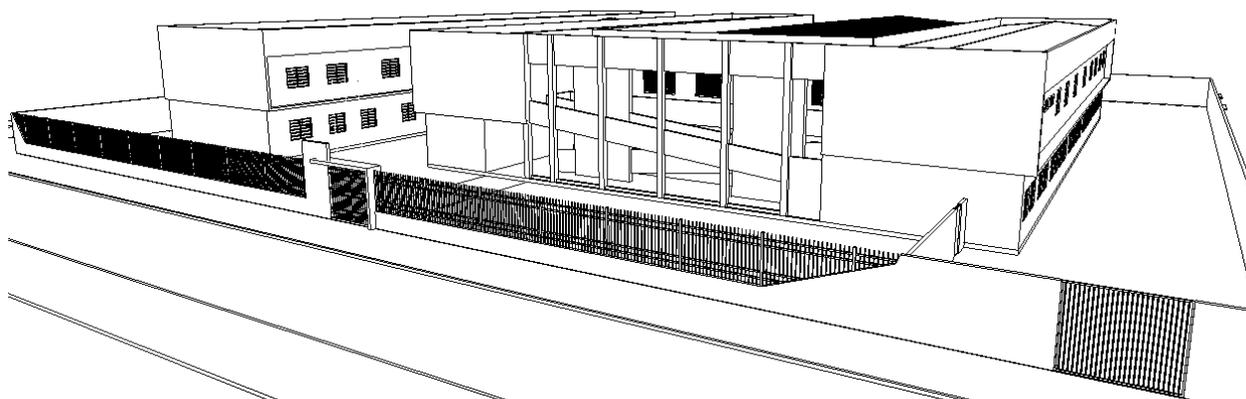
Fonte: Arquivo Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

3.2.6 Soluções de volumetria (coberta, fachadas e esquadrias)

Caddah trabalhou os conceitos de espaço vigiado que Foucault divulga quando cita o modelo panóptico de arquitetura ao abordar os espaços com pátio central, isto é, com maior facilidade de visão que espaços dispersos ou com reentrâncias. A linearidade da sequência de salas de aulas também remete a uma disciplina comportamental.

O volume frontal (Figura 75) caracteriza-se por dois volumes, um mais estreito e outro mais robusto, e a rampa, marcada por pilares externos, torna-se o principal elemento da mirada²² arquitetônica.

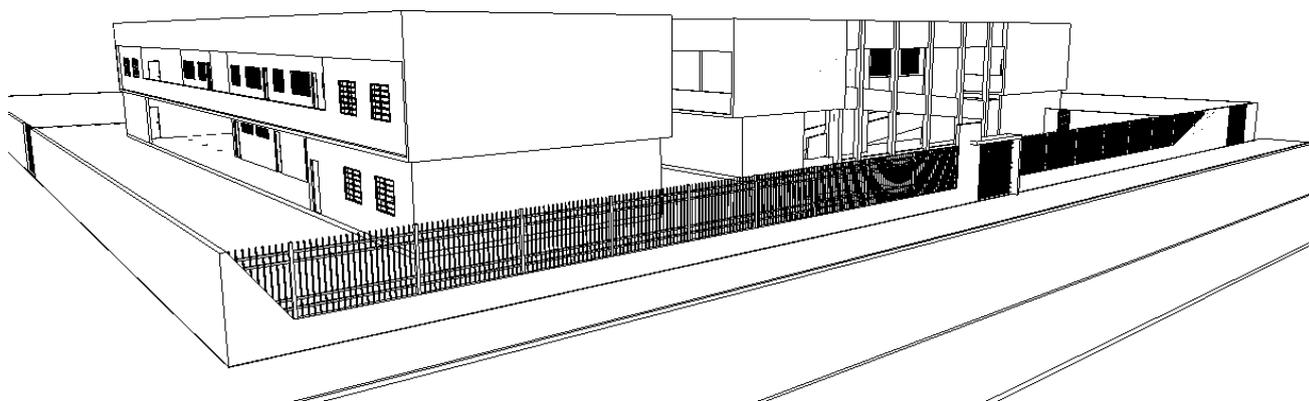
Figura 75: VOLUME FRONTAL DA ESCOLA



Fonte: Redesenho do estudante de Arquitetura da UFPI David Alisson através de arquivo fornecido pela Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

Na fachada em frente a rua Valdivino Tito, a noroeste, (Figura 76) concentra-se o setor administrativo e o volume resume-se a dois blocos retangulares sobrepostos, com circulação na área mais externa.

Figura 76: VOLUME LATERAL DA ESCOLA

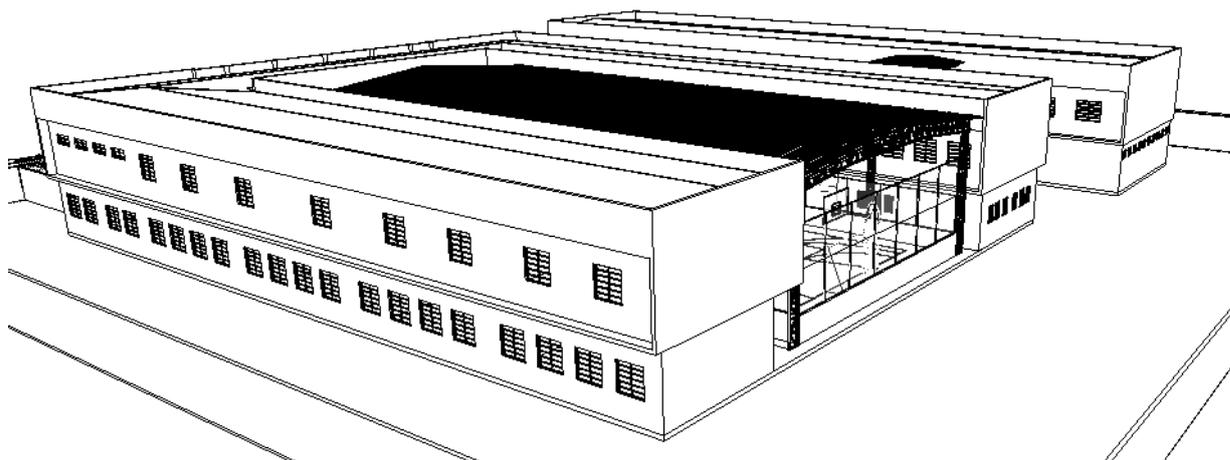


Fonte: Redesenho do estudante de Arquitetura da UFPI David Alisson através de arquivo fornecido pela Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

²² Mirada arquitetônica representa a visão geral do partido arquitetônico ao avistar a volumetria em sua exterioridade.

Na vista posterior da escola são visíveis três blocos em paralelepípedo: o primeiro contém salas de aulas, o segundo e o terceiro centralizam funções administrativas (Figura 77). É notória a equivalência de esquadrias de ferro e de madeira nas fachadas e o volume vazado da quadra de esportes.

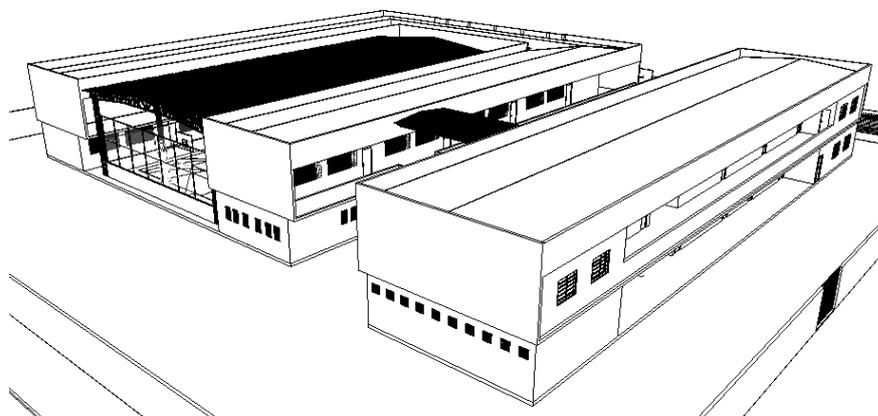
Figura 77: VISTA POSTERIOR DA ESCOLA



Fonte: Redesenho do estudante de Arquitetura da UFPI David Alisson através de arquivo fornecido pela Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

Algumas fachadas possuem tratamento em pedra rústica nas paredes como, por exemplo, na parede dos fundos do bloco administrativo (Figura 78), enquanto que outras se destacam pelo emolduramento da circulação superior, com platibanda e guarda-corpo, criando elemento estético uniforme e de geometria pura.

Figura 78: QUADRA E BLOCO ADMINISTRATIVO



Fonte: Redesenho do estudante de Arquitetura da UFPI David Alisson através de arquivo fornecido pela Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

A Unidade Escolar Paulo Ferraz (Figuras 79) assemelha-se ao projeto da escola Clemente Fortes pelo fato de integrar uma rampa à sua fachada, marcada por elementos verticais, ou seja, pilares. Aparecem, ainda, planos triangulares na fachada principal, isso em virtude de a rampa não camuflar-se após alvenaria.

Figura 79: VISTA DO TÉRREO



Fonte: a autora, 2016.

3.2.7 Materiais, texturas, iluminação natural

Todas as fachadas da edificação estão com pintura na cor branca, destacando-se apenas os volumes que sacam ou margeiam os pavimentos (Figura 80). Caddah projetou uma volumetria simples, porém, com elementos que remetem à linguagem moderna como, por exemplo, rampa e elementos estéticos, marcação vertical harmônica com a geometria horizontal e modulação da planta.

Figura 80: VISTA DA FACHADA



Fonte: a autora, 2016.

Os materiais utilizados são compostos, principalmente, de alvenaria, estrutura em concreto armado e esquadrias de ferro e madeira originais (Figura 81).

Figura 81: JANELAS



Fonte: a autora, 2016.

As principais texturas são as texturas aplicadas nos pilares externos da rampa, paredes com pedras e combogós de cimento nas salas (Figura 82).

Figura 82: TEXTURA NOS PILARES



Fonte: a autora, 2016.

Como soluções para evitar a irradiação solar natural intensa, o arquiteto utilizou-se de pátios cobertos e abertos entre os blocos; do volume da rampa protegendo o pátio com quadra de esportes e as entradas das salas de aulas; de combogós de cimento em esquadrias de algumas salas e, por fim, da circulação em varanda no acesso às salas (Figura 83).

Figura 83: ILUMINAÇÃO NA RAMPA



Fonte: a autora, 2016.

Conclui-se, pois, que a escola mantém sua arquitetura original, com modificações apenas nos revestimentos internos da rampa e nas salas de aulas que receberam vidro para eficiência da climatização artificial. O pátio central também recebeu cobertura metálica e foram mantidas as circulações originais. O prédio é inventariado a nível municipal, mas não é tombado em nenhum órgão de proteção patrimonial.

3.3 Unidade Escolar Clemente Fortes - Atual SEMTCAS

3.3.1 A escola

“Vim a Teresina, e me disseram: - Santana, você vai ao Bar Carvalho, na Praça Rio Branco; lá se reúne a intelectualidade, se discutem problemas. E eu fui. Ao chegar, encontrei o Professor Martins Napoleão (foi quando o vi pela primeira vez), o Professor Clemente Fortes, o Celso Barros (recém-saído do seminário, acho, e já ingressando no magistério, no Ateneu), Professor Paulo Nunes, Camillo Filho [...], enfim, todos os professores de Língua Portuguesa. Sabe o que eles estavam discutindo, e que me deixou escandalizado? As trinta e quatro funções do Que. [...] Pois bem, simpatizei com o Celso Barros, na época muito novinho, e o chamei, dizendo: Celso, que história é essa? Pelo amor de Deus! [...] Será que vamos resolver problemas a partir das funções do Que? E ele: - Não, respondeu felizmente.” (ANAIS, 2000 apud MOURA, 2014)

O advogado e professor de Letras Português, Clemente Honório Parentes Fortes (1914 - 1974), formou-se na primeira turma da Faculdade de Direito do Piauí, juntamente com João Clímaco d' Almeida em 1936 (ARAÚJO, 2013).

Foi o primeiro diretor, de 1958 a 1968, e um dos fundadores da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí- FAFI, instituição que, anos depois, foi incorporada à Fundação Universidade Federal do Piauí, evoluindo até a atual constituição da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Clemente Fortes fazia parte do rol dos intelectuais da cidade de Teresina e foi um dos primeiros docentes do curso de Letras da UFPI(UFPI, 2013).

A Unidade Escolar Polivalente Prof. Clemente Fortes (Figura 84) foi construída com recursos de convênio entre o MEC e o governo do Estado. Contou, ainda, com a presença, durante sua inauguração, em 03 de novembro de 1976, do presidente Ernesto Geisel, do ministro da educação e da cultura Ney Braga, do governador do Piauí Dirceu Arcoverde, do secretário de educação Benjamin Soares de Carvalho e o secretário de obras públicas Carlos Burlamaqui da Silva.

Figura 84: ESCOLA CLEMENTE FORTES



Fonte: a autora, 2016.

Atualmente, não é um prédio educacional (Figura 85), trata-se, portanto, da sede da SEMTCAS (Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social), órgão anexo da Prefeitura Municipal de Teresina. Foi escolhido para compor as análises de edificações educacionais devido ao seu bom estado de preservação e da arquitetura peculiar no entorno, além do caráter histórico. O arquiteto afirma em depoimento que a escola era unidade Polivalente e num dos volumes das pirâmides laterais estava a biblioteca da escola.

Figura 85: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA, 1973



Fonte: Acervo do arquiteto, 2015.

O projeto arquitetônico orienta as salas para um pátio interno central, local de socialização dos alunos. Percebe-se que o entorno, repleto de obras neoclássicas e ecléticas, faz a edificação (Figura 86) destacar-se mais por seu estilo arquitetônico com formas puras e linhas retas. O modernismo da obra marca a paisagem e evidencia as ações do governo em modernizar a paisagem urbana da cidade. Segundo Afonso (2002):

Em 1973, Miguel Caddah projetou para a Secretaria de Educação, a Unidade Escolar Clemente Fortes, onde atualmente funciona órgão da PMT (Prefeitura Municipal de Teresina). O projeto original procurou atender a um programa de necessidades da implantação da reforma de ensino daquela época, “procurando harmonizar os dois pilões com o corpo geral do prédio, estabelecendo o desejável contraste entre os dois blocos e a parte de salas de aula de 2º e do 3º pavimento”, conforme coloca Caddah. (AFONSO, 2002, p. 68).

Figura 86: FACHADA - CLEMENTE FORTES



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público do Estado do Piauí, 2016.

3.3.2 Lugar e implantação

A edificação localiza-se na rua Álvaro Mendes, nº 861, centro de Teresina. Os lotes vizinhos são, predominantemente, comerciais e uma característica peculiar da edificação em questão é a ligação nos fundos do lote com a Prefeitura Municipal de Teresina (Figura 87). Sobressai-se, também, a proximidade com a praça Marechal Deodoro da Fonseca, conhecida popularmente como praça da Bandeira, e com praça Barão do Rio Branco. À sua extrema esquerda está o rio Parnaíba, divisa entre os Estados do Piauí e Maranhão.

Figura 87: LOCAÇÃO ESCOLA CLEMENTE FORTES



Fonte: Google Earth com modificações da autora (em amarelo a escola), 2017.

Ainda na quadra do edifício, encontram-se a Secretaria Municipal de Finanças (SEMF), em frente ao Clemente Fortes; nos fundos, a Prefeitura de Teresina; à direita, a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos (SEMA), seguida pela Superintendência de Desenvolvimento Rural (SDR), e ao lado da Prefeitura está localizada a

Fundação Wall Ferraz. A quadra é composta, em sua maioria, por prédios com dois pavimentos, com exceção do SDR (Figura 88).

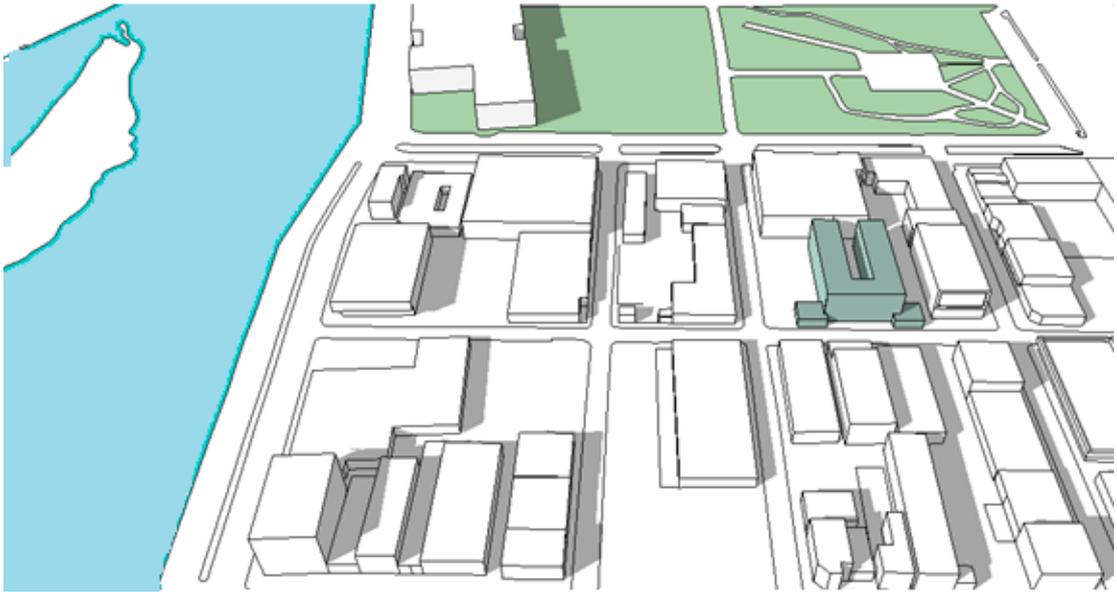
Figura 88: LOTE DA ESCOLA CLEMENTE FORTES



Fonte: Redesenho elaborado pelo estudante de Arquitetura da UFPI, Joaquim Anjos, a partir de mapas do Google Earth, com modificações da autora, 2017.

Em termos de altura do volume, a escola Clemente Fortes mantém o mesmo gabarito das edificações próxima, contudo, dentre os estilos arquitetônicos locais, destaca-se pela linguagem moderna (Figura 89).

Figura 89: VOLUMETRIAS DO ENTORNO – CLEMENTE FORTES

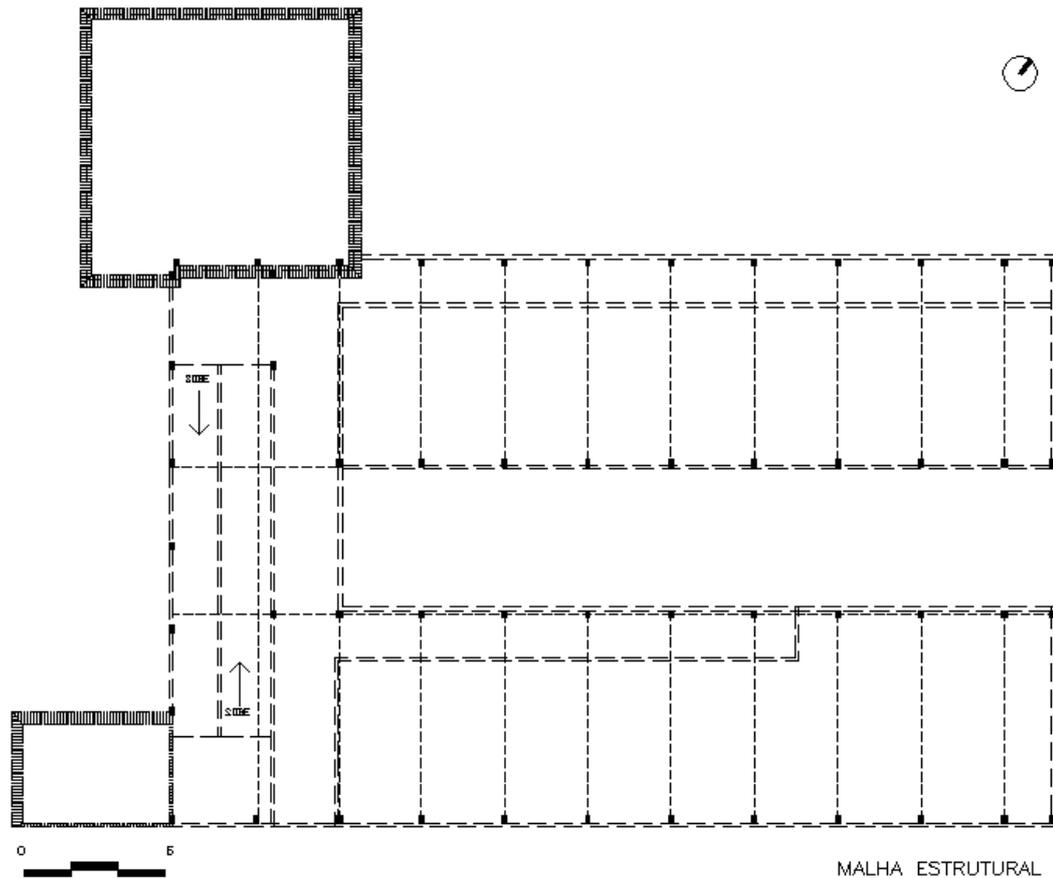


Fonte: Redesenho elaborado pelo estudante de Arquitetura da UFPI, Joaquim Anjos, a partir de mapas do Google Earth, com modificações da autora, 2017.

3.3.3 Tramas ordenadoras

A estrutura é composta de pilares de concreto armado com dimensões de 0,20 metros de largura por 0,30 metros de comprimento, encostados no limite interno das paredes externas. A distância entre os pilares, que marcam vigas das antigas salas de aulas, é de 3,325 metros o que, a primeira vista da planta estrutural, desalinha a rampa de acesso aos pavimentos superiores da modulação geral (Figura 90).

Figura 90: MALHA ESTRUTURAL – CLEMENTE FORTES



Fonte: a autora, 2017.

As duas pirâmides laterais térreas, com salas administrativas, são compostas totalmente de paredes estruturais com dimensões de base de 0,50 metros de largura e que se afunilam na área superior, para 20 centímetros, criando, com isso, uma volumetria inclinada, acompanhando a espessuras dessas paredes. O arquivo ao qual teve-se acesso na Secretaria de Educação não estava com as pirâmides nas dimensões reais (medidas de áreas quase equivalentes na realidade). A rampa não possui pilares centrais, de modo que seu guarda-corpo consta de elemento de sustentação de seus lances, tornando, assim, seu vão de comprimento independente e livre (Figura 91).

Figura 91: RAMPA



Fonte: a autora, 2017.

3.3.4 Estrutura/Construção

Os materiais construtivos utilizados no prédio foram: piso cerâmico; paredes em alvenaria cerâmica, exceto as duas pirâmides laterais em alvenaria estrutural; portas em ferro ou madeira; janelas de ferro e vidro; brises metálicos na fachada frontal (projeto original previa brises de concreto mas Caddah aprovou a alteração para metálicos devido dificuldades estruturais na aplicação do concreto); rampa em concreto armado e cobertura em telha metálica (Figura 92).

Figura 92: VISTA FRONTAL DO CLEMENTE FORTES



Fonte: a autora, 2017.

A estrutura é modulada com pilares equidistantes o que acaba por expor, na laje, as vigas de sustentação da cobertura. As janelas das fachadas laterais seguem o mesmo alinhamento da marcação da varanda de circulação nos pavimentos superiores, equilibrando esteticamente o volume geral (Figura 93).

Figura 93: VISTA LATERAL (EM FRENTE A RUA RIACHUELO)



Fonte: a autora, 2017.

Os brises metálicos estão fixados na parede externa e protegem a circulação superior da irradiação direta do sol, já os gradis em rasgo triangular na fachada do térreo concedem à forma o equilíbrio entre os elementos verticais (Figura 94). As janelas nas torres térreas laterais sacam da fachada frontal marcando o plano dessas e formando um brise de proteção em suas margens.

Figura 94: VISTA LATERAL (EM FRENTE RUA RIACHUELO)

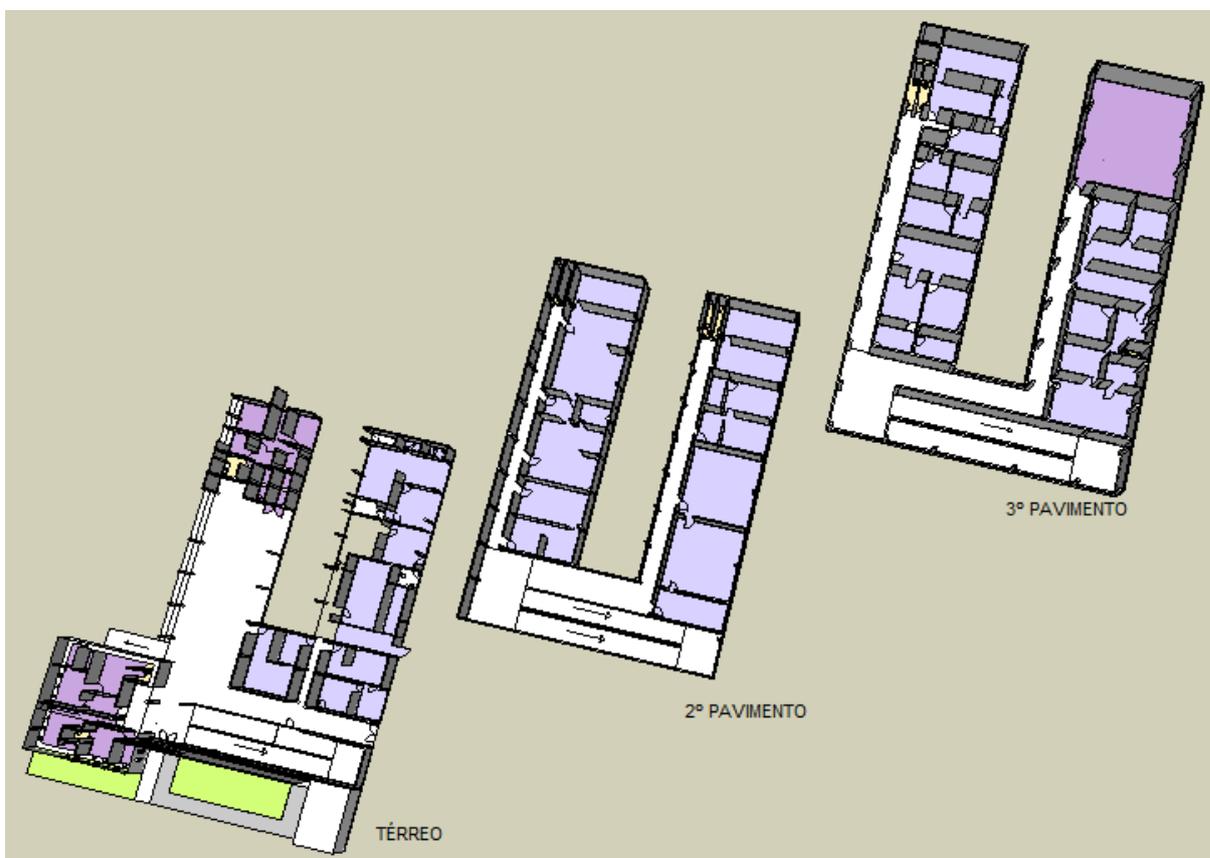


Fonte: a autora, 2017.

3.3.5 Distribuição do programa em planta e circulações

O zoneamento do prédio (Figura 95) foi marcado conforme uso atual porque não foram encontrados os projetos iniciais, durante o tempo em que era escola. Presume-se que as pirâmides térreas fossem setores administrativos da escola, enquanto que as outras áreas, possivelmente, fossem destinadas às aulas.

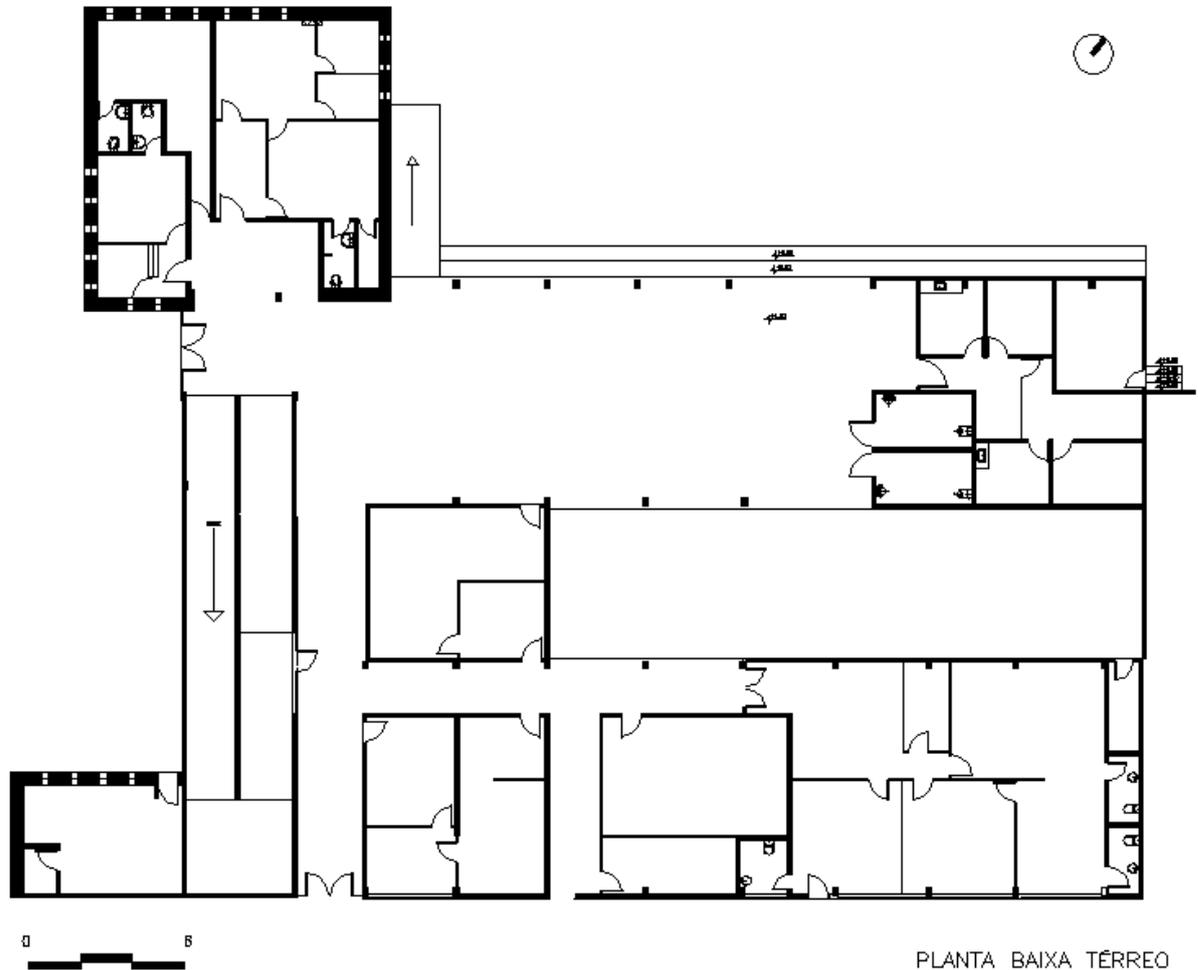
Figura 95: ZONEAMENTO DO PRÉDIO



Fonte: a autora, 2017.

No pavimento térreo (Figura 96), atualmente, estão os canteiros do jardim no passeio, cor verde na Figura 95; as salas administrativas da Secretaria, cor lilás; as salas de atendimento ao público, cor azul na Figura 95; os banheiros, na cor bege e, em branco, as circulações.

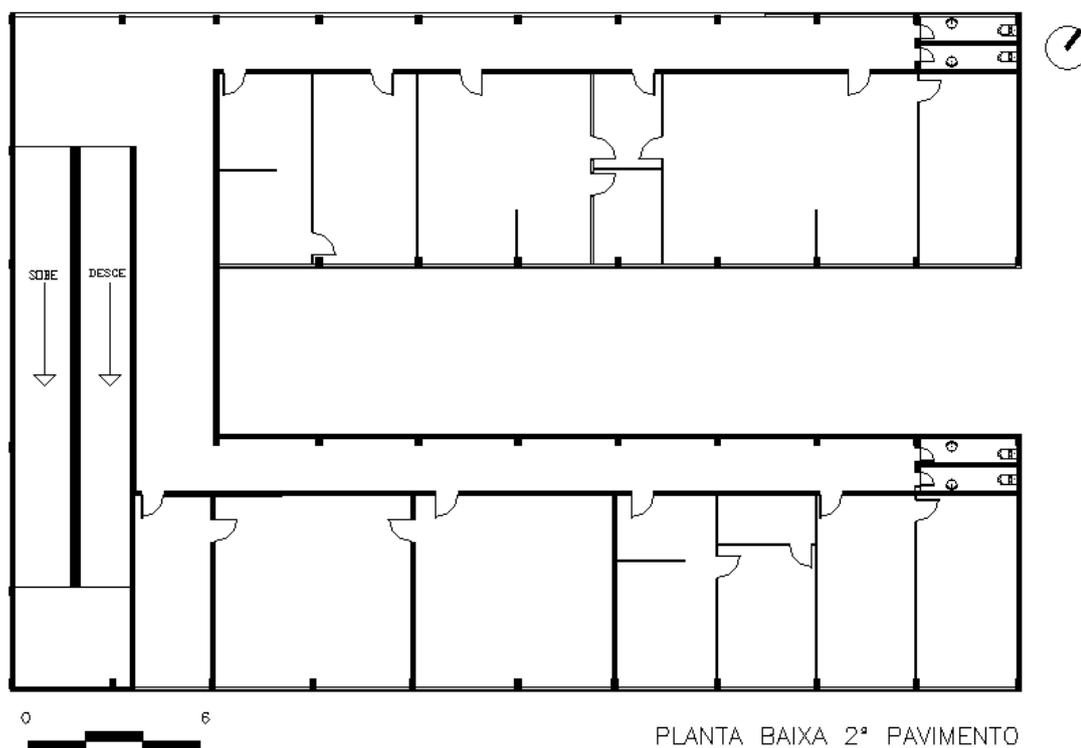
Figura 96: PLANTA BAIXA DO TÉRREO – CLEMENTE FORTES



Fonte: Arquivo Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

O segundo piso (Figura 97) possui apenas as circulações e as salas de atendimento ao público, enquanto que o terceiro pavimento (Figura 98) reproduz a mesma disposição, com exceção do auditório no fim da circulação, na cor lilás.

Figura 97: PLANTA BAIXA DO 2º PAVIMENTO – CLEMENTE FORTES



Fonte: Arquivo Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

Figura 98: PLANTA BAIXA DO 3º PAVIMENTO – CLEMENTE FORTES



Fonte: Arquivo Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

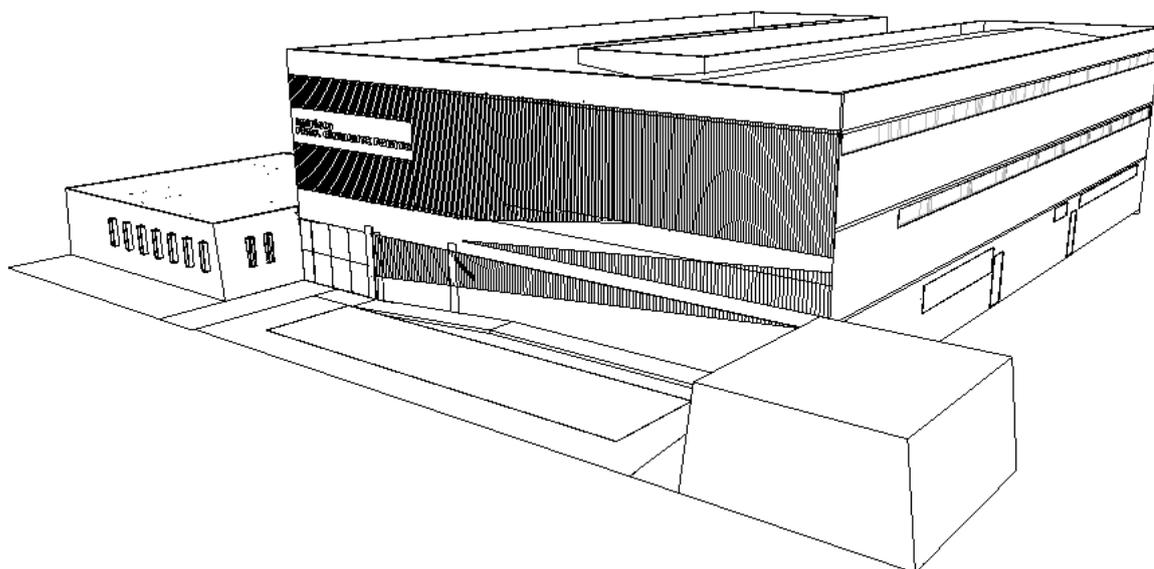
É visível a modulação dos espaços, também, neste zoneamento pelo fato de manterem o pátio térreo livre de outros usos e a estrutura básica da edificação não ter sido alterada, apenas foram adicionadas vedações móveis internas, isto é, divisórias navais.

No lote foram criados dois pátios abertos, um no recuo e outro entre os blocos de pavimentos, e um pátio coberto, mantido atualmente. O pátio central entre os blocos projeta sombra sobre os pavimentos inferiores, enquanto que o pátio coberto do térreo auxilia tanto no sombreamento quanto na circulação entre salas pelos usuários do espaço.

3.3.6 Soluções de volumetria (coberta, fachadas e esquadrias)

O volume compõe um bloco com três pavimentos em formato da letra “U”, com dois volumes térreos em forma de pirâmide de cada lado da fachada frontal. Há uma rampa de acesso aos pavimentos escondida por brises metálicos da fachada frontal e uma rampa menor que vence o desnível do passeio formando um caminho até o portão de entrada. Os gradis, para a abertura e para a ventilação da rampa de entrada juntamente com os brises, formam planos triangulares que determinam a estética da aparência externa (Figura 99).

Figura 99: VISTA DA VOLUMETRIA FRONTAL

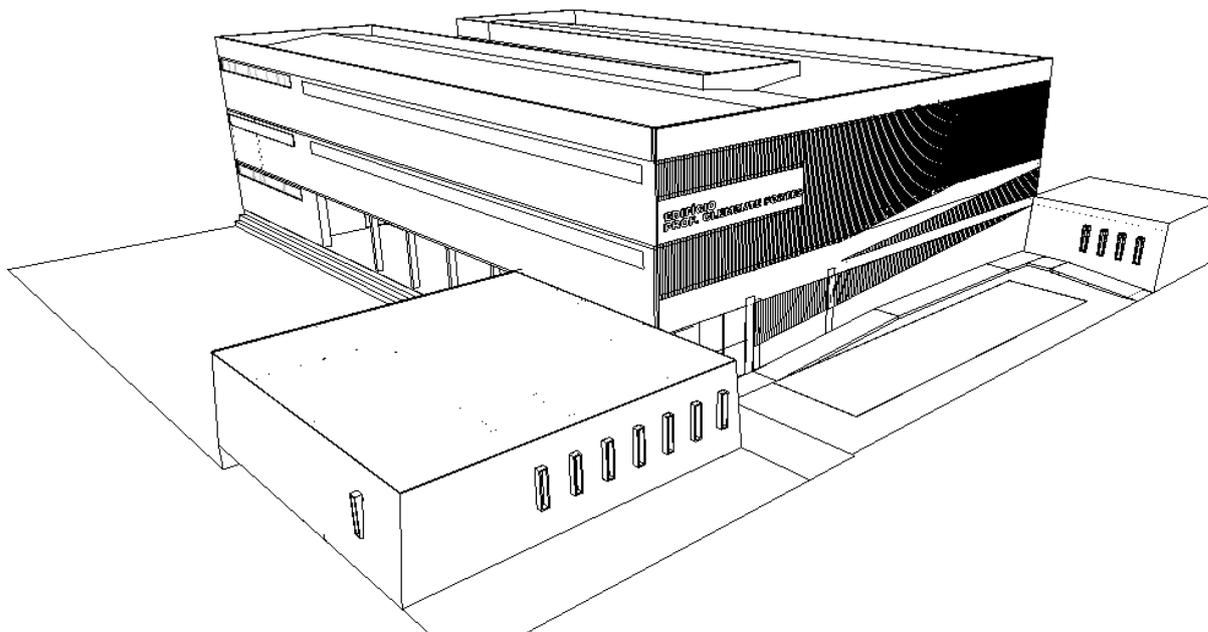


Fonte: Redesenho do estudante de Arquitetura da UFPI Pablio Nunes através de arquivo fornecido pela Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

No pátio lateral, próximo ao recuo da rua Riachuelo, é possível ver o desnível do piso interno do térreo com o piso do lote e, acima dos pilares do pátio coberto, há um rasgo com varandas de circulação entre as salas superiores. No canto dos pavimentos de cima, estão as

esquadrias de ferro e de vidro que mantêm o alinhamento com vão externo da varanda (Figura 100).

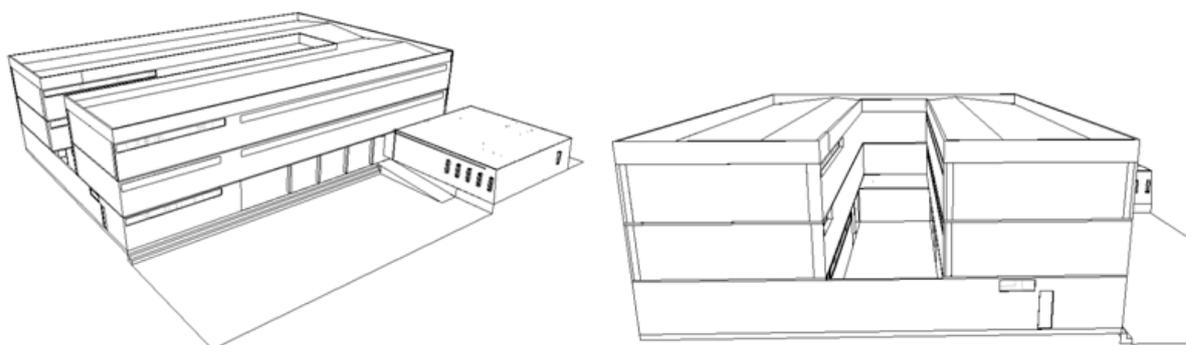
Figura 100: VISTA ENTRE RUAS ÁLVARO MENDES E RIACHUELO



Fonte: Redesenho do estudante de Arquitetura da UFPI Pablo Nunes através de arquivo fornecido pela Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

A monotonia dos blocos retangulares é quebrada por volumes excepcionais de blocos térreos anexos e o pátio central tem fechamento posterior no muro do lote (Figura 101).

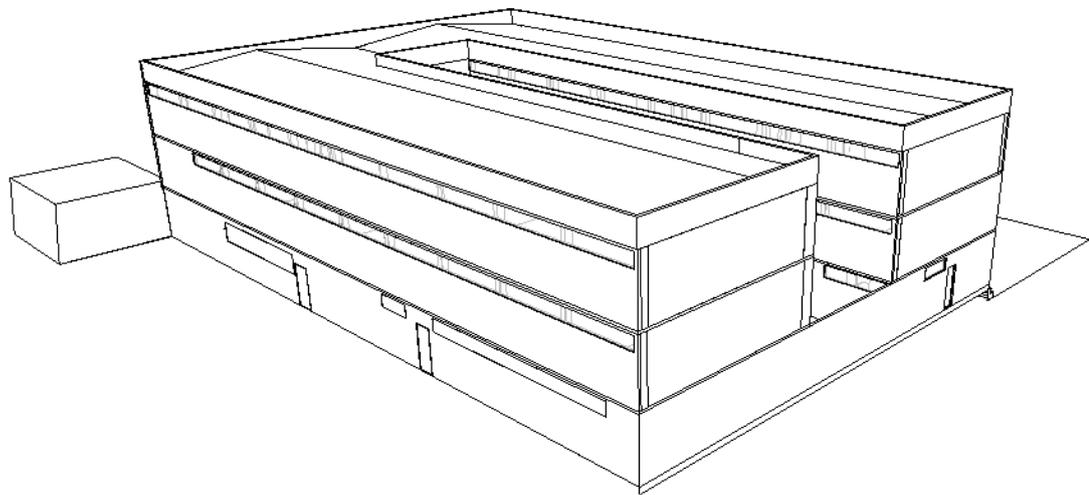
Figura 101: VISTAS DE PÁTIOS ABERTOS



Fonte: Redesenho do estudante de Arquitetura da UFPI Pablo Nunes através de arquivo fornecido pela Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

No recuo lateral à direita, sentido sudeste, o plano de esquadrias de vidro prolonga-se em todo o comprimento da fachada seguindo o modelo do outro recuo lateral e existem duas portas de acesso a esta circulação (Figura 102). A cobertura não é vista em virtude da platibanda superior, no entanto, nas pirâmides pode-se perceber que estas são compostas de lajes de concreto.

Figura 102: VISTA DO RECUO LATERAL



Fonte: Redesenho do estudante de Arquitetura da UFPI Pablo Nunes através de arquivo fornecido pela Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

3.3.7 Materiais, texturas e iluminação natural

A construção possui volumetria aprimorada e os materiais utilizados foram essenciais para a estética final. Na fachada frontal, os brises metálicos combinam com o gradil metálico da ventilação da rampa. As janelas das fachadas laterais (Figura 103) são em ferro e em vidro para harmonizar com o ferro utilizado na fachada frontal.

Figura 103: ESQUADRIAS E PILARES



Fonte: a autora, 2017.

Foram incluídas, em 1992, nos vãos de circulação da rampa e das salas, obras de artistas plásticos locais, como exemplo têm-se as pinturas de Nonato Oliveira e Gabriel Archanjo (Figura 104).

Figura 104: PINTURAS EM CIRCULAÇÕES



Fonte: a autora, 2017.

As janelas com brises receberam volumetria de destaque por se encontrarem em fachadas sem adornos e, como estão no formato vertical, contrapõem-se à horizontalidade do seu pé direito mais baixo que a fachada total da frente do prédio (Figura 105).

Figura 105: JANELAS COM BRISES



Fonte: a autora, 2017.

No interior da pirâmide, o pé direito é baixo, medindo apenas 2,60 metros, e há uma textura no revestimento interno da laje de concreto (Figura 106).

Figura 106: VISTA DE SALA DA PIRÂMIDE



Fonte: a autora, 2017.

O tratamento com elementos metálicos visou preservar, por mais tempo, as características do material e, além disso, foi utilizado por ser considerado um material mais resistente a intempéries (Figura 107).

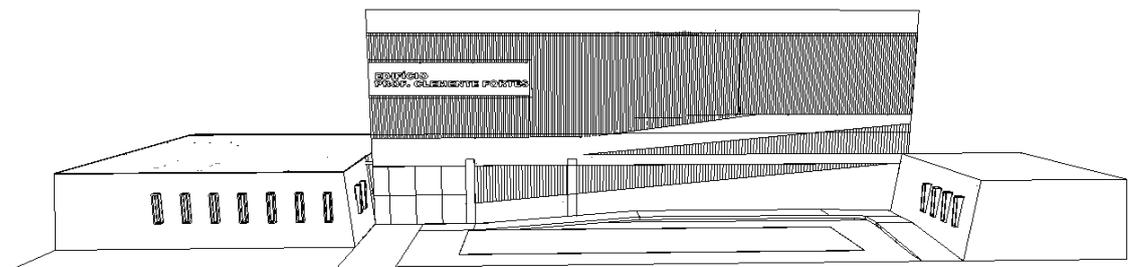
Figura 107: BRISES E GRADIS



Fonte: a autora, 2017.

A iluminação natural foi trabalhada de tal modo que as circulações recebam incidência solar de forma indireta, seja através da laje do pátio coberto, seja através de brises da rampa ou de reentrância entre blocos (Figura 108).

Figura 108: FACHADA FRONTAL PERSPECTIVADA



Fonte: Redesenho do estudante de Arquitetura da UFPI Pablo Nunes através de arquivo fornecido pela Secretaria Estadual de Educação, com modificações da autora, 2017.

Percebe-se, dessa forma, que dentre as escolas analisadas esta é a mais conservada, pois não foi alterada sua estrutura original, mantendo, para tanto, a maior parte de seu revestimento e sua estética. O prédio é inventariado a nível municipal e necessita de ações de conservação para se manter contemplado na paisagem urbana e como parte do patrimônio histórico local.

3.4 Anexo (bloco C) do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI

3.4.1 A escola

O Instituto Federal de Educação é um dos três centros de ensino superior públicos do estado do Piauí. Originou-se da Escola de Aprendizes Artífices, implantada em 1909, após a criação da Rede Nacional de Escolas Profissionais pelo presidente Nilo Peçanha.

A Escola de Artífices, em sua essência, tinha um discurso não apenas profissionalizante como também social, conforme se verifica na introdução do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, a escola se destinava “não só a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalhos profícuos, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”.

Funcionava em um prédio localizado na antiga Praça Aquidabã, hoje Praça Pedro II, e foi a primeira escola federal de ensino profissional implantada no Estado do Piauí (IFPI, 2017). Com cursos profissionalizantes nas áreas de arte mecânica, marcenaria, sapataria e fundição, a estrutura administrativa da escola era pequena, contando com um diretor, um escrivão e um porteiro contínuo (IFPI, 2017).

No ano de 1937, durante governo de Getúlio Vargas, surgiu uma nova denominação “Liceu Industrial do Piauí”, partindo das políticas de industrialização do país. Também é nesse momento que a sede muda de endereço para a implantação atual (Figura 110), na praça da Liberdade. A construção do prédio teve início no dia 02 de dezembro de 1935 e foi concluída dia 29 de agosto de 1938.

A arquitetura da sede é em estilo eclético com a presença de frisos emoldurando as janelas frontais e uma marquise que marca o pórtico da entrada principal. Percebe-se que a volumetria não é predominantemente neoclássica, pois os ornamentos são simples e seguem a linearidade singular de marcação de planos de esquadrias, possivelmente preparando-se para um momento de transição da arquitetura local de um estilo Art Decó para o Modernismo da construção futura do futuro bloco C.

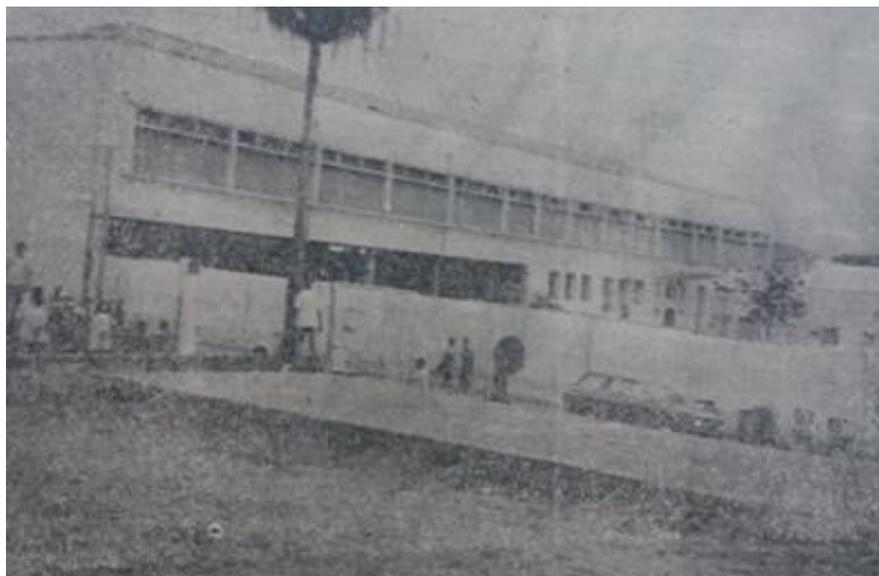
Figura 109: ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ



Fonte: DEAS-UFPI, 2017.

Com a criação da Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942, dividiram-se as escolas da rede pública em industriais e técnicas e o Liceu passou a ser denominado Escola Industrial de Teresina. Somente em 1965 recebeu o termo Federal (Figura 110) e já possuía aulas de cursos técnicos industriais.

Figura 110: PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ



Fonte: Jornal do Piauí de 27 de setembro de 1973 (Arquivo Público do Estado do Piauí, ver anexos), 2016.

A Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) passou a ser nomeada de Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), em 1999, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, através da Lei 8.948 de 1994, e foi efetivada em 22 de março de 1999. Entre 1999 e 2008 o CEFET-PI ampliou seus cursos com a inclusão de Radiologia, Licenciatura em Biologia, Matemática, Física e Química.

Em 2008, os CEFETs (Figura 111) foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O padrão de ensino profissionalizante manteve-se abordando, nessa fase, as pesquisas científicas, extensões e pós-graduações.

Figura 111: BLOCO C



Fonte: Arquivo do arquiteto, 2015.

3.4.2 Lugar e implantação

O prédio está localizado no lote posterior da sede original do Instituto, onde se mantém ativo. Encontra-se no endereço Rua Quintino Bocaiúva, 115, bairro Centro/Sul, em quadra cercada pelas ruas Álvaro Mendes, Arlindo Nogueira e Coelho Rodrigues. Os lotes vizinhos estão todos urbanizados e são, predominantemente, de uso comercial (Figura 112).

Figura 112: LOCAÇÃO BLOCO C



Fonte: Google Earth com modificações da autora (em amarelo o bloco C), 2017.

Os volumes (Figura 113) que marcam o espaço são dos prédios do bloco A, sede original, onde fica a reitoria, frente ao bloco C; o bloco B, à direita do bloco C, fica no mesmo lote; o prédio da Embratel e do edifício Dom Severino, sede de Seção Administrativa dos Correios, fica na quadra a esquerda e o Colégio Sagrado Coração de Jesus localiza-se na próxima quadra, ao lado do prédio da Embratel. É visível que o arquiteto dimensionou em maior extensão as fachadas norte e sul no intuito de evitar a incidência direta do sol da tarde (a oeste, com maior incidência solar) e, também, por conta de área destinada ao estacionamento, em frente ao prédio, mantendo o alinhamento com o bloco B.

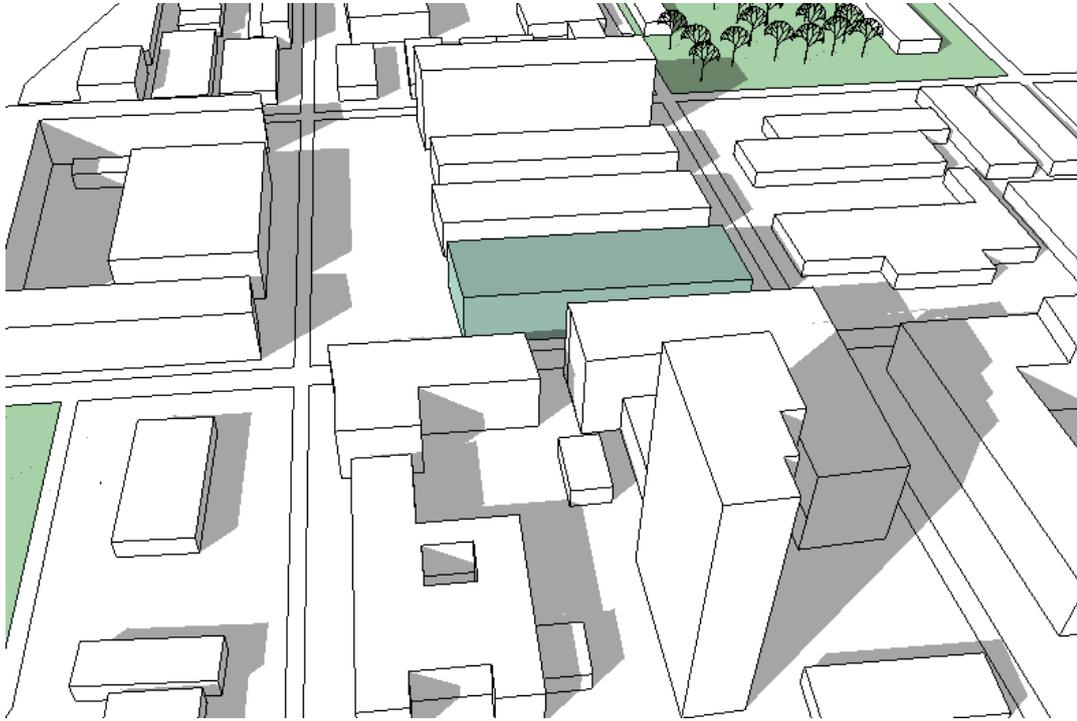
Figura 113: ALINHAMENTO NO TERRENO



Fonte: Redesenho elaborado pela estudante de Arquitetura da UFPI, Ylana Furtado, a partir de mapas do Google Earth, modificado pela autora, 2017.

Todos os volumes (Figura 114), em destaque no entorno, possuem altura mínima de três pavimentos e a área onde se concentram as edificações mais baixas estão nas quadras à direita e aos fundos do lote, próximos da praça Demóstenes Avelino, conhecida popularmente como praça do Fripisa, por conter a sede de um antigo frigorífico. Por estar próximo de vias de grandes circulações, como a Avenida Frei Serafim e a rua Arlindo Nogueira, rota de viação urbana, possui um fluxo de veículos intenso durante os turnos da manhã e da tarde, horários comerciais, e menor durante a noite. Uma das causas de um maior fluxo nessas vias, no turno da noite, pode estar relacionada ao fato de estudantes da própria instituição se dirigem aos cursos noturnos.

Figura 114: VOLUMETRIAS DO ENTORNO – BLOCO C



Fonte: Redesenho elaborado pela estudante de Arquitetura da UFPI, Ylana Furtado, a partir de mapas do Google Earth, 2017.

3.4.3 Tramas ordenadoras

O programa de necessidades do prédio (Figura 115) incluía, além das salas de aulas, auditório, laboratórios e baterias sanitárias próximas ao vão de entrada dos pavimentos. Caddah distribuiu as salas linearmente com circulação central e o acesso aos andares era pela rampa exterior e pelas escadas. As escadas foram retiradas para locação de bateria sanitária, existindo atualmente somente a rampa entre os pavimentos.

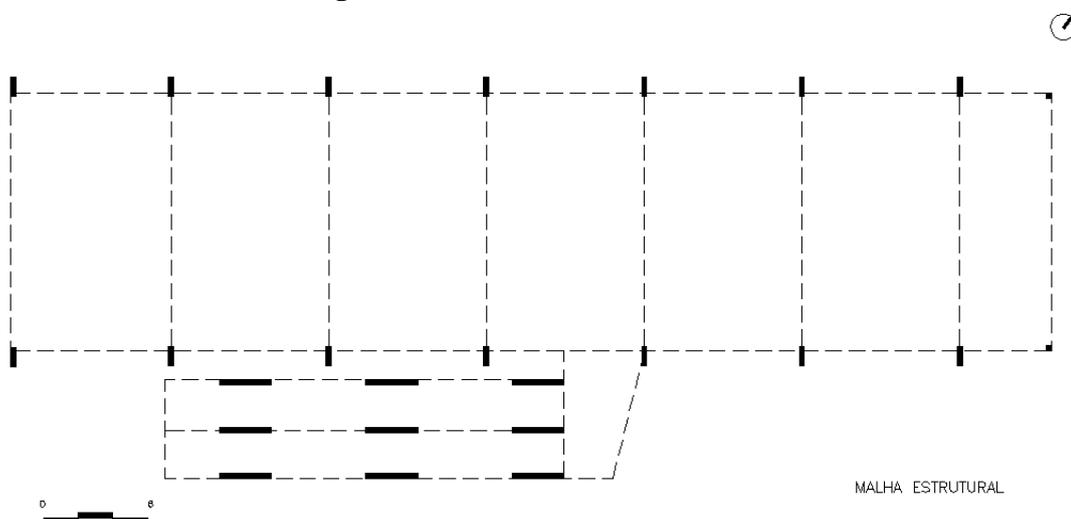
Figura 115: VISTA DE LATERAL DO BLOCO



Fonte: a autora, 2017.

A malha estrutural segue módulos retangulares de 9,16 m por 15,08 m. As variações da grade estrutural são na rampa, com pilares mais robustos, e no volume térreo do auditório. Toda a distribuição dos ambientes dá-se nesses alinhamentos e as paredes internas aos módulos possuem aspecto apenas de vedação, não de sustentação da estrutura geral (Figura 116).

Figura 116: MALHA ESTRUTURAL



Fonte: a autora, 2017.

3.4.4 Estrutura/Construção

Os pilares são de concreto armado com arremate superior em beiral, também em concreto armado (Figura 117). Nas paredes internas existem as vigas aparentes nas salas de aulas ligando os pilares que sacam na fachada.

Figura 117: ESTRUTURA EM CONCRETO



Fonte: a autora, 2017.

As paredes de vedação são em alvenaria cerâmica e algumas em divisória naval. Na rampa (Figura 118) existem pilares maiores de concreto armado com cobertura sobre pilares menores de concreto e telha metálica. A cobertura geral do prédio é em telha metálica.

Figura 118: DETALHE SUPERIOR DA RAMPA



Fonte: a autora, 2017.

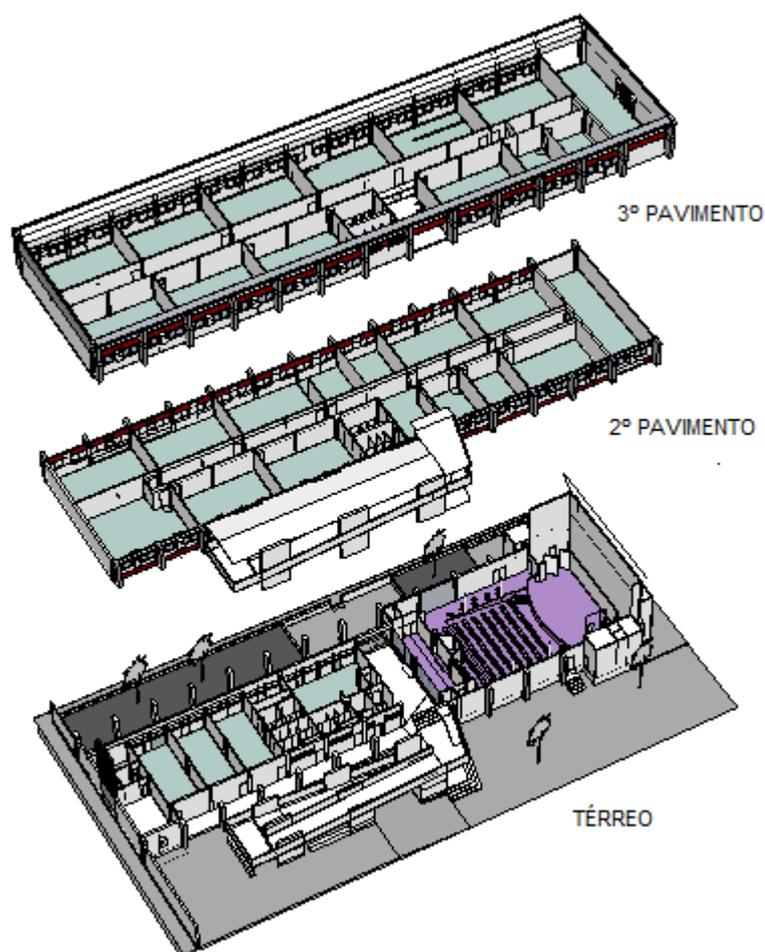
A modulação da estrutura atribuiu economia e rapidez à construção, demonstrando o caráter facilitador do processo projetual.

3.4.5 Distribuição do programa em planta e circulações

O projeto partiu da premissa de espaços modulados e distribuídos linearmente no espaço. Com as circulações centrais, manteve-se o mecanismo de vigilância, via câmeras filmadoras, de quem percorre os ambientes da escola.

No primeiro pavimento, térreo, encontram-se o auditório, cor lilás, na Figura 119; as salas administrativas em frente ao auditório; as baterias sanitárias; as salas de aulas e os laboratórios de Radiologia, no canto extremo.

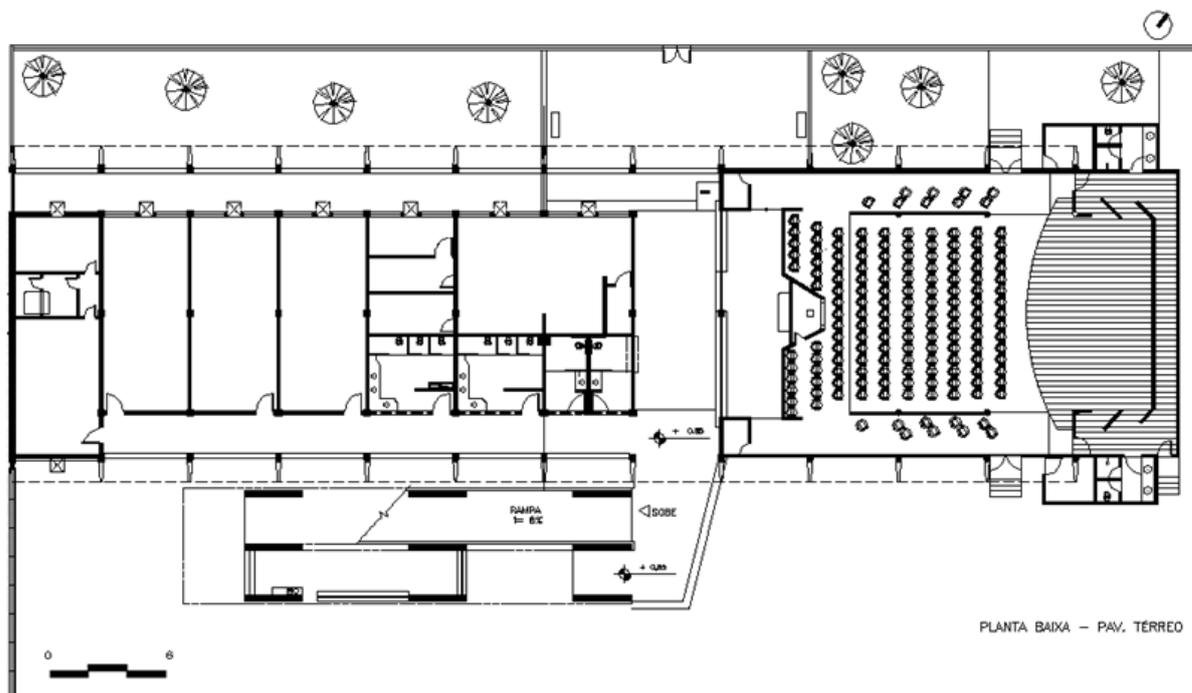
Figura 119: FRAGMENTAÇÃO DOS PAVIMENTOS



Fonte: Redesenho elaborado pela autora a partir de arquivo fornecido pelo IFPI, 2017.

A rampa externa abriga, no seu inferior, a cantina e na fachada oposta está a entrada com acesso a rua Quintino Bocaiúva (Figura 120).

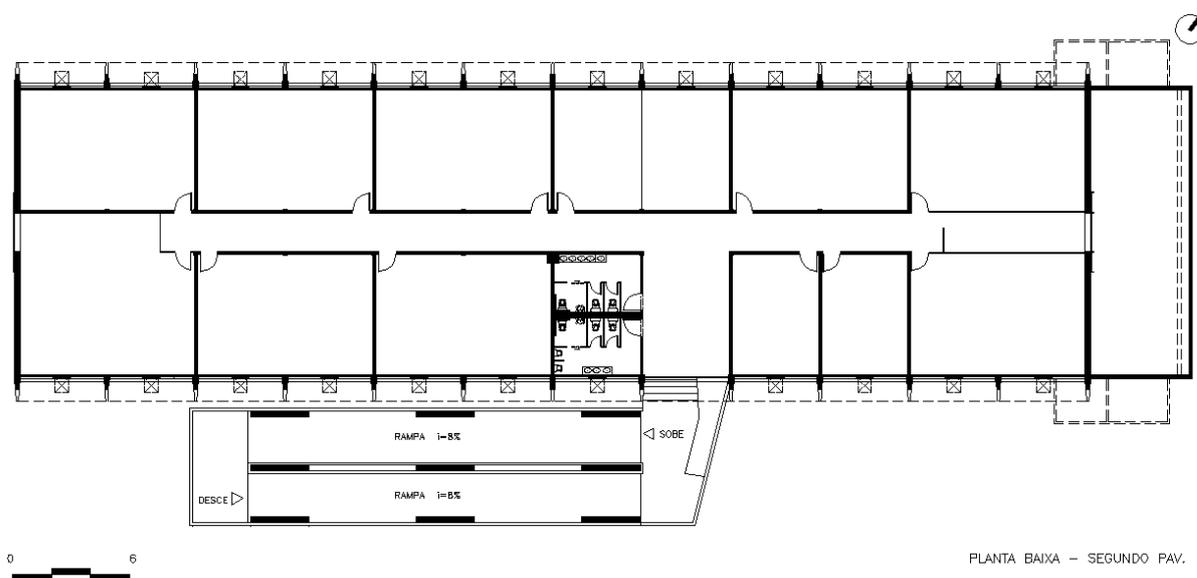
Figura 120: PLANTA BAIXA DO PAVIMENTO TÉRREO



Fonte: Arquivo IFPI com modificações da autora, 2017.

O segundo pavimento (Figura 121) pode ser acessado pela rampa externa e, logo no hall de entrada, possui uma bateria sanitária e uma circulação central entre salas de aulas. Nos cantos das extremidades desse pavimento estão laboratórios.

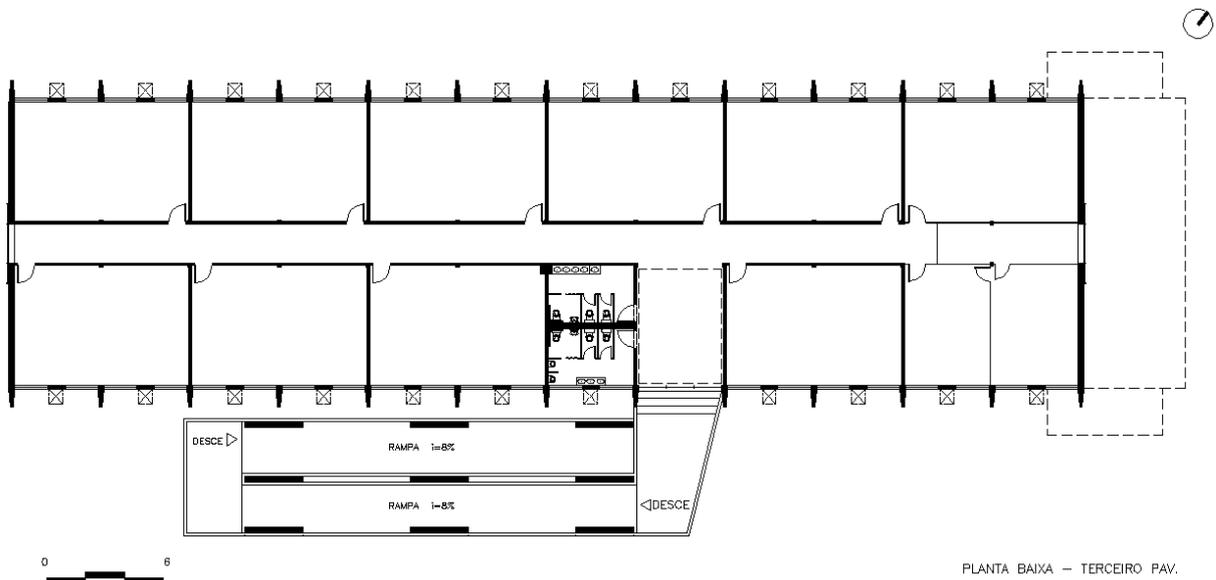
Figura 121: PLANTA BAIXA DO SEGUNDO PAVIMENTO



Fonte: Arquivo IFPI com modificações da autora, 2017.

O terceiro piso segue a mesma disposição do segundo, com a circulação e distribuição dos alunos pelas salas (Figura 122).

Figura 122: PLANTA BAIXA DO TERCEIRO PAVIMENTO



Fonte: Arquivo IFPI com modificações da autora, 2017.

3.4.6 Soluções de volumetria (cobertura, fachadas, esquadrias)

A volumetria geral tem caráter sóbrio (Figura 123) e se destaca pela marcação vertical dos pilares aparentes em contraposição ao bloco sólido retangular horizontal. As esquadrias e o revestimento cerâmico são elementos de oposição às linhas elevadas pelos pilares bem como o beiral superior em concreto que equilibra a finalização dos pilares.

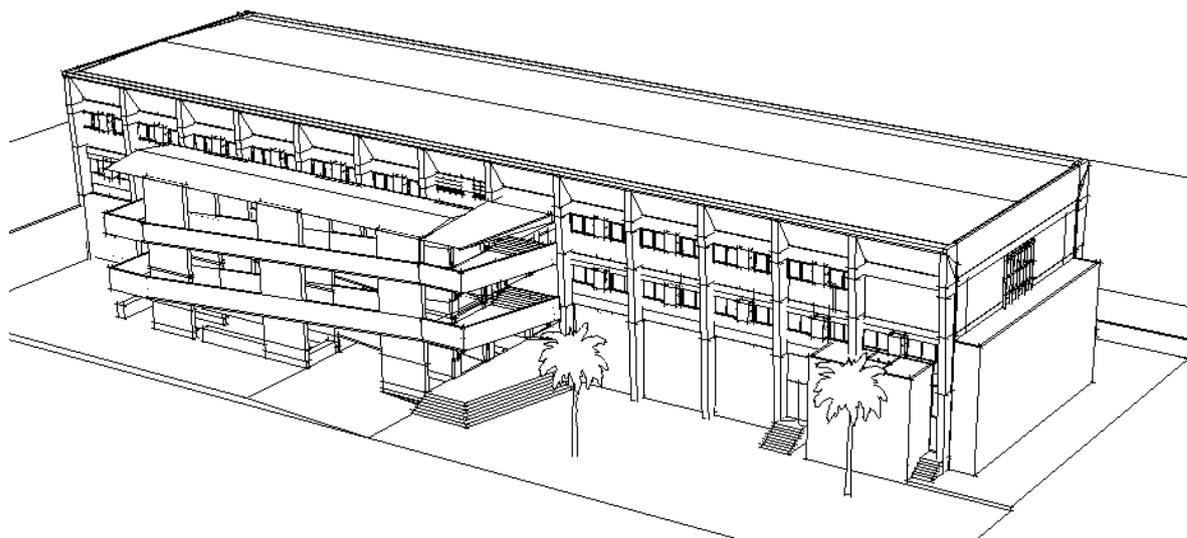
Figura 123: VOLUMETRIA GERAL



Fonte: Redesenho tridimensional elaborado pela autora, 2017.

A rampa ganha destaque na fachada posterior juntamente com os lances de escadas internos de frente para o hall de entrada dos pavimentos porque os níveis são um pouco superiores ao pé direito, vencido pela inclinação da rampa (Figura 124).

Figura 124: VOLUME COM RAMPA



Fonte: Redesenho tridimensional elaborado pela autora, 2017

As fachadas perpendiculares (Figura 125), a noroeste, ganharam janelas de vidro com moldura em retângulos de diversas dimensões, harmonizando o modelo de esquadria dessas com as outras janelas.

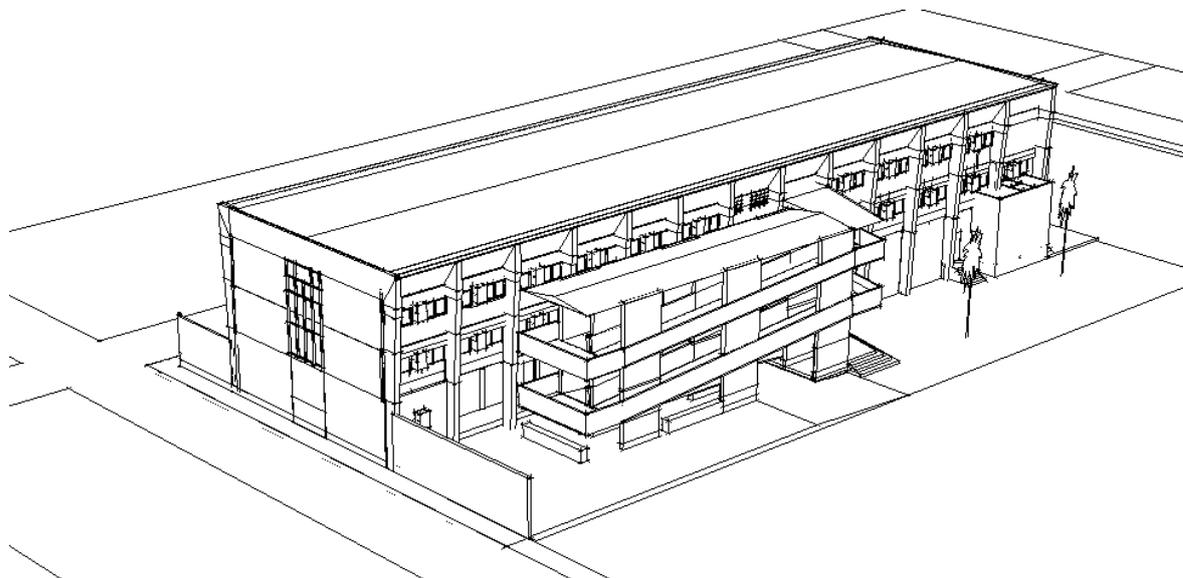
Figura 125: JANELA ENTRE PAVIMENTOS



Fonte: a autora, 2017.

O fato de as janelas de vidro (Figura 126) iluminarem as circulações do segundo e terceiro pavimento, também, evitam que suas faces externas se tornem fachadas “cegas”, ou seja, sem elemento estético algum.

Figura 126: ESQUADRIA DE VIDRO EM FACHADA

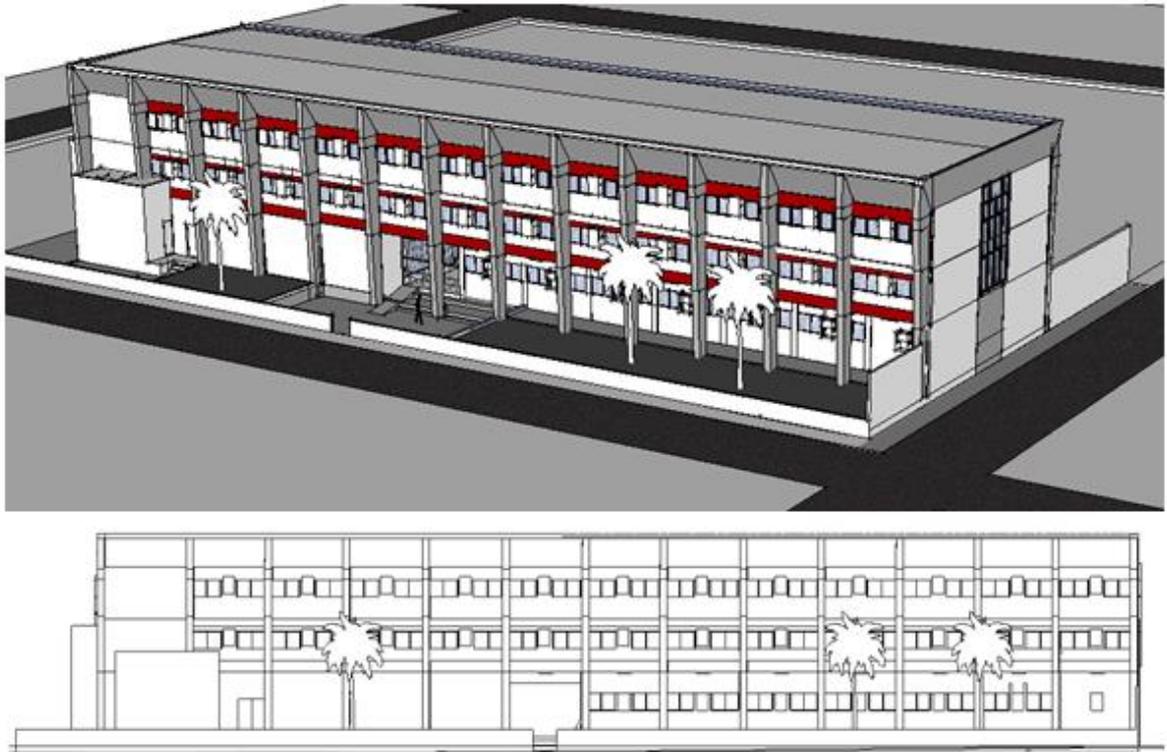


Fonte: Redesenho tridimensional elaborado pela autora, 2017.

3.4.7 Materiais, texturas, iluminação natural

Os aspectos estéticos da obra foram aprimorados com a inclusão dos pilares funcionando como brises; com a marcação do revestimento cerâmico em cor vermelha, promovendo a horizontalidade contrária à verticalidade dos pilares e pelo arremate superior em beiral de concreto que se une aos pilares emoldurando a fachada (Figura 127).

Figura 127: VOLUMETRIA GERAL DO BLOCO E FACHADA



Fonte: a autora, 2017.

Os materiais utilizados nas fachadas resumem-se ao concreto aparente, em sua textura natural; às esquadrias de ferro e vidro e aos revestimentos cerâmicos nas dimensões 0,10 m x 0,10 m em cores cinza claro, cinza escuro e vermelho (Figura 128).

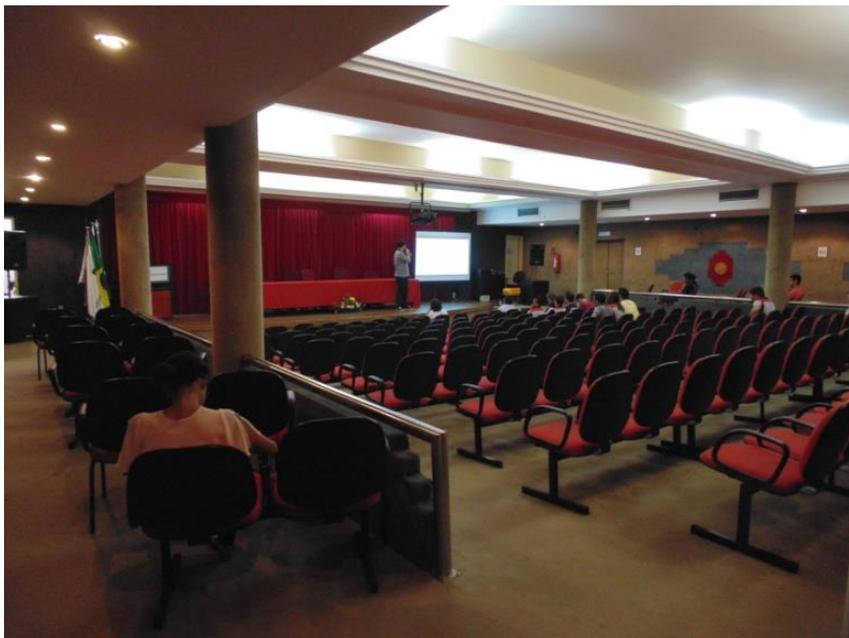
Figura 128: REVESTIMENTOS DAS FACHADAS



Fonte: a autora, 2017.

No revestimento interno existe uma variação quanto ao uso: o auditório, por necessitar de proteção acústica, tem piso em carpete e paredes em placas acústicas com desenhos de motivos geométricos semelhantes a detalhes da fachada. O forro é em sanca de gesso com emolduramento linear e estofados vermelhos (Figura 129). O projeto do auditório não estava no projeto original do arquiteto, que havia destinado tal área para mais salas de aulas.

Figura 129: REVESTIMENTOS DO AUDITÓRIO



Fonte: a autora, 2017.

Nas circulações, salas administrativas e banheiros há um revestimento cerâmico nas paredes e no piso em granilite (Figura 130) e alguns detalhes chamam a atenção pelo destoamento com a estética moderna como, por exemplo, a porta em gradil metálico estilo Art Decó dos segundo e terceiro pavimentos não propostos no projeto original de Caddah.

Figura 130: GRADIL METÁLICO



Fonte: a autora, 2017.

O uso excessivo de revestimentos cerâmicos nas circulações fornece uniformidade ao cromatismo interno, o que torna os espaços um tanto quanto monótonos, em termos de variação de texturas, decisões adotadas em reformas sem a consulta ao arquiteto (Figura 131).

Figura 131: CERÂMICAS NA CIRCULAÇÃO



Fonte: a autora, 2017.

Por fim, pode-se concluir que os materiais mantêm-se conservados, porém, em alguns ambientes como as circulações, por exemplo, não se aprimorou a diversidade visual. O prédio,

atualmente, é ativamente utilizado pelos alunos e consta de exemplar importante da paisagem urbana local (Figura 132).

Figura 132: FACHADA SUDESTE



Fonte: a autora, 2017.

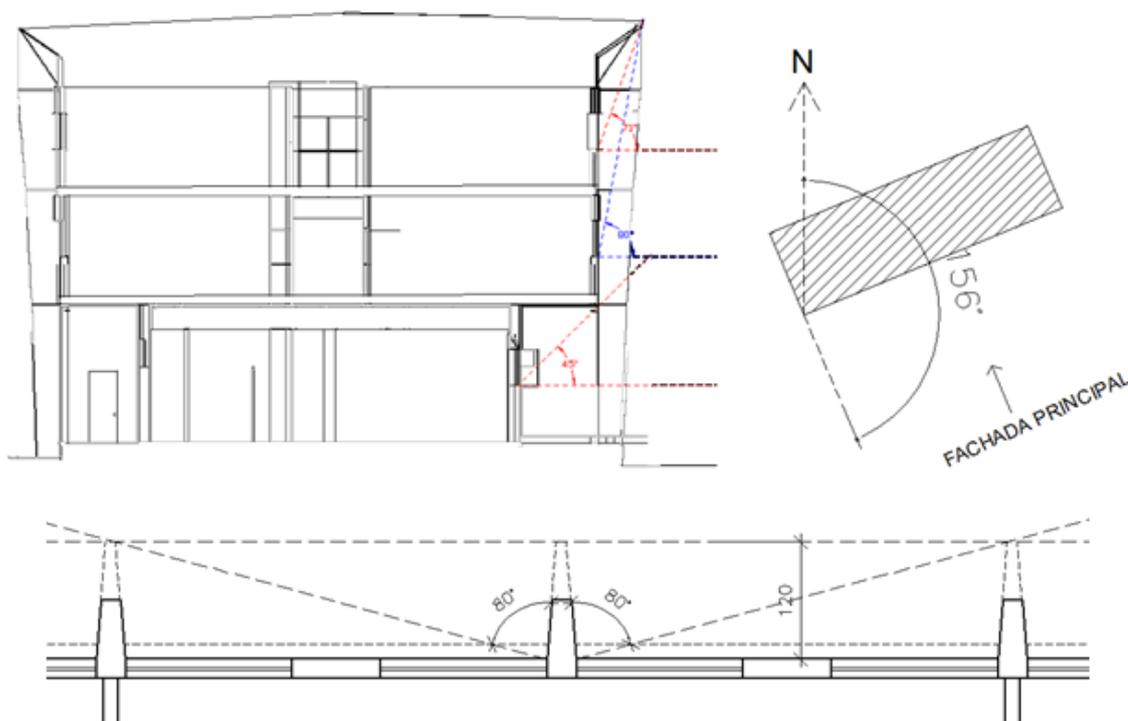
Em relação às configurações solares, foram analisadas, via cartas solares, a iluminação natural na fachada sudeste, considerada como a fachada principal, por estar mais exposta aos transeuntes e por conter estética diferenciada por meio de proteções de brises no prolongamento de pilares nas faces externas com beiral superior em concreto. Tanto a fachada sudeste quanto a noroeste são as mais extensas e com maior exposição ao sol. As outras duas fachadas possuem apenas uma janela superior que ilumina a circulação central entre as salas de aula, sendo essa abertura adequada ao uso.

A análise, via carta solar, propõe-se a indicar o espaço exposto ao sol formado pelo ângulo de orientação solar da fachada em relação ao norte, criando uma área em vermelho no gráfico. Com as dimensões dos brises, inclui-se na carta solar a área sombreada, isto é, a máscara de sombra. Quanto maior a máscara de sombra sobre a área vermelha, mais protegida é a fachada.

A partir do projeto arquitetônico pode-se medir o ângulo β entre os brises verticais, colunas, da planta baixa e o ângulo no corte, ângulo α , entre a linha do peitoril de uma janela até a cobertura horizontal superior mais próxima.

O bloco C do IFPI está a 156° do norte verdadeiro da terra (Geográfico) e possui brises verticais a 80° entre eles. O beiral superior forma, a partir das janelas frontais de cada pavimento, ângulos de 71° , no terceiro pavimento, de 80° , no segundo pavimento, e de 45° , no pavimento térreo (Figura 133).

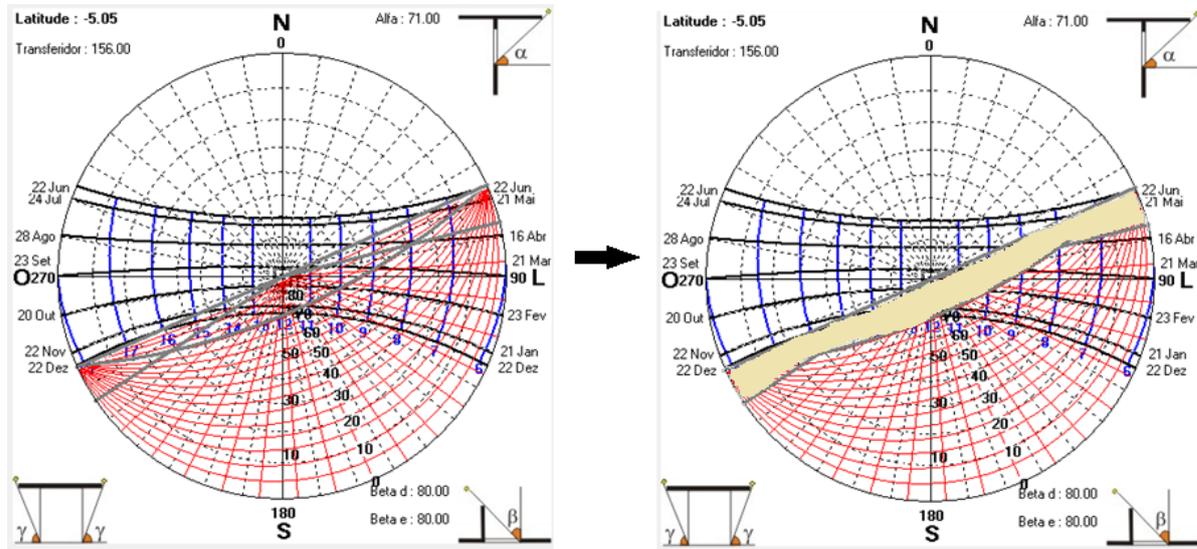
Figura 133: CORTE, PROJEÇÃO HORIZONTAL E VISTA SUPERIOR DOS PILARES



Fonte: Redesenho elaborado pela autora a partir de arquivo fornecido pela Secretaria Estadual de Educação, 2017.

Na análise do terceiro pavimento, a área em vermelho no gráfico (Figura 134) corresponde à fachada sudeste a ser protegida e as linhas cinzas correspondem aos períodos, meses e horas do dia, em que esta está protegida total do sol. No caso dos pilares que sacam do volume com ângulo β de 80° entre eles, tanto à esquerda quanto à direita, e com ângulo α de 71° , o arquiteto atingiu (cor bege) a proteção da fachada entre os meses de outubro a abril, determinando uma margem de iluminação direta entre os meses de março a setembro pela manhã.

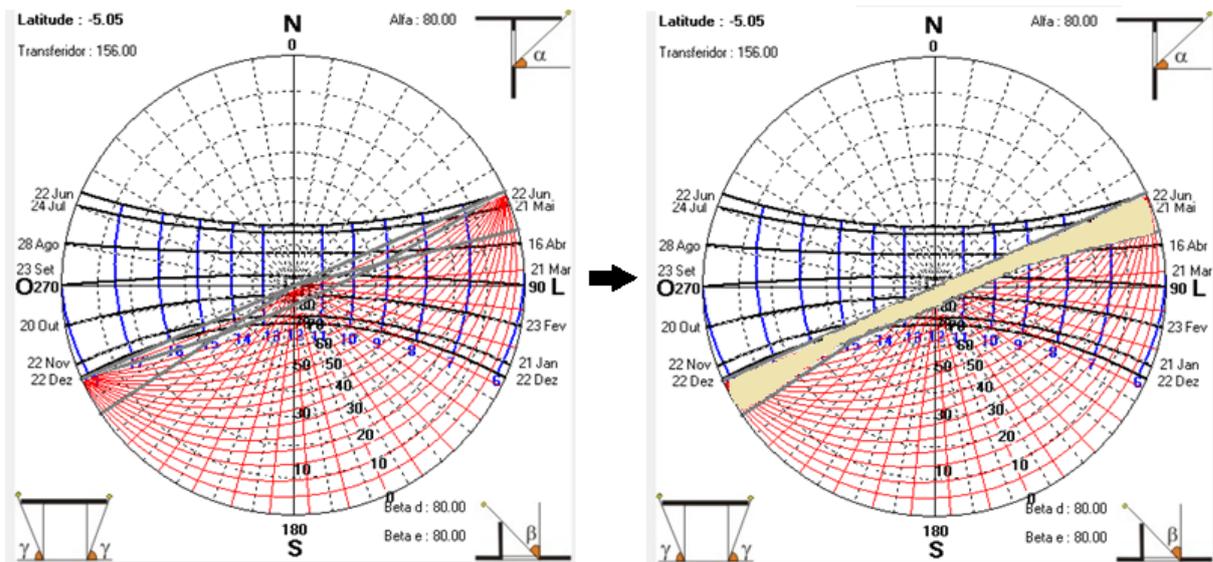
Figura 134: MÁSCARA DE SOMBRA NO 3º PAVIMENTO



Fonte: Elaborado pela autora com software Sol Ar, 2017.

No segundo pavimento, os ângulos β de 80° e ângulo α é de 80° , a faixa de proteção (cor bege) é mais reduzida (Figura 135) do que no terceiro pavimento e recebe raios solares diretos também entre os meses de março a setembro pela manhã.

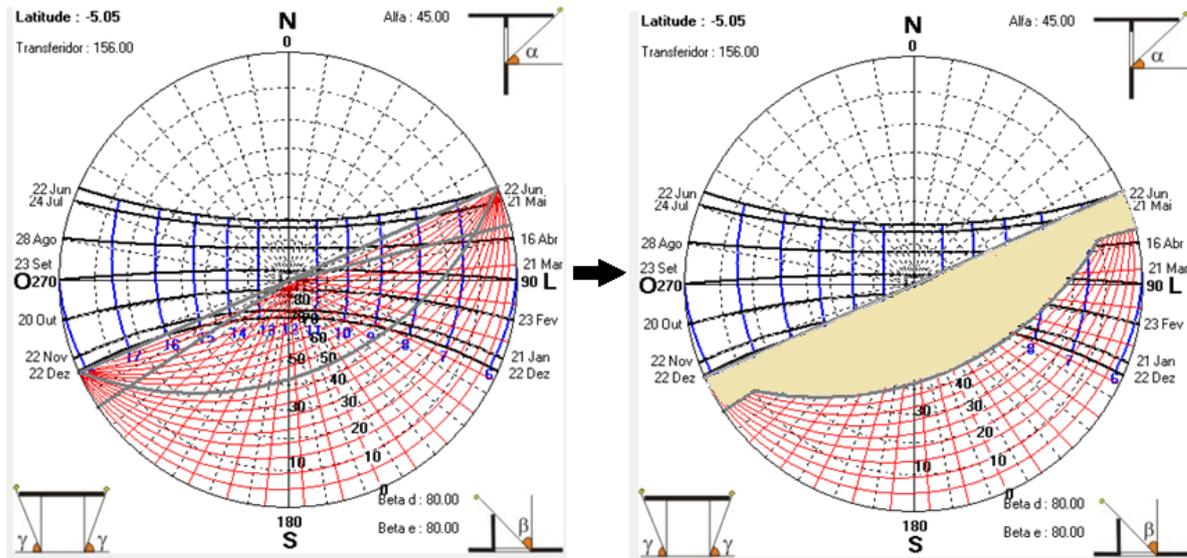
Figura 135: MÁSCARA DE SOMBRA NO 2º PAVIMENTO



Fonte: Elaborado pela autora com software Sol Ar, 2017.

No térreo, o ângulo α de 45° e a proteção de um beiral maior do balanço dos pavimentos superiores tornam este pavimento o mais sombreado durante o ano, como se observa carta solar com área mais protegida na cor bege (Figura 136).

Figura 136: MÁSCARA DE SOMBRA NO 1º PAVIMENTO (TÉRREO)



Fonte: Elaborado pela autora com software Sol Ar, 2017.

Os estudos a partir das cartas solares permitem concluir que os brises são parcialmente funcionais à incidência solar, salvo o pavimento térreo que tem a maior proteção por conta do balanço do segundo pavimento. Portanto, os brises são mais determinantes no caráter estético do que em relação ao conforto térmico da edificação (Figura 137). Na edificação são utilizados outros métodos de controle da iluminação como, por exemplo, películas nas janelas da fachada, ausência de janelas no auditório e um terraço formado pelo segundo pavimento no térreo.

Figura 137: SOMBREAMENTO DA FACHADA NOROESTE



Fonte: a autora, às 12:00 h de 10 de outubro de 2016.

Partindo-se das análises, pode-se concluir que a edificação foi a que sofreu maiores descaracterizações como a cobertura da rampa em estrutura metálica e as escadas retiradas para abrigar baterias sanitárias em cada pavimento. A construção de passarelas e rampas, nos acessos do térreo, também modificou muito a estética e os fluxos internos. Em levantamento junto aos órgãos de proteção do patrimônio histórico, pode-se verificar que esta é a única edificação que não consta nos inventários ou sob algum tipo de proteção.

DISCUSSÃO

Ressalta-se, pois, como discussão final, a importância das obras no contexto histórico da cidade tanto para a valorização da memória coletiva, quanto para a relevância da identidade estética das edificações do entorno. Ainda estão em curso os possíveis discursos que a arquitetura escolar pode promover à história e à cultura local, tanto que ainda poucos exemplares educacionais são tombados no estado do Piauí.

Em linhas gerais, sabe-se que “a Arquitetura é vista como capaz de cristalizar o domínio público, os valores sociais partilhados e os objetivos culturais a longo prazo” (Jenks, 1980) e, diante disso, é possível que se chegue a concordar com o pressuposto de que “os

prédios escolares no Brasil, são projetados e construídos não apenas para "abrigar" uma instituição social, como acreditava Lima (1995), mas para *materializar uma intenção de mudança na imagem simbólica* dessa instituição” (MOUSSATCHE, MAZZOTTI, MAZZOTTI, 2000, p. 301).

No decorrer das entrevistas com os usuários das edificações analisadas, a grande maioria dos entrevistados concordou que os prédios pesquisados fazem parte do patrimônio histórico e cultural da paisagem urbana. O professor Luiz Nunes, da escola Paulo Ferraz, segue afirmando que até os dias atuais a escola desenvolve atividades com a comunidade local, promovendo, para tanto, feiras tecnológicas, gincanas culturais, festivais de talentos etc.

As discussões partem do pressuposto de que as quatro escolas estudadas foram comparadas nos tópicos: 1) Relação Arquitetura X Estrutura; 2) Relação das Volumetrias; 3) Soluções em Planta; 4) Soluções Climáticas; 5) Soluções dos Materiais. Esses debates promovem uma visão que caracterizam as escolas como elementos pertencentes ao acervo patrimonial urbano e estas servem, ainda, como recurso para intervenções por parte de órgãos da administração pública nos processos legais de proteção desses bens.

1) Relação Arquitetura X Estrutura

A evolução dos materiais e das técnicas estruturais contribuiu para que a arquitetura moderna afirmasse projetos com planta livre e com estrutura independente da volumetria. A *Maison Domino*, de Le Corbusier, foi o primeiro esboço para a modulação estrutural.

Na arquitetura moderna, os pilares não são elementos inertes a serem escondidos da volumetria externa, eles são parte das relações entre os elementos da forma, os quais definem os eixos de ligações entre os espaços, formulando a ideia de módulo básico construtivo.

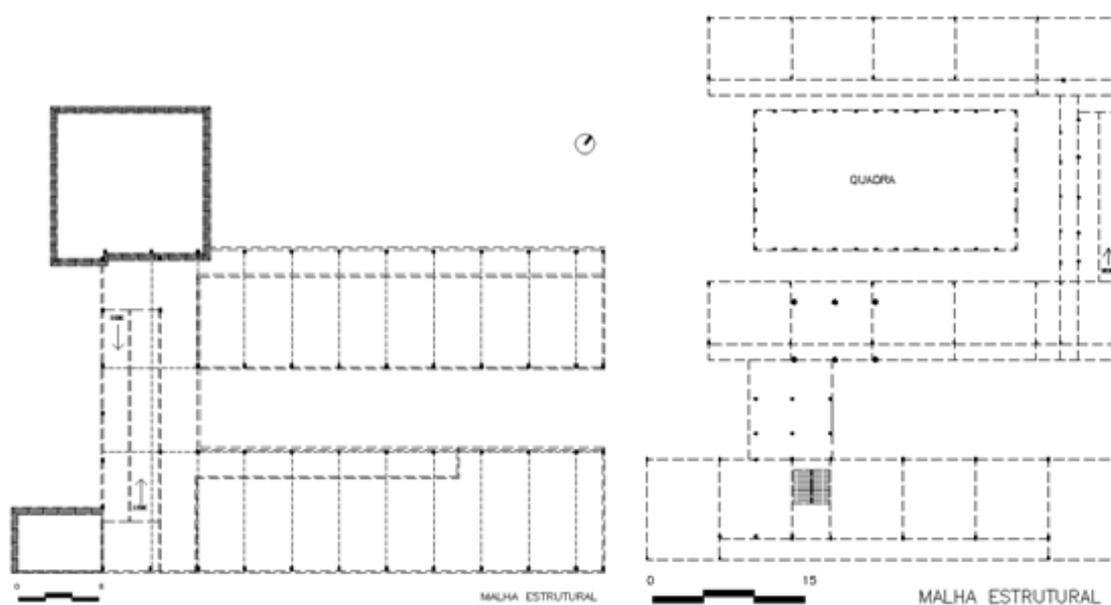
O módulo é uma medida que o arquiteto define para a criação dos espaços. Na planta baixa, com marcação dos pilares, isto é, planta estrutural, percebe-se a utilização dessa malha para definição dos ambientes.

Considerando as análises comparativas entre as quatro escolas estudadas, pode-se perceber a semelhança projetual na planta baixa da malha estrutural. Em todas elas, utilizou-se como módulo básico o tamanho das salas de aula, enquanto que as passarelas ou rampas servem de elo de ligação entre os blocos das salas de aula, evidentes nas escolas Clemente Fortes e Paulo Ferraz (Figura 138).

Figura 138: COMPARAÇÃO ENTRE PLANTAS ESTRUTURAIS

U. E. Clemente Fortes:

U. E. Paulo Ferraz:



Fonte: Autora, 2017

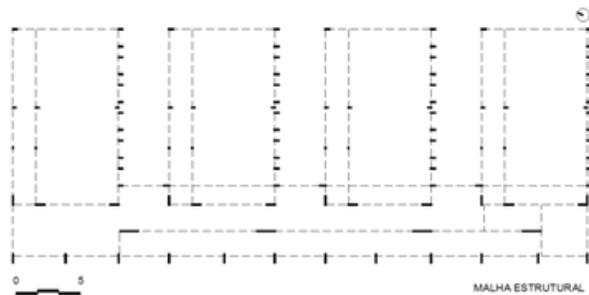
A escola Clemente Fortes possui, na planta da malha estrutural, módulos menores que formam espaços mínimos de ambientes como, por exemplo, banheiros ou salas administrativas. Para formar o vão básico da sala de aula, foram colocadas paredes para a vedação a cada dois módulos - suprimindo o espaço necessário às atividades escolares e aproveitando a marcação superior das vigas. Nela a rampa de acesso aos pavimentos superiores também se mantém na modulação com uma variação na dimensão central da rampa, isso pelo fato de o tamanho do lote não permitir seguir o valor usual. Nota-se que apesar das pirâmides laterais sacarem da volumetria frontal, estas seguem as variações das medidas do módulo básico.

Na planta estrutural da escola Paulo Ferraz, o bloco administrativo, onde fica a escada, segue módulos de ambientes diferentes do módulo utilizado nas salas de aula presentes nos dois blocos adjacentes. As circulações entre as salas são variações do módulo das salas de aula, o que se assemelha muito com a distribuição estrutural na escola Clemente Fortes.

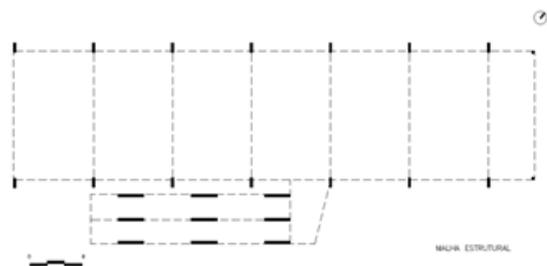
Na escola João Clímaco e no anexo do IFPI, foi possível verificar a semelhança entre as plantas lineares e a presença da rampa na extensão lateral da fachada frontal (Figura 139).

Figura 139: PLANTAS ESTRUTURAIS – JOÃO CLÍMACO E ANEXO IFPI

U. E. João Clímaco:



Bloco C do IFPI:



Fonte: Autora, 2017.

A escola João Clímaco possui uma estrutura que diverge das duas primeiras escolas descritas, isso porque a planta baixa não possui um pátio interno centralizado. Tanto ela quanto o bloco C do IFPI possuem salas em disposição linear, percorrendo uma circulação que dá acesso à rampa em uma das fachadas externas. Este modelo de estrutura destaca a rampa na volumetria frontal e serve de solução a pouca extensão da largura do terreno.

A estrutura adquire, em todas as obras, sentido norteador da organização escolar e o trabalho com a modulação deu liberdade aos usos internos. As instalações hidráulicas tornam-se mais eficientes porque o arquiteto utilizou de bateria sanitária locada sempre nos mesmos módulos, economizando, desse modo, material e simplificando a infraestrutura.

2) Relação das Volumetrias

O estilo moderno causou uma liberdade formal nunca vista antes na arquitetura. Os volumes não seguiam mais linhas simétricas com ornamentos específicos nas fachadas. Evitou-se, assim, a reprodução das ordens clássicas em detalhes decorativos, com a representação de uma arquitetura independente de temporalidades, a qual a estrutura modula espaços de usos flexíveis já que a planta fornece essa autonomia.

A volumetria passa a se orientar pelas necessidades locais como, por exemplo, as características climáticas (se necessita de proteções solares), os fluxos de circulação (destaque de rampas e escadas como elementos formais) e a estética simplificada da geometria total.

Obras de arquitetos como Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy e Acácio Gil Borsóí apresentam as curvas como rompimento a qualquer estética reguladora.

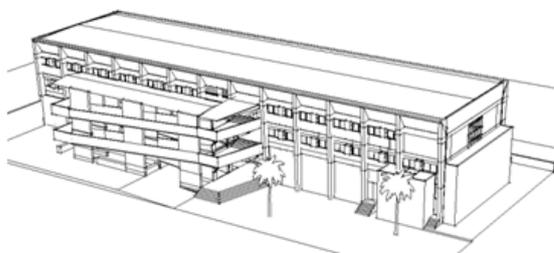
Francis D. K. Ching, no seu livro *Arquitetura: forma, espaço e ordem*, descreve as configurações básicas de formação da volumetria em projetos arquitetônicos. Ele afirma que na análise volumétrica pode-se compreender como se cria uma forma como um todo, porém, apenas o arquiteto é capaz de formular a plasticidade final necessária a determinado programa

de necessidades. Esse esforço em criar o espaço bidimensional, o qual congrega cores, texturas, geometrias e volumes, é a essência da forma.

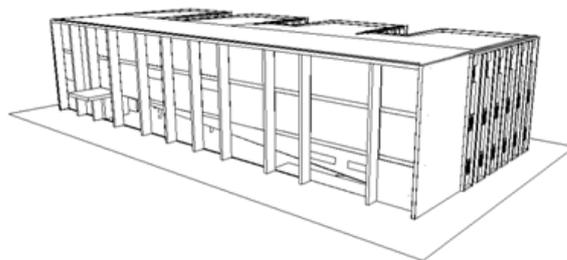
Os volumes das escolas seguem estéticas similares. Enquanto o anexo do IFPI possui bloco único, marcado por pilares verticais com rampa externa, a escola João Clímaco marca-se verticalmente, com pilares que também se exteriorizam, contudo, possui uma rampa interna protegida pelos combogós cerâmicos da fachada frontal (Figura 140).

Figura 140: VOLUMETRIAS DO ANEXO IFPI E JOÃO CLÍMACO

Bloco C do IFPI:



U. E. João Clímaco:



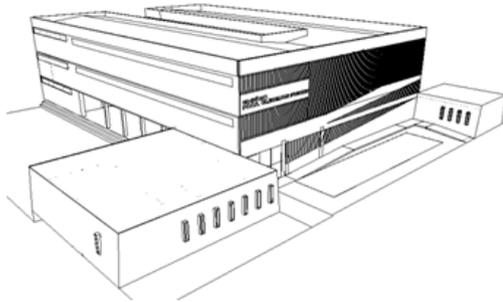
Fonte: Autora, 2017.

A horizontalidade é quebrada pelos pilares que marcam as fachadas principais e a altura do prédio em relação ao entorno, destacam, com isso, as obras nas quadras em que estão inseridas.

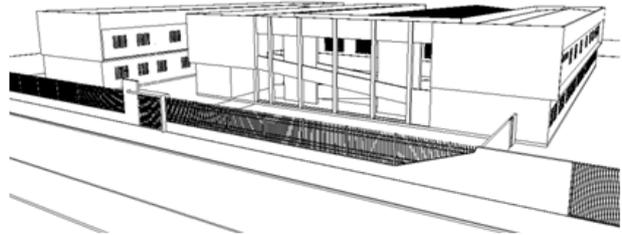
O formato em letra “U” da planta baixa, nas escolas Clemente Fortes e Paulo Ferraz, foi acentuado na volumetria geral porque os volumes vizinhos, tanto por pirâmides na Clemente, quanto pelo bloco administrativo da Paulo Ferraz, são menores na disposição do lote. A forma triangular do recorte da rampa, nas fachadas desses prédios, fica marcada por planos abertos na Paulo Ferraz e vedados por brises metálicos na Clemente (Figura 141).

Figura 141: VOLUMES – CLEMENTE FORTES E PAULO FERRAZ

U. E. Clemente Fortes:



U. E. Paulo Ferraz:



Fonte: Autora, 2017.

Poucos recursos decorativos foram utilizados na volumetria como, por exemplo, brises ou cores diferentes para as estruturas e paredes, demonstrando, com isso, uma arquitetura sóbria em que a forma final é a organização espacial como um todo (não por presença de determinados elementos estéticos). O volume compõe-se no jogo de contrastes entre cheios e vazios nos vãos, entre as virtualidades formadas pelas aberturas envidraçadas e/ou pela marcação vertical dos pilares que se sobressaem do limite exterior nas fachadas.

3) Soluções em Planta

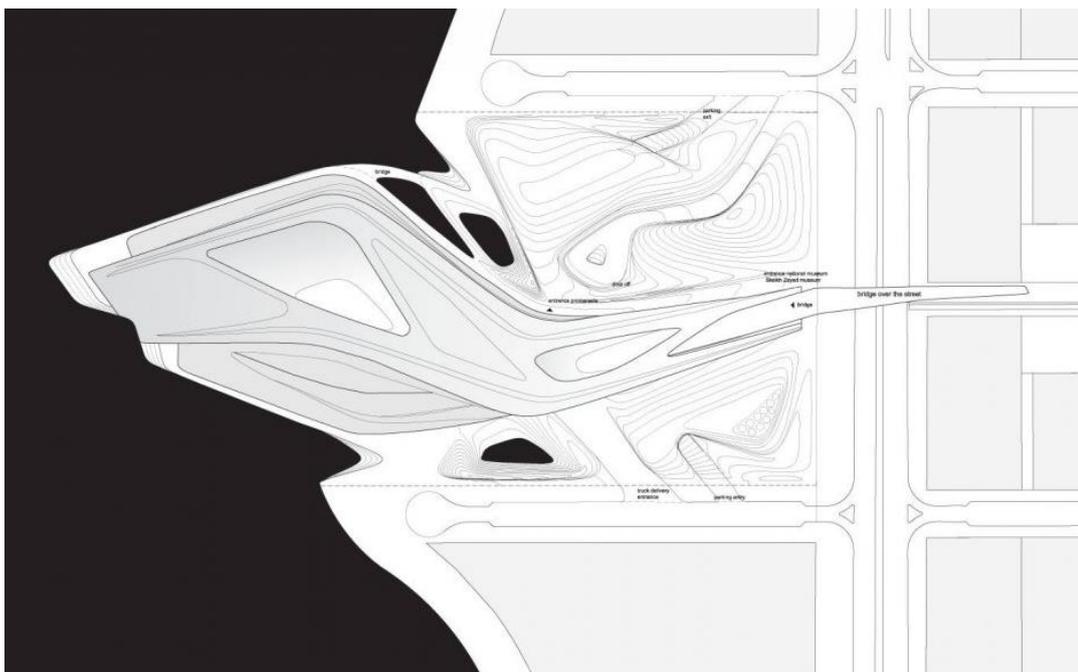
A planta baixa define muito a volumetria do espaço construído. Isso porque da planta, intuitivamente, o espectador leigo imagina uma projeção vertical do plano de superfície do piso. Essa extrusão²³ sintetiza a forma e a plasticidade. No entanto, a planta envolve outros condicionantes, além da prévia projeção de superfícies, são eles: a solução da organização das zonas em usos, dos fluxos de circulações, das áreas mínimas necessárias e do aproveitamento da infraestrutura material (proximidade com instalações urbanas básicas) ou natural (clima, insolação, ventilação) do terreno.

Ching (2005) expõe cinco metodologias de organização espacial, quais sejam: a **centralizada**, em que os ambientes são locados ao redor de área central; a **linear**, que mantém uma continuidade sequencial dos ambientes; a **em malha**, metodologia em uso por Caddah ao estruturar sua forma sob eixos modulados; a **radial**, em que os cômodos partem de um

²³Termo que caracteriza a criação de volume por projeção em um dos três eixos tridimensionais – comprimento, largura ou profundidade.

elemento central irradiando-se em sentidos centrífugos da origem e a organização **aglomerada**, usualmente empregada na arquitetura pós-moderna e contemporânea, em que os espaços são aglutinados interseccionando-se em volumes amontoados e de difícil definição dos seus limites (como nas obras da arquiteta Zaha Hadid, na figura 142).

Figura 142: PLANTA COM ORGANIZAÇÃO AGLOMERADA



Fonte: site Zaha Hadid Architects, 2017.

Essas organizações em planta baixa podem ser utilizadas em conjunto no partido projetual. No caso das escolas, pode-se perceber a união da estrutura em malha com organização linear ou a centralizada ao redor do pátio.

Decidiu-se optar pela análise das plantas baixas do segundo pavimento de cada escola por estarem mais visíveis à distribuição básica das salas de aula.

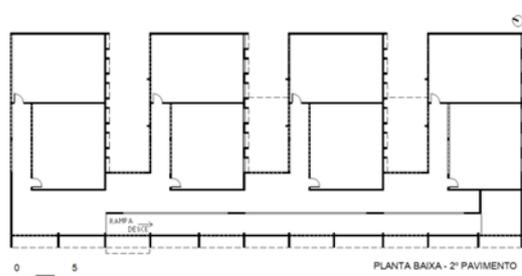
A organização linear das plantas da escola João Clímaco e do anexo do IFPI segue o módulo básico tanto no sentido da largura quanto no comprimento dos blocos. Na fachada frontal estão pilares que sacam da área interna e determinam a geometria formal. Enquanto que na João Clímaco a rampa e a circulação são o eixo do fluxo entre os ambientes, no anexo do IFPI, a rampa encontra-se com a circulação no centro do volume, onde está locada a bateria sanitária (locada na João no fim da circulação das salas).

Em ambas as escolas, as janelas foram protegidas por brises nas elevações das fachadas ou pelos recortes com recuos entre os espaços das salas na João Clímaco. Esses

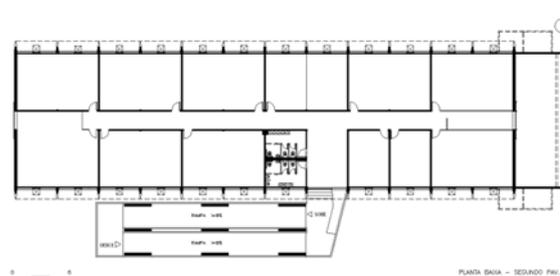
recursos visavam a melhor proteção da radiação solar leste/oeste a que as fachadas estão expostas e, ainda, facilitar a ventilação cruzada²⁴ (eficiência da ventilação natural) que segue, em Teresina, o sentido sudeste durante o dia e nordeste durante a noite. Porém, como as salas são climatizadas artificialmente, esse mecanismo está inútil atualmente (Figura 143). Na planta do térreo da João Clímaco há um pátio de circulação no centro e no último pavimento mantém-se a formatação do segundo piso. No térreo do anexo do IFPI, a circulação central separa as salas do auditório, enquanto que nos outros pavimentos, também, segue a representação do segundo piso.

Figura 143: PLANTAS BAIXAS JOÃO E ANEXO IFPI

U. E. João Clímaco:



Anexo do IFPI:



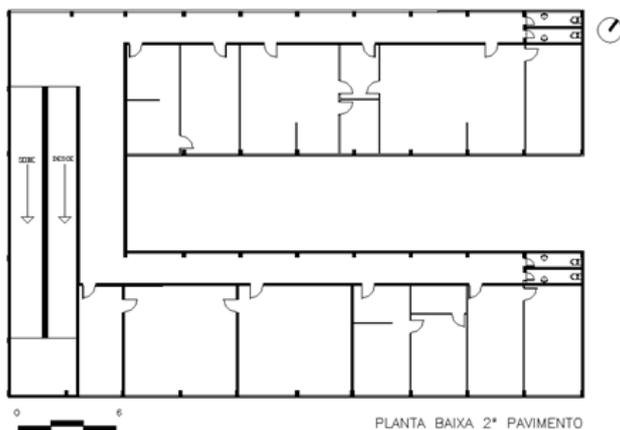
Fonte: Autora, 2017.

As outras duas escolas diferem-se das primeiras apresentadas porque elas utilizam-se de uma organização centralizada em torno de um pátio principal. Este modelo de organização espacial remete às características da arquitetura panóptica, de Bentham, em que se tinha uma torre central (ou espaço concentrador) de controle aos espaços periféricos. Já na escola Clemente Fortes, o pátio mais utilizado encontra-se no recuo lateral, porém, há um pátio menor central que se visualiza quase que na totalidade os espaços dos ambientes. Na escola Paulo Ferraz, o pátio evidencia a forma centralizada, pois está em maior dimensão e a rampa, em ambas as escolas, interliga os blocos de salas de aula, tornando-se elemento de visão geral de grande parte dos ambientes escolares. A bateria sanitária está próxima da rampa, nos dois casos, no entanto, na escola Paulo Ferraz há banheiros no bloco administrativo distinto da organização centralizada geral (Figura 144).

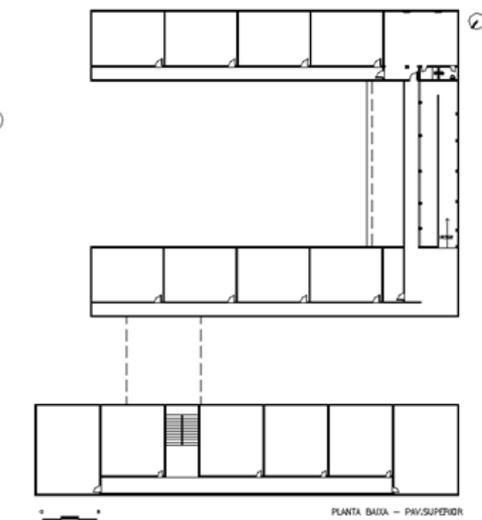
²⁴ Ventilação cruzada é recurso para aproveitamento da ventilação natural existente por meio de aberturas, em paredes de frente uma a outra, de um ambiente de forma que o ar circule diagonalmente o espaço para sair.

Figura 144: PLANTAS – CLEMENTE FORTES E PAULO FERRAZ

U. E. Clemente Fortes:



U. E. Paulo Ferraz:



Fonte: Autora, 2017.

No térreo da escola Clemente Fortes há pirâmides laterais que abrigam espaços administrativos. Nos outros pavimentos, as salas são locadas em sequencia, pela extensão da circulação.

Percebe-se, com isso, que a racionalidade da planta modulada aliada à distribuição de espaços de forma concêntrica ou sequenciada (linear) demonstra um modelo utilizado no período pelos órgãos públicos da gestão escolar que exime, parcialmente, a escolha metodológica do arquiteto.

4) Soluções Climáticas

Teresina possui altas temperaturas durante todo o ano e no período do verão dispõe de intensidade de precipitação pluviométrica que obriga proteções mais resistentes nas construções. O conforto ambiental, disciplina que estuda as formas de melhorar os efeitos da ventilação e iluminação natural nos ambiente, é um dos principais condicionantes do projeto arquitetônico moderno.

Nas escolas, torna-se evidente essa preocupação pela utilização de brises nas fachadas com incidência solar mais agressiva durante dia (sol da tarde, nas fachadas a Oeste) nas escolas João Clímaco e no anexo do IFPI e de projeção da cobertura na rampa localizada na fachada oeste das escolas Clemente Fortes e Paulo Ferraz. Os pátios e recuos também são estratégias para barrar a incidência solar natural direta como é possível verificar nas

reentrâncias da escola João Clímaco e nos pátios entre os blocos da Paulo Ferraz. O dimensionamento de esquadrias (portas e janelas) auxiliam, também, no desempenho térmico interno, como as janelas em combogós da Paulo Ferraz ou as venezianas da João Clímaco.

Os ventos de Teresina são predominantes, durante o dia, no sentido sudeste/noroeste, devendo-se utilizar da ventilação cruzada seguindo esse direcionamento das aberturas para entrada e saída do vento. Nessas escolas, a ventilação natural foi trabalhada com combogós cerâmicos (João Clímaco), metálicos (Clemente Fortes) e de concreto (Paulo Ferraz), porém, em relação ao ambiente da sala de aula estão em desuso pela instalação de ar-condicionados.

Os elementos do conforto ambiental não foram utilizados por Caddah exclusivamente para a eficácia dos recursos naturais, mas, também, como elementos estéticos formadores da volumetria geral. Percebe-se que o apuro do conhecimento das técnicas climáticas pelo arquiteto contribuíram muito para o refinamento da obra e no sentido completo do uso nas edificações.

5) Soluções dos Materiais

A arquitetura moderna trouxe à tona novos materiais e novas técnicas construtivas com a evolução na indústria da Construção Civil e com criação de escolas de Design e técnicas operacionais que inovaram na produção em massa, tanto de mobiliários quanto de bens manufaturados básicos, como aço e outros metais.

Durante os anos de exercício profissional, Caddah afirmou que as obras em Teresina possuíam fornecedores de materiais em falta, como os perfis metálicos trazidos da Bahia para construção da Igreja da Santíssima Trindade.

As escolas possuem, em suas estruturas básicas, concreto armado nos pilares, paredes de alvenaria, esquadrias de ferro e vidro ou madeira e coberturas metálicas. Em relação aos materiais construtivos usuais no período, os elementos metálicos como brises e telhas metálicas foram os que denotaram inovações materiais as escolas de outros tempos na cidade.

As afirmações dos pilares em concreto armado puro, marcando as fachadas e estruturas aparentes das rampas, são elementos de destaque nas obras.

A concentração das técnicas climáticas, dos materiais empregados, das soluções em planta, da estrutura e das volumetrias reforçam a importância das obras na paisagem cultural de Teresina.

Mesmo as obras possuindo descaracterizações, elas não perderam o valor que possuem. As características arquitetônicas que possuem representam um modo de construir prédios escolares de determinado período da história brasileira e compõem lista de obras que necessitam ser protegidas pelo patrimônio urbano e histórico local. Representam, com isso, edifícios que marcam a paisagem urbana e que, por isso, devem ser consideradas de extrema importância para a manutenção da cultura e do ensino teresinenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“As cidades são um passado que ainda experimentamos”

(ROSSI, 1966 apud SOMEKH 2015, p. 49)

A memória e as identidades locais estão nas paredes revestidas com outros materiais originais e faz parte da História dos edifícios e do desenvolvimento das técnicas construtivas durante o uso:

[...] David Leatherbarrow fala de memória quando afirma que “embora o uso e o desgaste subtraíam, eles também permitem um tipo significativo de adição. Ao longo do tempo e do uso, conjuntos arquitetônicos ganham legitimidade ao fazer a crônica dos padrões de vida que acomodaram. O tempo não passa na arquitetura, ele acumula. Se ele passasse, não deixaria traços – o que acaba ocorrendo. Tudo ao nosso redor exhibe sinais de história, desenvolvimento ou deterioração. Todas as coisas físicas, especialmente corpos e edifícios, se oferecem à experiência visual como sedimentações de ações e comportamentos. Se um rosto é reconhecível, é porque o tempo escreveu sobre sua pele, ou superfície, sinalizando as maneiras como ele se conduziu no mundo (SANTOS; ZEIN, 2011).

Conforme afirma Melo (2002, p. 23), “(...) A História de um povo fica registrada na memória individual e coletiva, através da conservação de hábitos, costumes e tradições, como também da arquitetura da cidade e do meio ambiente”. Fazem-se necessárias, pois, ações de proteção ao patrimônio edificado de forma mais eficiente e que promovam, na população, a conscientização, mesmo dentro desses espaços escolares, da importância da conservação do patrimonial em âmbito cultural. Nenhuma das escolas analisadas é tombada e, com exceção do anexo do IFPI, as demais são inventariadas apenas em nível municipal. Ações de educação patrimonial e de inclusão das escolas, nos eventos das comunidades vizinhas, podem auxiliar nesse processo de conscientização histórico-cultural.

Este trabalho leva a algumas reflexões, especificamente, de como os gestores públicos podem lidar com o patrimônio arquitetônico e sobre quais legislações respaldam ações mais eficazes às edificações analisadas.

Antes dos recursos de proteção às escolas, far-se-á uma breve explanação sobre políticas patrimoniais.

Castriota (2007, p. 11) afirma que as falhas no processo de proteção patrimonial derivam especialmente de dois fatores, a saber: a não compreensão de patrimônio e a indefinição do tipo de ação a ser exercida nos bens culturais. Em relação à definição do que seja ou não patrimônio, a UNESCO incrementou, durante conferência na Carta de Burra (1980), o conceito de *Significância Cultural*.

O termo oficializa aspectos como a importância do bem à cultura, ao entorno, entre outras características, que resultam na inclusão desse na lista de bens patrimoniais do Patrimônio Mundial através das Declarações de Significância ou DS. Esta declaração, até hoje, serve de modelo para os documentos que expressam o valor cultural de um bem para uma comunidade. É uma justificativa que explicita o porquê do bem ser conservado para o usufruto de futuras gerações (CASTRIOTA, 2007, p. 3).

No entanto, decidir se um bem - móvel ou imóvel - faz parte do patrimônio histórico relaciona três termos muito utilizados na defesa das ações de políticas públicas, são elas: a preservação, a conservação e a reabilitação/revitalização.

Na carta de Burra, preservação é a “manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada”. A interpretação básica do conceito sugere ações meramente materiais que evitam a deteriorização dos bens ou imóveis.

As ações de preservação no mundo geraram vários documentos e legislações, a exemplo das Cartas Patrimoniais, que serviram, desde o século XIX, como instrumentos de proteção aos bens materiais e às edificações. No Brasil, a legislação preservacionista ganhou voz com a implantação do termo jurídico *Tombamento*, na década de 1930, e que é, até hoje, o recurso mais utilizado pelas políticas patrimoniais.

Em 1936, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, com o auxílio de Mário de Andrade, prepara a proposta de uma lei de preservação, a ser submetida ao Congresso Nacional, através da qual se criaria o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), parte da estrutura organizacional do Ministério da Educação e Saúde. Finalmente, em 1937, o Decreto Lei Nº 25 fornece a este novo órgão os meios legais para uma política de preservação efetiva, introduzindo o instrumento central do "tombamento", quase que imediatamente aplicado a Ouro Preto. A consequência principal deste procedimento legal foi permitir ao SPHAN

tanto prevenir danos ou demolições dos bens tombados, quanto controlar a introdução de novas edificações no sítio protegido (CASTRIOTA, 2007, p. 14).

O SPHAN, mesmo após a Carta de Veneza introduzir conceitos de sítios urbanos e a utilização social de monumentos, ainda trata a cidade como “obra-de-arte” sem dar ênfase ao desenvolvimento sócio-econômico desta.

Após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de patrimônio mudou para uma vertente que, além de edificações ou obras artísticas, passa a destacar o processo “do fazer” o material cultural. Percebe-se a atenção voltada para o processo e a real *Significância Cultural*. Nesse contexto surge o conceito de *Patrimônio Ambiental Urbano* que inclui a paisagem urbana e os espaços públicos na preservação de sítios históricos.

Patrimônio este que engloba um contexto maior de interferência porque designa não apenas um único prédio, como acrescenta a preservação da sua relação com o entorno imediato.

Nasce, assim, o termo Conservação o qual designa “os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural”. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação e/ou a restauração, além da manutenção, ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas (ICOMOS, Carta de Burra, 1980).

Percebe-se, com isso, que enquanto a preservação não permite a mudança nas características do bem, a conservação busca artifícios que a mantenham com as características originais, sendo passível ou não de intervenções em seu aspecto físico para alcançar os objetivos.

Em 1975, a Declaração de Amsterdã adiciona o conceito de “conservação integrada”, o qual torna necessárias ações de conservação através de planejamento urbano e regional que incluam toda a sociedade (população e órgãos privados) como agentes da proteção patrimonial.

Nadia Somekh em “Preservando o Patrimônio Histórico: um manual para gestores municipais” sublinha que a conservação integrada:

[...] não impede a introdução da arquitetura moderna nas áreas que contêm edifícios antigos, desde que sejam totalmente respeitados o contexto, as proporções, as formas, as dimensões e a escala existentes, e que sejam usados materiais tradicionais (SOMEKH, 2015, p. 49).

A autora lista passos a serem adotados por gestores públicos para a eficácia na proteção patrimonial e se baseia, para tanto, nos quatro suportes básicos propostos pela Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico, de 1980, são eles: o **suporte legal**, com regulamentos e leis necessárias para suprir os trabalhos nacionais, regionais e locais; o suporte **administrativo**, com setores e departamentos destinados a esses fins; o **financeiro**, em que se sugerem incentivos financeiros - como medidas fiscais - que estimulam a distribuição equitativa de verbas do governo tanto para novas obras quanto para restauro das necessárias; e o **suporte técnico**, com recursos humanos preparados para o exercício patrimonial com cursos e capacitações constantes para que a construção civil e a arquitetura auxiliem na conservação integrada.

Semelhante ao discurso de Castriota, a autora lista cinco elementos essenciais ao desempenho satisfatório das políticas públicas, sendo o primeiro deles “**Conhecer os bens relevantes para o patrimônio da cidade**”, o qual se exige um conhecimento da história da cidade e o desenvolvimento da capacidade de escolher aqueles bens que são mais significativos dentro dessa história.

O segundo seria a “**Inserção urbanística**”, para o qual parte da ideia de Patrimônio Ambiental Urbano é considerada como o potencial de melhoria da habitação, desenvolvimento econômico, mobilidade e promoção da diversidade no uso democrático do espaço público.

A “**Valorização econômica e social**” que seria a coordenação entre as esferas pública e privada, o combate a pactos entre grupos com interesses específicos (barrando, assim, a especulação imobiliária), a garantia do respeito aos valores culturais e ambientais e a sociedade complexa com variados grupos de interesse.

O quarto elemento consta da “**Agilidade de procedimentos pelos órgãos de gestão pública**” em que deverão existir parcerias entre todos os níveis do governo, a integração com a iniciativa privada e a informatização, com a criação de um banco de dados do patrimônio para agilizar o andamento dos processos na construção de diagnósticos.

Por fim, a “**Valorização e capacitação do quadro técnico**” responsabilizam-se pela capacitação técnica, gestora e pelo conhecimento de técnicas necessárias às atividades de proteção patrimonial. Todos os itens listados acima são sugeridos para a proteção das escolas analisadas neste trabalho, mesmo tendo em vista que os órgãos responsáveis por essa catalogação dos bens ainda possuem muitas deficiências e poucos incentivos dos gestores locais.

Com o passar dos anos, o instrumento de Tombamento deixa de ser visto como benéfico aos proprietários dos bens, pois limita seu uso ou as intervenções arquitetônicas. Aos gestores serve como instrumento de proteção de poucas obras em detrimento de obras mais importantes, utilizando-se de recursos já escassos e à população não se percebe o caráter de identificação com boa parte do acervo patrimonial por conta de gestão não participativa.

O conceito de reabilitação/revitalização (Castriota, 2007, p. 23) propõe que o Estado deixe de desempenhar um papel negativo, de apenas impor restrições à descaracterização, e passa a articular projetos de desenvolvimento para as áreas a serem conservadas. São realizados, nas revitalizações, projetos urbanístico, culturais, socioeconômicos e de desenvolvimento social para áreas a serem protegidas, contando com o empreendedorismo da iniciativa privada. A cidade passa, assim, a ser gerida por todos os usuários do espaço e não apenas pelo estado recorrendo ao financiamento mais inclusivo, a sustentabilidade e o desenvolvimento ecológico.

Em nível local, a dissertação de mestrado da professora Viviane Pedrazani (2005), intitulada “Patrimônio cultural de Teresina-PI: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990”, relata os momentos de inclusão das políticas patrimoniais em Teresina. O texto de Pedrazani afirma que as ações patrimoniais surgiram com a criação da primeira instituição característica para a preservação do patrimônio cultural do estado, a Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC), em meados da década de 1970.

Por muitos anos, as ações patrimoniais resumiam-se às leis estaduais até que em 1986 foi criado o órgão municipal de gestão do patrimônio histórico-cultural, a Fundação Cultural Monsenhor Chaves. Leis municipais salvaguardaram, a partir daí, o patrimônio teresinense como, por exemplo, a Lei nº 1942, de 16/08/1988, que dispõe sobre o “tombamento e preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico, localizado no território do município”; bem como pela lei orgânica do município que “promove e protege o patrimônio cultural teresinense, por meio de inventário, registros, vigilância, tombamento e preservação” (BATISTA, 2008, p. 233 apud BRANCO; SOLON, 2008).

No centro histórico de Teresina percebeu-se, na década de 1980, conforme análises de Pedrazani, a intensa descaracterização do patrimônio arquitetônico que foi resposta ao aumento da área comercial que avançou nos passeios públicos (com barracas de ambulantes), ao tráfego ampliado pelo crescimento rápido da frota automotiva e da especulação imobiliária do espaço central da cidade por conter infraestrutura comercial já instalada.

No fim da década de 1980, o II Plano Diretor de Teresina “[...] indica a necessidade de uma estrutura ocupacional que atenua a demanda ao centro, inibindo os processos de saturação e *reduzindo a necessidade de acesso* a este pólo [...]” (BATISTA, 2008, p. 236 apud BRANCO; SOLON, 2008) e desde essa década são implementados regulamentos e ações que tentem evitar a deteriorização dessa área de reconhecido valor patrimonial como os IPACs (Inventários de Proteção do Acervo Cultural de Teresina).

Sugere-se, desse modo, que se utilize as listagens determinadas nos estudos de Somekh e as legislações locais para a preservação das quatro escolas. Destaca-se que em visitas à FUNDAC, à Fundação Monsenhor Chaves e ao IPHAN-PI não se obteve acesso às fichas dos inventários e nem dos bens tombados, de modo que as coletas dessas informações foram obtidas somente por via pessoal, em entrevista aos funcionários dos locais, o que demonstra o caráter falho de divulgação das práticas de preservação patrimoniais na cidade e acaba por restringir a população de possuir informações básicas ao conhecimento de sua História e Cultura.

Dentre as ações mais eficientes para a proteção das escolas, propõe-se:

- 1) Ações de educação patrimonial a cada semestre letivo nas escolas públicas estaduais, despertando assim, a consciência cultural;
- 2) A divulgação via meios eletrônicos, periódicos ou consulta pública de fichas de bens protegidos por leis nos órgãos competentes;
- 3) A inclusão de todas as escolas nos inventários municipais, estaduais e federais – com exceção do anexo do IFPI, as outras escolas são inventariadas apenas a nível municipal;
- 4) O tombamento das escolas a fim de evitar descaracterizações de suas estruturas ainda conservadas e;
- 5) Criação de calendário com fóruns e eventos que incluam as escolas nos eventos culturais locais (como feiras culturais, gincanas, etc) contribuindo à identidade e pertencimento ao entorno.

Pode-se concluir que, apesar das alterações e das reformas nos prédios, ainda se mantêm as características que fizeram das obras elementos de preservação da história arquitetônica da cidade de Teresina, além de, com isso, ser possível assegurar o pioneirismo do arquiteto Miguel Caddah com seus materiais e projetos inovadores para a capital, influenciando, hodiernamente, os maiores nomes da arquitetura moderna da região e assegurando, com isso que suas obras tornaram-se patrimônios culturais locais.

Sugere-se, como contribuição desta pesquisa, a atualização dos registros das obras protegidas, principalmente, pelos órgãos estaduais e federais, além disso, faz-se necessário que os diretores das escolas promovam parcerias com instituições particulares de fomento à cultura e à preservação arquitetônica.

Esses são alguns caminhos que poderão ser trilhados a partir do término desse trabalho, que também indica para a necessidade da continuidade dos estudos sobre as tipologias educacionais piauienses, bem como, o aprofundamento da produção arquitetônica do arquiteto Miguel Caddah.

REFERÊNCIAS

ACIDELL – Artefatos de Cimento Delazzari. **Produtos- Pórticos em concreto**. Disponível em: <<http://acidell.com.br/produtos/portico-em-concreto/>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

AFONSO, Alcília A.; Júlio Afonso de A Costa. **A busca pela identidade moderna na arquitetura piauiense de Anísio Medeiros nos anos 50**. In: 8º Seminário Docomomo Brasil:Cidade Moderna e Contemporânea:Síntese e paradoxo das artes. Rio de Janeiro: Klam, 2009.

AFONSO, Alcília. FEITOSA, Ana negreiros. **Documentos de Arquitetura Moderna no Piauí**. Teresina: Gráfica Halley, 2010.

AFONSO, Alcília. Org. **Antônio Luiz. Arquiteto**. Teresina: Gráfica Halley, 2012.

AFONSO, Alcília. Org. **Documentação da arquitetura: Teresina, 160 anos**. Teresina: EDUFPI, 2013. Gráfica Aliança. Timon-Maranhão.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Coordenadoras. **Usos & Abusos da história oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. **Diógenes Rebouças e a modernização de Salvador**. Drops, São Paulo, ano 14, n. 080.07, Vitruvius, maio 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.080/5173>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Seção: Sujeito e Cultura. **Vigiar e punir ou educar? – Se não há uma subjetividade livre, não haverá pessoas educadas, criativas; justo o que a escola deveria produzir**. Revista Educação – Especial: Foucault Pensa a Educação. Edição nº 3. São Paulo: Editora Segmento, 2002.

ARAÚJO, Lucélia Nárjera de. **TECENDO NARRATIVAS: vivências estudantis na FAFI e UFPI durante a Ditadura Militar (1964 a 1975)**. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, 2013. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/index.php/processo-seletivo/category/11-dissertacoes-2013?download=86:lucelia-narjera-de-araujo-tecendo-narrativas-vivencias-estudantis-na-fafi-e-ufpi-durante-a-ditadura-militar-1964-a-1975>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano guerra, 2010.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRANCO, Julinete Vieira Castelo; SOLON, Daniel Vasconcelos. (Org.). **Histórias em poliedros: cidade, cultura e memória**. Teresina: EDUFPI, 2008.

BURKE, Peter. **O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica**. Coordenação de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Tradução: Vanda Maria Anastácio. Lisboa: Difel - Difusão Editorial, 1992.

CADDAH FILHO, Miguel Dib. **Miguel Dib Caddah Filho**: depoimento [01 set. 2015]. Entrevistadores: professoras de arquitetura da UFPI Nayane Á. S. Costa, Ana Rosa S. Negreiros Feitosa e alunos Marina Sampaio de Vasconcelos, Rafael Alencar Coimbra Vale e Kezianne Hellen Oliveira Alves. Teresina: Residência do arquiteto, 2015. Arquivo áudio-visual da autora. Entrevista concedida as pesquisas sobre patrimônio histórico de Teresina-PI.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara dos Deputados - Deputados – Conheça os deputados**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123009&tipo=0> Acesso em: 25 jun. 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas**. In FÓRUM PATRIMÔNIO: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Belo Horizonte: 2007. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CASTRIOTA%20Leonardo%20B_%20Interven%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20patrim%C3%B4nio%20urbano%20-%20modelos%20e%20perspectivas.pdf> Acesso em: 22 jul. 2017.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3ª edição. 1925. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COSTA, Alcília Afonso de Albuquerque. **Arquitetura brutalista no Piauí nos anos 1970**. Vitruvius – Arqtextos. Nº 174.02; ano 15, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/15.174/5367>> Acesso em: 22 jul. 2017.

COUTINHO, Evaldo. **O Espaço da Arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

CPDOC FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. **ALMEIDA, JOAO CLIMACO DE**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-joao-climaco-de>> Acesso em 10 jan. 2017.

DANIEL, Leticia S. **Arquitetura moderna institucional em Teresina: reflexos de um arquiteto migrante**. Universidade Presbiteriana Mackenzie: 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/DELL/Downloads/Leticia%20Soares%20Daniel.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2017.

DA SILVA, Joene Saibrosa. **O arquiteto Antonio Luiz e o modernismo em Teresina (PI)**. Trabalho final de Especialização Em História da Arte E Arquitetura. Instituto Camillo Filho: 2005. Orientador: Ana Regina Medeiros. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/o-Modernismo-Arquitet%C3%B4nico-Em-Teresina/71742451.html>> Acesso em: 22 jul. 2017.

DEAS – UFPI (Departamento de Engenharia Agrícola e Solos - UFPI). **DEAS – Conheça o Piauí – Teresina - Escola Técnica Federal do Piauí**. Disponível em: <<http://www.oocities.org/br/melo200/teresina1.html>> Acesso em: 25 jun. 2017.

DECRETO-LEI Nº 7.918, DE 31 DE AGOSTO DE 1945. Câmara dos deputados. **Legislação - Legislação informatizada**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7918-31-agosto-1945-417265-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12jun. 2016.

DE SOUZA, Letícia Gomes. **A arquitetura brutalista no Piauí: 1972-1984**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Orientador: Rafael Antonio Cunha Perrone. Universidade de São Paulo: 2017.

ETERNIT – produtos – coberturas. **Fibrocimento - Telha Canaleta 90**. Disponível em: <<http://www.eternit.com.br/produtos/coberturas/fibrocimento>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. Recife: UFPE, 1998. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco: 1998.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: passado, presente e ...**. Revista Carta CEPRO, Teresina, v.22, n.1, p.59-69, jan./jun. 2003. Disponível em <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:KwCtIISxntMJ:https://www.sigaa.ufpi.br/sigaa/verProducao%3FidProducao%3D877156%26key%3D9fcac448d38db120e1f951238806e74d+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

FEITOSA, Ana Rosa Soares Negreiros. **"Clássicos da Arquitetura: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí / Acácio Gil Borsoi "**. 09 Mar 2016. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/783429/classicos-da-arquitetura-tribunal-de-justica-do-estado-do-piaui-acacio-gil-borsoi>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins fontes, 1997.

FROTA, Anésia Barros. SCHIFFER, Sueli Ramos. **Manual de conforto térmico: arquitetura, urbanismo**. 5ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER. **Obra – Arquitetura - Centro Integrado de Educação Pública – CIEP**. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro192>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

GOMES MELO, Larissa. **Arquitetura escolar e suas relações com a aprendizagem**. Monografia ao curso de Graduação em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo: UERJ, 2012. Disponível em: <<http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/lgm.pdf>>. Acesso: 13 jul. 2016.

GOMES NUNES, Luiz Roberto. **Luiz Roberto Gomes Nunes**: depoimento [28 jun. 2017]. Entrevistadora: professora de arquitetura da UFPI Nayane Áurea S. Costa. Teresina: Escola Paulo Ferraz, 2017. Arquivo textual da autora. Entrevista concedida as pesquisas sobre patrimônio histórico de Teresina-PI.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HISTÓRIA – Institucional. In: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://nova.fau.ufrj.br/index.asp?n1=1&n2=23>>. Acesso em: 12jun. 2016.

ICOMOS. **Carta de Burra**. 1980. Tradução: António de Borja Araújo. Dezembro de 2006. Disponível em: <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2017.

IFPI. **Instituto Federal do Piauí – Histórico**. Disponível em: <https://www5.ifpi.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2773> Acesso em: 25 jun. 2017.

INEP 70 anos. In: Portal INEP - **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Institucional - História**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/institucional-70anos>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

KAKI AFONSO – Arquitetura. **A pesquisa sobre arquitetura moderna em Teresina**. Abril 2010. Disponível em: <<http://kakiafonso.blogspot.com.br/2010/04/pesquisa-sobre-arquitetura-moderna-em.html>> Acesso em: 07 jul. 2016.

KOWALTOWSKI, Doris C.C. K. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LABEEE. **Analysis SOL-AR**. LabEEE - Laboratório de Eficiência Energética em Edificações – Downloads - Todos os programas computacionais desenvolvidos no LabEEE, além do *Sunpath* e *ZBBR*, desenvolvidos na UFSCar. Disponível em: <<http://www.labeee.ufsc.br/downloads/software/analysis-sol-ar>>. Acesso em: 10 jan 2017.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução a Modernidade**. 1ª edição: 1962. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

LIMA, Paulo Henrique Gomes. **Promoção imobiliária em Teresina/PI: uma análise do desenvolvimento da produção privada de habitações – 1984/1999**. Dissertação de mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040722151835.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

MAHFUZ, Edson da Cunha. Loja **Forma, Paulo Mendes da Rocha, São Paulo, 1987**. Série projetos exemplares, n. 1. Projetos, São Paulo, 11.123, Vitruvius, março 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.123/3818>> Acesso em: 25 jun. 2017.

MAISON DOM-INO, Not located, 1914. **Fondation Le Corbusier – Works – Architecture – Projects**. Disponível em: <http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=5972&sysLanguage=en-en&itemPos=103&itemSort=en-en_sort_string1+&itemCount=215&sysParentName=&sysParentId=65>. Acesso em: 31 jul. 2016.

MALARD, Maria Lucia. **FORMA, ARQUITETURA**. Estúdio Virtual de Arquitetura da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – EVA/ UFMG. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/eva/art010.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2015.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MELO, Alcília Afonso de Albuquerque e. **Arquitetura em Teresina: 150 anos, da origem à contemporaneidade**. 1ª ed. Teresina: Halley, 2002.

MELO. Alcília Afonso de Albuquerque e. FEITOSA, Ana Rosa Soares Negreiros. **Documentos da arquitetura moderna em Teresina, Piauí**. 9º seminário Docomomo Brasil - Brasília. Junho de 2011. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/030_M11_RM-DocumentosDaArquiteturaModernaEmTeresina-ART_ana_negreiros.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2016.

MIRANDA, Danilo Santos. **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. In: SEMINÁRIO MEMÓRIA E CULTURA, 2007. (Org) São Paulo: Edições SESC SP, 2007.

MORAES DE OLIVEIRA, Francisco de Assis. **Francisco de Assis Moraes de Oliveira: depoimento** [25 mai. 2016]. Entrevistadora: professora de arquitetura da UFPI Nayane Áurea S. Costa. Teresina: Escola João Clímaco d' Almeida, 2016. Arquivo textual da autora. Entrevista concedida as pesquisas sobre patrimônio histórico de Teresina-PI.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. **O papel dos intelectuais piauienses na divulgação da escrita da História do Piauí**. XII Encontro Nacional de História Oral. Teresina: UFPI, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397448598_ARQUIVO_XII EncontroNacionaldeHist.Oral-Iara.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MOUSSATCHE, Helena. MAZZOTTI, Alda Judith Alves. MAZZOTTI, Tarso Bonilha. **Arquitetura escolar: imagens e representações**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 81, n. 198, p. 299-315, maio/ago. Brasília: 2000. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/941/915>> Acesso em: 13 jul. 2016.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: A problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, Manoel Paulo. **A. Tito Filho: Cronista da Cidade Amada**. Teresina: Prefeitura Municipal, 1992.

PEDRAZANI, Viviane. **Patrimônio cultural de Teresina-PI: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990**. Teresina: UFPI, 2005. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, 2005. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp137190.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2017.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República – Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. 2ª ed. Teresina/ João Pessoa: Edufpi/UFPB, 1998.

RODRIGUES, Ísis Meireles. **Praça da graça em Parnaíba: transformações urbanísticas durante o Regime Militar (1964-1985)**. Teresina: UFPI, 2014. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, 2014.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. ZEIN, Ruth Verde. **Rápidas considerações sobre a preservação das ruínas da modernidade (1)**. *Arquitextos – Vitruvius*, n. 135.00, ano 12, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.135/3997>> Acesso em 05 dez 2016.

SCHLEE, Andrey Rosenthal, ET alli. **Trajetória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia**. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 2010. 3 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol. Volume X: Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/observatorioengenharia/files/2012/01/vol10.pdf>>. Acesso em: 26 jan 2017. p. 69.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. 3ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SERRA, Geraldo Gomes. **Pesquisa em Arquitetura e urbanismo - Guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. São Paulo: Edusp/ Mandarin, 2006.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Ed. Do autor, 2007.

SILVEIRA, Ana Lúcia R. C.; CRAVEIRO, Jaísse; TALITA, Thâmara. **Análise da adequação bioclimática de edifícios modernos em Teresina-PI**. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/032.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2017.

SOMEKH, Nadia (Org.). **Preservando o patrimônio histórico: manual para gestores municipais**. São Paulo: CAU-SP, 2015. Disponível em: <http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/Manual-Patrimonio_completo_baixa.pdf> Acesso em: 20 jul. 2017.

TERESINA ANTIGA. **Universidade Federal do Piauí**. Disponível em: <<http://www.teresinaantiga.com>>. Acesso em: 26 jun 2016.

TERESINA. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina**. Construções e Planejamento S.A (COPLAN). Newton Oliveira (coord.). COPLAN, 1969.

TÔRRES, Gislane Cristiane Machado. **O poder e as letras: políticas culturais e disputas literárias em Teresina nas décadas de 1960 e 1970**. Teresina: UFPI, 2010. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, 2010.

UFPI. **Letras: 55 anos de história no Piauí**. 2013. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/letras/materias/index/mostrar/id/9861>. Acesso em: 08 jun. 2017.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. Tradução: Maria Isabel Gaspar, Gaëtan Martins de Oliveira. 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TERESINA, 23 de DEZEMBRO DE 1970 JORNAL DO PIAUI PAGINA 4

Prefeitura Municipal de Teresina

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado



O Prefeito Haroldo Borges no seu gabinete de trabalho.

Deve-se compreender o Plano de Desenvolvimento Local Integrado como um documento oficial pelo qual o governo municipal torna explícito:

- o seu conhecimento da realidade local, seus problemas, limitações, possibilidades e potencialidades;
- os objetivos e diretrizes adotados para orientar o desenvolvimento do Município durante determinado prazo;
- as medidas programadas pela Prefeitura para um prazo menor, tendo em vista concretizar alguns dos objetivos do desenvolvimento.

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado é o elemento fundamental do processo de planejamento pelo qual a administração municipal orienta toda a sua ação.

O planejamento se impõe porque é necessário que as decisões do Prefeito se baseem no conhecimento da situação atual e suas tendências para o futuro, na consciência das prováveis consequências das decisões a tomar, na clara definição dos objetivos a atingir e no conhecimento dos instrumentos a empregar.

As forças convergentes do desenvolvimento podem ser englobadas sinteticamente, na inter-relação de quatro eixos básicos: a esfera econômica, a social, a política e a cultural.

O processo de modernização de uma sociedade, pode então ser compreendido como uma progressiva diferenciação dessas estruturas, com grau relativamente elevado de interdependência. Dessa maneira, a partir da disseminação progressiva das forças impulsionadoras da evolução da sociedade, que o desenvolvimento pode ser melhor apreendido.

Instalações das Escolas Rurais

Objetivo: — Tendo Teresina que construir as unidades escolares, contidas no presente Plano de Ação, necessário se torna a aquisição do seu equipamento para melhor rentabilidade, uma vez que, no momento, as nossas escolas em sua maioria não têm carters nem quadro-negro.

Meta: — Aparelhamento das 32 Escolas Rurais (equipamento já adquirido).

Programa: — Saúde

Subprograma: — Construção de Postos de Saúde Municipais

Objetivo: — Dotar áreas da zona rural, que até o momento não possuem, de atendimento de saúde.

Meta: — Construção de 2 Postos de Saúde localizados um ao norte e outro ao sul do Município (já concluído, um fica em Coroadá e o outro em Penedo Nova).

Subprograma: — Instalação de Posto de Saúde Municipal

Objetivo: — Dotar áreas da zona rural, que até o momento não possuem, de atendimento de saúde.

Meta: — Aparelhamento

Subprograma: — Esgoto Pluvial

Objetivo: — Drenar as áreas da cidade, dando destino conveniente às águas pluviais e diminuir a poluição e a contaminação da população.

Meta: — Construção de 1.700 metros de caixas (já concluído).

Subprograma: — Limpeza Urbana

Objetivo: — Remoção e destino conveniente dos resíduos sólidos da cidade, assim em bairros: Irmão Urbano, público e domiciliar.

Meta: — Construção do Aléio Sanitário (Atingido).

Programa: — Educação

Subprograma: — Ampliação da Rede Escolar Municipal Pluvial

Objetivo: — Eliminação do déficit atual de matrículas.

Meta: — Construção 17 Escolas Rurais (20 já concluídas e 12 em fase de acabamento).

Subprograma: — Recuperação da Rede Escolar Primária Municipal de Teresina

Objetivo: — Melhorar das instalações da rede escolar primária.

Meta: — Melhorar das condições materiais do ensino e aprendizagem de 5 Escolas Primárias e 1 Ginásio (atingido) e o treinamento de todas as professoras leigas do Município (programado para janeiro).

Subprograma: — Instalações das Escolas Rurais

Objetivo: — Tendo Teresina que construir as unidades escolares, contidas no presente Plano de Ação, necessário se torna a aquisição do seu equipamento para melhor rentabilidade, uma vez que, no momento, as nossas escolas em sua maioria não têm carters nem quadro-negro.

Meta: — Aparelhamento das 32 Escolas Rurais (equipamento já adquirido).

Programa: — Saúde

Subprograma: — Construção de Postos de Saúde Municipais

Objetivo: — Dotar áreas da zona rural, que até o momento não possuem, de atendimento de saúde.

Meta: — Construção de 2 Postos de Saúde localizados um ao norte e outro ao sul do Município (já concluído, um fica em Coroadá e o outro em Penedo Nova).

Subprograma: — Instalação de Posto de Saúde Municipal

Objetivo: — Dotar áreas da zona rural, que até o momento não possuem, de atendimento de saúde.

Meta: — Aparelhamento

de 2 Postos de Saúde na zona rural (equipamento já adquirido).

Subprograma: — Admissão do Penco Atendente.

Objetivo: — Dotar os novos postos de saúde do pessoal necessário ao seu funcionamento.

Meta: — Admissão de 4 (quatro) atendentes para os postos de saúde do interior do Município (meta não atingida).

Subprograma: — Abastecimento d'água

Objetivo: — Abastecimento d'água da população dos bairros.

Meta: — Construção de 4 (quatro) cisternas (já concluídas a perfuração dos poços e iniciada a construção das caixas d'água).

Subprograma: — Limpeza da Área de Atuação do Município no setor de Assistência Médica

Objetivo: — Coerência da situação da Secretaria de Estado da Saúde e da Prefeitura Municipal na área de saúde.

Meta: — Na zona urbana do município a Prefeitura limitará-se a prestação de assistência médica nos funcionários da F.M.T., cabendo este serviço à população assistida por meio da Secretaria de Estado de Saúde.

Programa: — Renovação Urbana

Subprograma: — Recuperação da Praça Deodoro e Praça Rio Branco

Objetivo: — Transformar a área em centro de interesse principal da cidade, fazendo funcionar em torno da mesma o centro cívico, incorporado à Praça Deodoro e Rio Branco em um só conjunto.

Meta: — Construção de um Terminal de Ônibus na Praça Deodoro (já iniciado) e outro no Parque Piauí (já concluído). Recuperação até março de 1971.

Subprograma: — Pavimentação e Limpeza das vias

Objetivo: — Fornecer alvenares para um programa de obras de curto e longo prazo e assegurar a implantação dos programas de pavimentação do Sistema Viário

propósito pelo Plano de Desenvolvimento Local Integrado.

Meta: — Criar uma rede integrada e com pavimentação asfáltica.

Subprograma: — Administração

Objetivo: — Dotar o município de equipamentos de apoio para o planejamento de suas atividades.

Meta: — Aquisição de equipamentos: Rádio, Computador, Telefone, Telex, Bomba para irrigação e Transporte (o equipamento já adquirido).

AS GRANDES VIÁBIAS

As escarpas serão inteiramente removidas com o planejamento em nível estadual, vêm sendo executadas dentro de um plano que nos limites da realidade organizacional, prevê predominantemente a execução das obras já iniciadas, no menor prazo possível.

Continuará a ser executada as prioridades estabelecidas no P. D. L. 1., que visam ao desenvolvimento econômico do Município, à integração urbana e à integração intermunicipal.

Foram contratados os trabalhos de abertura de ruas nos Bairros: Morfe, Casado, Cruzes, Três Anjos e Redenção.

Foram desobstruídos 2.600 metros na estrada da estrada de ferro Teresina — Morrão, criadas-se condições para que todos os transportes de carga possam transpor sem problemas o centro da cidade. E a ligação da Avenida Miguel Botta com a BR — 316.

Foram contratados os serviços:

- 1 — Que liga o Aeroporto com a zona sul da cidade — Rua Manoel Dias Filho.
- 2 — A Rua Barão de Balsa está hoje ligada com o Poly Velho.

Vem estudando o Conselho Municipal de construção de uma programação rodoviária. A prioridade inicial foi a instalação do Plano Rodoviário Municipal viário Municipal.

Assim sendo, as grandes realizações programadas pelo Plano poderão ser programadas de acordo com a seguinte forma:

(Continua na 1.ª Página)

Visão do que se vai fazendo no setor de assistência. Implantação dos novos habitantes do Poly Velho. Uma vista da nova área populacional, com aberturas de poços e construções de residências.

O desenvolvimento passa, então, a ser um constante desafio. Ele exige imaginação e audácia das instituições que podem acelerar o seu processo. Aqui mesmo, no nosso Estado, os anos presenciando uma transformação profunda. De fato, o desenvolvimento de um Município é uma particularização do processo do crescimento global. Cabe ao Município a responsabilidade de complementar a situação do Governo Federal. As ações devem ser planejadas para o longo prazo.

minados bens coletivos. Se o caso dos serviços prestados pelas estradas das obras de urbanização, arruamento, do abastecimento de água, da coleta de lixo, da construção de certas facilidades, como serviços de trânsito, de educação e saúde.

Desse modo, estabelecendo determinado pressuposto de racionalidade na aplicação dos gastos e que corresponda aos Nossos Planos de Ação em julho de 1970.

Programa: — Renovação Urbana

Papeleria Piauiense

O mais moderno equipamento de arranjo gráfico, escritório e Desenho — Material escolar em geral. EM TIPOGRAFIA — Serviços gráficos — impressão, diagramação e Postação.

Rua Alvaro Mendes, 1.031 - Tel. 1148 - Teresina - PI

FREIRE & CIA

ESTADÃO

FUNDADO A 27 DE OUTUBRO DE 1958

Diretor Responsável — JOSÉPIO DA SILVA LUSTOSA

REDATORES PRINCIPAIS:
PROFS. CUNHA E SILVA, IRACEMA SANTOS
ROCHA DA SILVA E B. RIBEIRO GONÇALVES

ANO XLI

Teresina, (DomIngo) 17 de Maio de 1970

N.º 1.260

Novo Govêrno



João Clímaco D'Almeida
Novo Governador do Piauí

Em ambiente de contentamento geral e sob os auspícios de melhores dias para o Piauí assumiu ontem as elevadas funções de primeiro mandatário do Estado, face a renúncia do ex-governador Helvidio Nunes, o senhor João Clímaco D'Almeida, figura expressiva e muito estimada nos meios políticos da capital de nosso Estado, mercê da sua simplicidade na vida pública e particular. A solenidade de posse se deu na manhã de ontem pelas 8 horas no Palácio "Anísio de Abreu", sendo presidida pelo ilustre Deputado José Nazareno Soares Araújo, Presidente

da Assembléia Legislativa e a transmissão do poder foi logo em seguida no Palácio de Karnak feita pelo ilustrado e honrado Governador Desembargador João Turibio Monteiro de Santana, presidente em exercício do Tribunal de Justiça do

Piauí. No nosso julgamento entendemos que a data de 15 do corrente mês assinalou no calendário político o fim da malsinada Oligarquia Nunes, implantada no nosso Estado por uma camarilha de usurpadores dos direitos da coletividade. A posse do sr. João Clímaco D'Almeida no govêrno do Estado é motivo de contentamento e tranquilidade para os que trabalham neste órgão, que sustentou sem desfalecimento, sem medo e sem covardia uma luta desigual desde setembro de 1963.

Nos julgamos vitoriosos vendo o fim melancólico de uma Oligarquia que planejava uma nova usurpação do poder com o esquema-Petrônio no Govêrno e Helvidio no Senado. O Governador Joqueira na escôlha do seu Secretariado já de-

monstrou personalidade independente e o padrão de trabalho que deseja implantar na sua administração. Escolheu homens capazes e certos para os devidos lugares—Dr. Antonio dos Santos Rocha, Secretário de Estado do Govêrno; Dr. Haroldo Borges—Secretário das Finanças; Engenheiro Henry Wall de Carvalho—Secretário de Obras Públicas; Dr. Arimatea Santos, Secretário de Saúde; Engenheiro Sigefredo Sobrinho, para o DER; Dr. Adelman de Barros Vila para o DAF; Prof. Arimatea Tito Filho—Educação e Cultura; Major Angelo Araújo Paz, — Segurança; Major Joel Ribeiro, Prefeitura; Doutor Walfran Batista—Agricultura. Comenta-se nas rodas políticas que o novo govêrno vai substituir as demais autarquias, com nomes desvinculados da malsinada Oligarquia. Esta acertada medida do novo govêrno na escôlha do seu secretariado não deixa nenhuma dúvida. Intranquiliza a consciência do ex-governador Helvidio que deixando o govêrno disse sentir-se um homem feliz. Disse isso certamente pensando que o govêrno que se

Maria Adalgisa de Aragão Ferro Missa Convite

José Lopes dos Santos e esposa — Nair de Aragão Lopes, Luiz de Aragão Tôrres e esposa — Natália de Aragão Araújo, Orminda e Diva, genros, filhas e irmãs de MARTA ADALGISA DE ARAGÃO FERRO, agradecem, sensibilizados, as manifestações de pesar pelo seu passamento, e convidam os parentes, amigos e família católica de Teresina, para a missa de sétimo dia que, na próxima quarta-feira, dia 20, às 6h30m na Igreja Matriz de São Benedito, mandarão celebrar em sufrágio de sua alma. Serão gratos por mais essa demonstração de piedade cristã.

(Cont. na 3a. pag.)

A Escola Técnica Federal do Piauí atende as aspirações profissionais da comunidade piauiense

A instrução no Piauí, em 1847, era ainda muito atrasada. Em toda a Província, apenas 24 cadetes existiam para o ensino das primeiras letras. Várias causas influíam para o retardamento, que repercutia na vida econômica da unidade do Império.

Fatores, como a falta de professores, de indivíduos capazes de transmitir os conhecimentos e especiais ao aprendizado das técnicas de ler e escrever e uma população espalhada por todo o território, dificultavam sobremaneira a criação pública.

SUGESTÃO DE ZACARIAS DE GÓIS

Zacarias de Góis e Vasconcelos, quando Pre-

sidente da Província do Piauí, ao falar da necessidade do ensino de ofícios, em 1874, afirmou: "Tenho a Assembléa a criação de um pequeno estabelecimento, conforme as circunstâncias da Província". E acrescentava serem os ofícios de espingeiro, coronheiro, alfaiate e sapateiro os mais necessários à vida provincial, calculando em 20 a 30 o número de alunos. A Assembléa Provincial, atendendo à sugestão, autorizava ao Presidente, pela Resolução n. 220, de 1847, a criar uma casa de Educandos Artífices, para meninos pobres e desvalidos. Depois é publicado o Regimento da casa, a 70 de outubro de 1849. Por ele ficava estabelecido ser o currículo escolar composto de ensino de primeiras letras, de religião, de ofícios mecânicos e de exercícios militares necessários à Guerra Nacional.

Em 1853, era promulgada lei permitindo a matrícula de mais 20 educandos, assim como o enriquecimento de um mestre de música, que passava a ser também ensinado.

A casa dos Educandos Artífices, com os correr dos tempos, teve o seu período de decadência e, por volta de 1860, sofreu mudanças de direção. Apesar dos acatamentos, o aproveitamento dos 43 alunos era satisfatório e o funcionamento das oficinas processava-se com regularidade. Quatro anos mais tarde, em 1864, já eram 65 os alunos matriculados. Em 1867, contava já com um efetivo de 88 alunos. Na mesma época, inauguravam-se mais duas oficinas, e o governo pensava em elevar o número de alunos para 100 (cem).



Fachada do Prédio onde funciona a Administração da Escola Técnica Federal do Piauí

Em 1873, extinguiu-se assim a casa dos Educandos Artífices por meio de uma Lei que disciplinava a matéria. No mesmo ano, porém, outra Lei autorizava o governo da Província a contratar com o Cel. da Guarda Nacional, a instalação na Capital, de um estabelecimento para 40 alunos órfãos, em regime de internato, com a obrigação de manterem as mesmas oficinas de então.

Quanto ao ensino profissional, o Governo Federal fundou-o em todo o território nacional, por força do Decreto 7.586 de 23 de setembro de 1909, assinado

por Nilo Peçanha. De acordo com o texto da Lei, as palavras: "O Brasil de hoje saiu das academias, o Brasil de amanhã sairá das oficinas". A Escola dos Artífices do Piauí, como foi chamada, inaugurou-se a 1º de janeiro de 1910, começando logo a funcionar as oficinas de mecânica, marcenaria, ferraria e sapataria. Em seu primeiro ano de existência, entretanto, deixava muito a desejar. Até 1938 funcionava e condições não muito satisfatórias. Entretanto, tudo foi contornado de tal sorte que o ensino alcançava seus objetivos.

Por volta ainda de 1908, mudava-se a Escola para no-

vo prédio, situado entre as ruas Gabriel Ferreira e Quirino Bocaleva, ao lado da Igreja de São Benedito.

Passou a Escola por várias modificações, inclusive a mudança da denominação de Casa dos Educandos para Escola Técnica Federal do Piauí.

Com a Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 a Escola passava, assim, a constituir-se como autarquia, alcançando autonomia financeira e didático-pedagógica e tendo como órgão máximo de direção um Conselho de Representantes, composto de membros da comunidade local que através de uma Diretoria Executiva, administra-

va e coordena todas as atividades da Escola.

Atualmente, o tradicional Educandário de Ensino atende às aspirações profissionais da comunidade piauiense, oferecendo-lhe cursos técnicos de Assistente de Administração, Contabilidade, Eletrotécnica, Edificações e Estradas. Seus 2.500 alunos, distribuídos pelos turnos da manhã, da tarde e da noite, preparam-se sob a orientação de professores cuidadosamente habilitados e selecionados, para atender às demandas do trabalho que um Piauí próspero está a exigir.

A preparação técnica ao lado da cultura geral, não constitui em a única preocu-

pação da Escola Técnica Federal do Piauí. Ciente de que a técnica quando mal orientada poderá desumanizar o homem, esmaecendo suas aspirações espirituais voltadas para o infinito, a Escola incentiva os professores e alunos a criação de atividades ou órgãos de caráter educativo. Assim é que entidades e movimentos como o Grêmio Estudantil, Interac, Centro Cívico, movimento de Grêmios de Cristandade, Grupo Coral, Banda de Música vêm atendendo da Escola Técnica Federal um fraterno estímulo. O espírito, em todas as suas modalidades, constitui também uma preocupação da Escola, visando ao perfil acadêmico

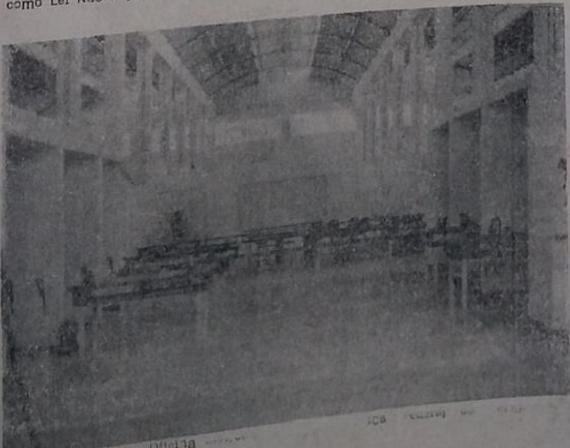


Momento em que o Governador Roberto Távares, acompanhado pelo Diretor da Escola, Dr. João Leão de Castro Aguiar, inspeciona as dependências da Escola Técnica Federal do Piauí.

com a saúde do corpo e o bem-estar do espírito. Inspirada na filosofia da nova lei do ensino, a Escola abre suas portas aos alunos dos demais colégios oferecendo-lhes cursos de profissionalização, de acordo com as necessidades de nosso Estado. Tornou-se, assim, a Escola Técnica um centro de intercomplementariedade que já habilitou profissionalmente 450 alunos, no ano de 1972 e este ano, atende a 1.000 alunos de diversos colégios da Capital.

O propósito de servir à Comunidade não se limita aos cursos regulares ou periódicos que oferece, de modo especial, à juventude estudantil. Suas salas de

aulas e salão-auditorio, sempre que possível, estão abertas para atender às múltiplas solicitações de entidades públicas e privadas de grupos e indivíduos. Para melhor atender ao seu ideal de bem servir à educação, profissionalização e interesses do Piauí, a Escola dia a dia se empenha de novas recursos técnicos e construiu de salas que atenderão às necessidades pedagógicas, sempre crescentes e em conexão. Os esforços sem medidas que os responsáveis pela direção da Escola Técnica vêm desempenhando em prol do fôlego da educação piauiense, esta Escola entra nas mais promissoras da País.



Salão de Aula

Secretaria da Educação profissionaliza alunos



O ensino de técnicas agrícolas



Preparado o futuro

ASPECTOS FINANCEIROS

Considerado pela Administração atual como primeira prioridade, o programa educação conta, no momento, com a maior parcela de recursos orçamentários, o que é fácil ver pelo quadro A.

QUADRO A

ORÇAMENTO DE 1974

DESPESA POR PROGRAMA

PROGRAMAS	Recursos Alocados Cr\$
01. Administração	39.851.904
02. Administração Financeira	80.186.389
03. Defesa e Segurança	43.253.428
04. Recursos Naturais e Agropecuários	26.131.103
05. Transporte e Comunicações	38.592.440
06. Indústria e Comércio	14.728.788
07. Educação e Cultura	87.748.934
08. Saúde	30.726.678
09. Energia	4.988.500
10. Bem-Estar Social	4.931.112
11. Serviços Urbanos	15.450.000
12. Planejamento e Coordenação	7.101.042
13. Programação à Conta de Recursos Próprios de Administração Descentralizada	33.573.768

QUADRO E

EXERCÍCIOS FINANCEIROS	DESPESAS COM EDUCAÇÃO (CR\$)	% DE CRESCIMENTO ANO A ANO
1970	14.475.552,00	
1971	28.697.943,12	98,2%
1972	40.350.952,03	40,6%
		62,9%

De notar é que os recursos recebidos de fontes externas não cresceu ano a ano de modo a corresponder, proporcionalmente, ao vertiginoso crescimento das despesas (MEC, SUDENE, etc.) não

com o programa, como se demonstra pelos dados abaixo

EXERCÍCIOS FINANCEIROS	DESPESAS COM EDUCAÇÃO	Recursos Recebidos (De Fontes Externas)	%
1970	14.475.552,00	4.994.431,97	34,5%
1971	28.697.943,12	9.123.961,12	31,7%
1972	40.350.952,03	5.714.902,34	14,1%
1973	65.757.333,84	15.181.129,04	23,0%

Deve-se observar que os recursos efetivamente recebidos em cada exercício não sempre correspondem em valor aos Planos de Aplicação respectivos, mas ao montante liberado no exercício financeiro. Por outro lado, nem sempre esses recursos recebidos de fontes externas são totalmente aplicados no mesmo ano passando em parte de um para outro exercício. Feitas essas ponderações, verifica-se que o total dos recursos recebidos no período de 1971 a 1973 representa o percentual médio de 22,2% sobre as despesas com educação no período, com o que se configura uma redução, em termo proporcional, daqueles recursos em relação ao ano de 1970 cujo percentual é de 34,5%

Com o objetivo de oferecer oportunidade de educação a quantos procurem a escola de 1º e 2º graus, o Governo do Estado, utilizando recursos próprios ou de outras fontes financiadoras, captados através de convênios, vem executando um arrojado programa de construções escolares,

ASPECTOS FÍSICOS

valendo ressaltar que no triênio (1971 - 1973) foram construídas 557 novas salas de aula, além de 123 se encontram em fase de execução, totalizando o expressivo número de 687 novas salas, com a eliminação constante do quadro seguinte:

1971 - 1973

DISCRIMINAÇÃO	2º GRAU		1º GRAU		TOTAL
	Comuns	Comuns	Especiais		
Construídas em construção	21	464	Oficinas 69	Laboratórios 3	537
		116	13	1	130

Observe-se que nos totais acima não se incluem as salas de leitura (bibliotecas) e as dependências destinadas a administração, igualmente construídas como parte integrante das novas unidades escolares.

No que concerne à localização, 264 dessas novas salas construídas e em construção foram localizadas em Teresina, onde a demanda escolar, resultante do vertiginoso crescimento horizontal da população, atinge índices incontroláveis. As demais unidades, localizadas prioritariamente nas áreas de implantação da Reforma, se distribuem

em diferentes municípios, observados os crescentes demanda escolar e maior déficit de infraestrutura de escolarização obrigatória.

Para que se tenha uma idéia do esforço de expansão física da rede, bastante se diz que até 1970 todos os governos construíram 1.832 novas salas, no triênio 1971/73 foram construídas 687 novas salas, com dependências administrativas, construídas e seguem.

CUSTOS COM A EDUCAÇÃO POR FONTE FINANCIADORA EM 1973

Renda Tributária	Cr\$ 25.401.057,80
Fundo de Participação	Cr\$ 23.987.788,59
Fundo Especial	Cr\$ 1.043.555,97
MEC (Salário Educação e outros)	Cr\$ 14.770.406,33
Salário Educação II	Cr\$ 631.515,35
TOTAL	Cr\$ 65.757.333,84

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS PARA OS USUÁRIOS DAS
ESCOLAS EM ANÁLISE:

Nome completo:

Idade:

Profissão:

Autoriza gravar ou fotografar entrevista?

1- Qual escola esteve/está?

2- Qual categoria estava/está?

a) professor(a)

b) aluno(a)

c) funcionário (a) (administração / manutenção / construção)

3- Período que esteve/ está na escola (meses e ano)?

4- Classificação da infra-estrutura do prédio: bom, regular ou ruim (se possível explique)

a) Fachadas

b) Acessibilidade (muros, portão de acesso, rampas, escadas, circulações, ruas, transporte público)

c) Banheiros / Bebedouros

d) Sala de aulas (mobiliário, espaço)

e) Sala de estudos / biblioteca

f) Pátios e quadras

g) Espaço da administração do prédio

h) Salas de reuniões / auditório

i) Conforto ambiental (temperatura e ventilação das salas – ar condicionado/ venezianas), umidade (infiltrações, goteiras, alagamentos), Iluminação (natural e artificial), Acústica (barulho interno e externo)

j) Segurança

k) Manutenção / limpeza

l) Estrutura (fissuras, trincas e rachaduras)

5- Classificação em relação a aspectos psicológicos: Tem boas lembranças (sensações) da escola ou não? Qual o significado do prédio a você? Como era(é) vista educação da escola hoje/naquela época? Mais comentários sobre escola?

6- Quais suas impressões do prédio no entorno (quarteirão, bairro, cidade)? Os prédios do entorno já apresentavam traços modernos quando chegou? A população

comenta(va) sobre o prédio? O prédio sofreu reformas durante período que está/estava nele?

- 7- Grau de satisfação com prédio? Qualidades e problemas do prédio? Conhece estado de conservação atual? Há/Havia tradições culturais que incluem /incluíssem a escola (eventos, festividades)? Você possui fotos (da época no) do prédio? Gostaria que o prédio fosse preservado ou parte do patrimônio histórico da cidade?